

LENIR GOMES XIMENES

**TERRA INDÍGENA BURITI: ESTRATÉGIAS E PERFORMANCES
TERENA NA LUTA PELA TERRA**

DOURADOS – 2011

LENIR GOMES XIMENES

**TERRA INDÍGENA BURITI: ESTRATÉGIAS E PERFORMANCES
TERENA NA LUTA PELA TERRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: *História, Região e Identidades.*

Orientador: Prof. Dr. **Levi Marques Pereira**

Coorientador: Prof. Dr. **Osvaldo Zorzato**

DOURADOS – 2011

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central - UFGD

980.4171 X6t Ximenes, Lenir Gomes.
Terra indígena Buriti : estratégias e performances terena na luta pela terra / Lenir Gomes Ximenes. – Dourados, MS : UFGD, 2011.
136 f.
Orientador: Prof. Dr. Levi Marques Pereira.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados.
1. Índios – Mato Grosso do Sul. 2. Terras indígenas. 3. Índios Terena. I. Título.

LENIR GOMES XIMENES

**TERRA INDÍGENA BURITI: ESTRATÉGIAS E PERFORMANCES
TERENA NA LUTA PELA TERRA**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientador:

Levi Marques Pereira (Dr., UFGD) _____

2º Examinador:

Márcio Ferreira da Silva (Dr., USP) _____

3º Examinador:

Jorge Eremites de Oliveira (Dr., UFGD) _____

A minha mãe, Arlinda, a quem devo a vida e a fé na educação. Ao meu pai, Arides, exemplo de integridade.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas foram fundamentais na realização deste trabalho, seja no âmbito acadêmico, seja no campo do apoio pessoal. Por isso são muitos os agradecimentos. Começo, no entanto, pela minha família: à minha mãe, pelas preces nas horas difíceis e pelo incentivo em todos os momentos. Ao meu pai pelo seu apoio e exemplo de responsabilidade. Às minhas irmãs Zenir e Evanir pelos exemplos de perseverança que sempre me incentivaram, e pelo apoio incondicional. Aos meus sobrinhos Patrick e Raquel por todos os momentos de alegria. Ao Willian, pelo seu companheirismo e compreensão nesta fase.

No entanto, a família não se compõe somente de elementos consanguíneos. Por isso, ainda neste contexto, devo um muito obrigada especial à Vera Terena e ao Sílvio, pelo incentivo sem o qual não teria feito a seleção para o Mestrado. Vera, foi muito mais que professora na graduação, é muito mais que amiga... Concedeu-me a primeira oportunidade de pesquisa com os Terena, ajudou-me com inúmeras contribuições, não só acadêmicas, antes e durante a realização da dissertação, as quais nem poderia enumerar. Mas meu maior agradecimento é pelo seu exemplo de respeito a todas as pessoas, de competência como professora e pesquisadora, de coragem, de seriedade, de generosidade... Sou grata pela confiança que deposita em mim.

Um agradecimento especial ao meu orientador Prof. Dr. Levi Marques Pereira, pela confiança, pela orientação atenta e paciente, pela ajuda na inserção no campo de pesquisa, por compartilhar um pouco do seu conhecimento etnográfico, pelas contribuições e apoio ao longo do trabalho.

Ao Prof. Dr. Jorge Eremites de Oliveira, componente da banca de qualificação e de defesa, que contribuiu com sua vivência etnográfica com os Terena e sua experiência em história indígena. Suas discussões e sugestões foram importantes, desde a realização das disciplinas do Mestrado até a composição final do trabalho.

Aos Profs. Drs. Jorge e Levi, sou grata também por terem cedido importante material que foi utilizado como fonte primária neste estudo: as entrevistas feitas com os índios da Terra Indígena Buriti em 2003.

Ao coorientador Prof. Dr. Osvaldo Zorzato, pelas suas contribuições.

À Prof. Dra. Noemia dos Santos Moura, componente da banca de qualificação, agradeço por ter contribuído com sua experiência de vários anos em pesquisa com os Terena, pelas sugestões, discussões, referências, e pela atenção e incentivo.

Ao Prof. Dr. Márcio Ferreira da Silva pelas contribuições na banca de defesa, pela atenção e solicitude em participar desta etapa da minha trajetória acadêmica.

Agradeço também à Juliana pela hospitalidade com que me recebeu em sua casa em Dourados, pelas discussões acadêmicas, e principalmente pela amizade que nos levou a compartilhar desde os momentos felizes até os mais aflitivos desta etapa acadêmica. Aos demais companheiros da república: Carlos, Fabiano, Roseline.

Aos colegas da turma de Mestrado de 2009, em especial Cássio, Julieta, Luciano, Lucicleide, André Luís, Luciana, Izaque, Victor. Da turma de 2010, Márcia, Alexandra, Cintia e Diógenes. Aos professores Cláudio Vasconcelos, João Carlos de Souza e Protasio Paulo Langer. Ao Cleber, da Secretaria do Mestrado em História.

Aos índios Terena da Terra Indígena Buriti, pela sua colaboração, hospitalidade, pela sua história de lutas e seus exemplos de perseverança. Sou muito grata pela oportunidade de conhecer um pouco mais sobre este povo, por meio da rápida, mas profícua convivência e das conversas com as pessoas da comunidade.

Agradeço novamente ao Prof. Levi e sua esposa por apresentarem-me à família de Luís e Izarita, na aldeia Córrego do Meio. Aos últimos agradeço pela gentileza com que me receberam em sua casa.

Ao diretor da Escola Municipal Alexina Rosa de Figueiredo, da aldeia Buriti: Gerson Pinto Alves, por conceder a oportunidade de fazer a pesquisa com alguns professores. A todos os professores Terena da referida escola, em especial Prof. Arildo, Prof.^a Eva, Prof. Rafael. Ao Prof. Éder pelas informações, pelo auxílio na interlocução com as lideranças da aldeia Buriti, e pelas discussões acadêmicas. À Sandra e toda sua família pela hospitalidade generosa, pelas informações e pelos dias agradáveis na aldeia Buriti. Ao cacique Rodrigues Alcântara por permitir minha entrada na aldeia em um período crucial para os Terena, a retomada. A todos os indígenas citados na dissertação.

À Fundect – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul – pelo suporte financeiro.

Nós indígenas somos seres humanos, de carne osso e sentimento, e de cultura. De cultura diferente, mas o sol nasceu pra nós todos. Então é por isso que eu levo adiante, esse pensamento que nós devemos amar a quem nós somos, amar os nossos semelhantes brancos, que são de cultura diferente, mas são gente como nós. Respeitamos, né. E gostamos de ser aquilo que nós somos. (Noel Patrocínio, índio Terena, 70 anos, 2003)

RESUMO

A Terra Indígena Buriti, habitada pelos índios Terena, está localizada nos municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti – Mato Grosso do Sul. A área tem 2090 ha., mas, assim como acontece com outras terras indígenas no estado e no país, corresponde a apenas um espaço reduzido do que é o território de ocupação indígena tradicional. Portanto, está em processo administrativo de ampliação para 17200 ha. Os Terena sempre lutaram pela recuperação da área do entorno da Terra Indígena Buriti. No entanto, no final da década de 1990, suas estratégias para isso começaram a mudar. O objetivo desta pesquisa é captar o sentido dessa mudança, a partir da compreensão de quais foram as ações dos indígenas junto ao Estado e à sociedade regional na tentativa de recuperar esse território adjacente. Nesse sentido, a hipótese é de que estas ações foram pautadas por duas posturas diferentes, mas, complementares do *ethos* terena: sua performance diplomática e sua performance guerreira. As principais fontes utilizadas foram documentos oficiais, entrevistas com os índios da Terra Indígena Buriti e análise de matérias veiculadas em jornais locais, tanto impressos quanto digitais. O método de análise foi interdisciplinar, no âmbito da Etno-história.

Palavras-chave: Ethos terena. Terra Indígena Buriti. Território terena.

ABSTRACT

Buriti Indigenous Land, inhabited by the Terena indians, is located in the municipalities of Sidrolândia and Dois Irmãos do Buriti – Mato Grosso do Sul. The area has 2090 hectares, but as happens with others indigenous lands in the state and the country, correspond only a reduced space than the territory of traditional indigenous occupation. Therefore, it is in administrative process of expansion to 17200 hectares. Terena always fought for the restoration of the area surrounding the indigenous Buriti. However, in the late 1990s, their strategies for that began to change. The objective of this research is catch the sense of this change, come from the understanding which were the actions of the indians with the state and the regional society in the attempt to get that adjacent territory back. In this sense, this hypothesis is that these actions were guided by two different positions, but complementary Terena's ethos: its diplomatic and warrior performance. The main sources used were official documents, interviews with the indians from the Buriti Indigenous Land and the analysis of articles published in local newspapers, both print and digital. The method of analysis was interdisciplinary, in the Ethnohistory field.

Key-words: Ethos terena. Buriti Indigenous Land. Terena's territory.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Mato Grosso do Sul	14
Mapa 2 – Área de abrangência do Chaco	28
Mapa 3 – Sub-regiões do Pantanal	29
Mapa 4 – Tratado de Tordesilhas	33
Mapa 5 – Tratado de Madri	33
Mapa 6 – Presídio de Nova Coimbra e da Povoação de Albuquerque	35
Mapa 7 – Terra Indígena Buriti	72

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1 – Ocupação da Funai pelos Terena	90
Foto 2 – Os Terena desocupando o prédio da Funai	91
Foto 3 – Proprietário da Fazenda Nossa Senhora Aparecida	93
Foto 4 – Índio Terena em frente a uma das fazendas ocupadas	94
Foto 5 – Índios Terena em frente ao hotel Jandaia, em Campo Grande	95
Foto 6 – A dança do Bate-Pau	96
Foto 7 – Reportagem sobre as terras indígenas no MS	98
Foto 8 – Reportagem sobre proprietário de fazenda ocupada pelos Terena	99
Foto 9 – Índios e fazendeiros em audiência pública	99
Foto 10 – Ocupação da fazenda Nossa Senhora Aparecida	100
Foto 11 – Índios Terena e Leonel Brito, irmão do então presidente da Famasul	102
Foto 12 – Dagoberto Nogueira entre os Terena na aldeia Córrego do Meio	103
Foto 13 – Fazendeiros retendo dois caminhões de cestas destinadas aos índios	104
Foto 14 – Índios Terena bloqueando a BR-163	106
Foto 15 – Os Terena na Assembleia Legislativa	107
Foto 16 – Proprietários de uma das fazendas considerada terra indígena	108
Foto 17 – Os Terena reunidos com o novo administrador da Funai	109
Foto 18 – Índios Terena de Buriti bloqueando estrada	111
Foto 19 - Reunião entre os Terena e os proprietários rurais	112
Foto 20 – Índio Terena e o presidente da Famasul, Ademar Silva Junior	113
Foto 21 – Policiais e fazendeiros em frente à Fazenda Buriti	114
Foto 22 – Índio fala sobre situação de Buriti no TRF	116
Foto 23 – Reportagem sobre ação da PM	117
Foto 24 – Acampamento terena na retomada	120
Foto 25 – Aula ministrada durante a retomada na fazenda 3R	121
Foto 26 – Bloqueio na BR-163.....	122
Foto 27 – Lideranças Terena na retomada da fazenda 3R	123
Foto 28 – Índios Terena preparando a terra para o cultivo	124

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Terras Indígenas no Mato Grosso do Sul	56
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CDDH – Centro de Defesa dos Direitos Humanos

CIGCOE – Companhia Independente de Gerenciamento de Crises e Operações Especiais

DGI – Diretoria Geral dos Índios

Famasul – Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul

Fetems – Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul

Funai – Fundação Nacional do Índio

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

MPF – Ministério Público Federal

PF – Polícia Federal

P. I. – Posto Indígena

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PM – Polícia Militar

PRF – Polícia Rodoviária Federal

PT – Partido dos Trabalhadores

SPI – Serviço de Proteção aos Índios

SPILTN – Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais

T. I. – Terra Indígena

TRF – Tribunal Regional Federal

SUMÁRIO

Lista de mapas	09
Lista de fotografias	10
Lista de tabelas	11
Lista de abreviaturas e siglas	12
Introdução	14
Capítulo 1	
OS TERENA: HISTÓRIA, TERRITÓRIO E RELAÇÕES INTERÉTNICAS	26
1.1 Os Terena no território chaquenho / pantaneiro	30
1.2 As relações interétnicas envolvendo os Terena e as implicações identitárias	35
1.3 A política indigenista na colônia e no Império	40
1.4 Tensões no sul de Mato Grosso	46
1.5 A política indigenista na República e o movimento indígena	50
Capítulo 2	
PERFORMANCE DIPLOMÁTICA DOS TERENA NA LUTA PELA TERRA	62
2.1 Distribuição das famílias Terena na região de Buriti e os novos ocupantes	63
2.2 A mão de obra terena no sul do Mato Grosso	74
2.3 O ethos terena na adaptação aos 2090 ha. e nas reivindicações para sua ampliação .	77
Capítulo 3	
PERFORMANCE DIPLOMÁTICA E PERFORMANCE GUERREIRA DOS TERENA NA LUTA	83
3.1. Articulação dos guerreiros para a retomada	85
3.2. A primeira e a segunda retomadas	88
3.3. A terceira retomada	106
3.4 A quarta retomada	118
Considerações finais	125
Referências bibliográficas e fontes	128

INTRODUÇÃO

A Terra Indígena Buriti localiza-se nos municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti, em Mato Grosso do Sul (Mapa 1). Divide-se em diversas aldeias: Buriti, Córrego do Meio, Água Azul, Recanto, Barreirinho, Oliveira, Lagoinha e Olho D'Água. Foi formada por um segmento da população da aldeia Buriti que se deslocou para o espaço urbano como estratégia de acesso aos recursos aí concentrados.

Mapa 1: Estado do Mato Grosso do Sul, com destaque para os municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti, onde está indicada a Terra Indígena Buriti.



Fonte: EREMITES DE OLIVEIRA E PEREIRA, 2007, p. 4

A questão territorial indígena motiva uma grande polêmica no Brasil e em especial no Mato Grosso do Sul. É, portanto, um dos temas centrais na vida das etnias do estado, inclusive dos Terena. A Terra Indígena Buriti tem reservados 2090 ha. No entanto, o Relatório antropológico para a redefinição dos limites da Terra Indígena Buriti, feito por Gilberto Azanha em 2001, indicou parecer favorável à ampliação da T. I. para 17200 ha. Segundo a perícia realizada em 2003 por Levi Marques Pereira e Jorge Eremites de Oliveira a área pleiteada pelos índios é de ocupação tradicional indígena. A área foi declarada, mas, ainda não foi homologada. Permanece, portanto o impasse judicial com os proprietários de terra da região.

Esta situação suscita na sociedade em geral uma série de representações estereotipadas dos índios, carregadas de preconceitos e juízos de valor. Por outro lado, a mesma situação também impulsiona e é impulsionada pelas ações dos próprios índios, que se movimentam politicamente no sentido de exigir maior agilidade nos trâmites administrativos e judiciais. A presente pesquisa tem por objetivo compreender as estratégias dos Terena em torno da recuperação de seu território de ocupação tradicional.

A pesquisa está inserida no Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em História da Universidade Federal da Grande Dourados, na linha de pesquisa em História Indígena, o que propiciou aplicação de métodos próprios ao objeto de estudo, procurando superar as limitações disciplinares. O recorte temporal é extenso, abrange considerações desde o período colonial, uma vez que a intenção era abordar as estratégias terena ao longo da sua historicidade; e estende-se até o ano de 2011. Na História poderia denominar a abordagem do ano de 2011 como *História do tempo presente*. Obviamente, se utilizasse somente os métodos históricos seria impossível realizar a análise sem um recuo temporal maior. Por isso foi preciso lançar mão da interdisciplinaridade.

O estudo faz parte do rol de trabalhos que aliam História e Antropologia. A Etno-história está consolidada como o método mais eficaz para a compreensão dos povos indígenas, uma vez que a historiografia foi relativamente omissa quanto ao papel dos indígenas na história do Brasil. Relegando a eles um lugar de coadjuvantes: ora de vilões a serem bravamente combatidos pelos “heróis da civilização”, ora de indivíduos passivos aos processos comandados pelos “civilizados”.

Por outro lado, a Antropologia não se preocupava com os trâmites históricos dos quais os índios fizeram parte, descrevendo-os, muitas vezes, de forma desarticulada da sua temporalidade. Oliveira Filho trata deste assunto apontando as novas preocupações de ambos os profissionais frente ao indígena:

O que cabe esperar do historiador - como também do antropólogo, de vez que ambos lidam igualmente com processo socioculturais que se desenvolvem no tempo - é algo muito mais radical e profundo: proceder como um criador, dar um sopro de vida sobre os bonecos de barro, marcá-los com um nome e atribuir-lhes uma alma, transformando fatos isolados e caóticos sem ações significativas em interpretações coerentes. Para isso, o pesquisador precisa resgatar a plena historicidade dos sujeitos históricos, descrever como eles estão imersos e como se constituem em cada ambiente líquido (as épocas e os ecúmenos) (OLIVEIRA FILHO, 1999, p.106).

É necessário elucidar alguns conceitos utilizados nesta dissertação. O primeiro deles é etnicidade, desenvolvido por Friedrich Barth, no artigo *Grupos étnicos e suas fronteiras* (1969) e (1998). O autor define-a como uma forma de organização social, cujo foco principal é o limite étnico na definição do grupo e não o conteúdo cultural deste. Neste sentido, a categoria relevante para a identidade étnica não é mais pautada pelos traços culturais, mas sim pelo sentimento de pertença. Evidentemente, esse sentimento perpassa algumas características culturais, no entanto, são os próprios atores sociais que elegem essas características.

Ao contrário disso, a ênfase no *suporte cultural* conduziu a estudos que desconsideram os processos organizacionais, como os trabalhos focados na aculturação. A continuidade temporal não é descrita, as culturas passadas são excluídas das presentes e a interconexão grupo étnico – cultura não é explicada. Os primeiros trabalhos de caráter acadêmico sobre os Terena têm essa marca e evidenciam a preocupação de fazer uma *etnografia das perdas culturais*. Mas nem por isso deixam de ser importantes para os estudiosos desta etnia. É o caso das pesquisas de Altenfelder Silva e Roberto Cardoso de Oliveira. Embora o último tenha assinalado no texto *Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terena* (1976) que estes índios não seriam facilmente *assimilados* pela sociedade regional, aponta uma série de mudanças culturais que teriam implicação na identidade étnica desses índios. O autor reviu muitos pontos deste estudo em artigos posteriores, mas, sua pesquisa revela as preocupações teóricas predominantes na Antropologia do período.

Esta discussão é importante, uma vez que os Terena formam um grupo considerado pelos estudiosos *aberto* para as trocas culturais, sempre descritos como indígenas que

estabeleceram diversos contatos amistosos com a sociedade regional, em relações de comércio, trabalho, moradia nas cidades, etc. A fala do índio Noel Patrocínio, de 70 anos, (2003) atesta que estas mudanças não diminuem a indianidade terena. Ao mostrar sua casa de alvenaria, na aldeia Buriti, ele afirma: “E essa daqui, é uma casa de índio. Mas nem por isso, eu deixo de ser índio, por causa do conforto que eu adquiri. (...) Eu amo, eu amo minha cultura. Eu gosto de ser índio”.

No entanto, a explicação do conceito de etnicidade obriga-me a fazer considerações sobre o termo *subgrupos*. Ele aparece em vários documentos oficiais, crônicas de viajantes e textos antropológicos, inclusive atuais. Desta forma, também está presente nesta dissertação. Os autores, desde os viajantes coloniais, geralmente referem-se a *subgrupos* para agrupar diversas etnias de um mesmo tronco linguístico. Por exemplo: Terena (Etelenoé), Echoaladi, Quiniquinau (Equiniquinau) e Laiana (Layana), seriam *subgrupos* da família linguística Aruák.

Este modelo classificatório permaneceu nos textos sobre os Terena. Não podemos dimensionar o quanto é arbitrária esta generalização, se partirmos da aplicação do conceito de etnicidade. Uma vez, que não sabemos quão relevante para esses grupos era o fato de serem falantes de línguas da família Aruák, pois certamente havia características e modo de organização social que os diferenciavam. No entanto, como as informações sobre os Terena estão embutidas nos documentos que utilizam a palavra *subgrupo*, foi necessário mantê-la algumas vezes. Mas com a ressalva de que estamos falando de etnias distintas, não ratificando que a interdependência língua – cultura – etnia seja verdadeira.

O conceito de *ethos* também foi abordado. De forma simplificada é o conjunto de características comuns a um grupo de indivíduos pertencentes a uma mesma sociedade. Para Geertz (1978) são os aspectos morais, estéticos e é o que define os valores sociais de um grupo específico. Para Caniello (2003, p. 32) “o *ethos* guarda a marca da estrutura que conforma a tradição de um povo, mas também comporta os influxos da ação dos sujeitos e das pressões conjunturais”. Portanto, não é algo estático, mas está sujeito a mudanças, de acordo com a situação histórica. Assim como a identidade, o *ethos* é dinâmico e fica submetido às interações dos próprios atores sociais.

Nesta pesquisa, o *ethos* terena é analisado sob a perspectiva da *territorialização* e das reivindicações em torno do território. Por ser dinâmico, ele se apresenta com nuances

diferentes de acordo com a situação. Adotei então a palavra *performance*, cuja definição segundo o Dicionário Aurélio é: “1. Atuação, desempenho. 2. Espetáculo no qual o artista fala e age por conta própria. (...)” (HOLANDA FERREIRA, 2004). A palavra foi empregada na dissertação para definir cada conjunto de ações empregadas pelos Terena nas diversas conjunturas que envolvem o processo de luta pelo reconhecimento territorial.

Quando menciono *performance diplomática*, não quero ratificar a ideia colonial de que o Terena seja um índio “manso”, mas sim de que as atitudes adotadas naquele momento estavam pautadas pelo viés da legalidade, enquanto estratégia de ação. Como exemplos: cartas, comissões de índios para reunirem-se com autoridades indigenistas, pedidos oficializados, etc.

Ao evocar a expressão *performance guerreira*, não pretendo anunciar qualquer vinculação com o senso comum de que os índios sejam violentos ou “incivilizados”. A intenção é demonstrar uma mudança nas ações de reivindicação do território tradicional, atrelada às ações que chamaram a atenção da sociedade regional, como ocupações de terra e bloqueios de estrada. Evidentemente não são apenas as atitudes que mudam, mas também a conjuntura, a correlação de forças no campo de articulação.

Nenhum dos momentos é hegemônico, e pode, portanto, ser transpassado por ações ditas aqui *diplomáticas* ou *guerreiras*. Não estamos falando de dois *ethos* distintos e com momentos delimitados, mas de *performances* do *ethos* terena, marcado em cada momento pela predominância de um tipo de ação, que não se excluem, mas se complementam.

Outro conceito importante é o de território, e para utilizá-lo recorri a um autor da Geografia. Embora ele não trate especificamente de território indígena, a conceituação que confere ao termo foi aplicada neste estudo. Para Haesbaert (2004, p. 2) a palavra território tem uma dupla conotação, material e simbólica e está sempre ligada ao poder. Seja ele no sentido concreto de dominação (posse, propriedade, ligada ao valor de troca); ou simbólico, carregado das marcas do vivido, do valor de uso.

Os territórios se diferenciam de acordo com os sujeitos que os constroem, grupos sociais, indivíduos, entidades, etc. Dessa forma:

Podemos então afirmar que o território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espço, desdobra-se ao longo de um continuum que vai da

dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’ (HAESBAERT, 2004:95-96).

Nesse sentido, o território para os indígenas tem uma valoração que vai além da lógica capitalista de território unifuncional e constitui o *espaço-tempo vivido*. Evidentemente não existe um território no sentido concreto sem uma carga simbólica, e todo território simbólico tem alguma referência no concreto, ou funcional. As razões do controle social pelo espaço variam conforme a sociedade; e a carga de simbólico e de concreto varia conforme o grupo que detém a dominação territorial. Neste ponto, ocorrem os conflitos em torno da terra entre os regionais e os Terena na região de Buriti.

Sem entrar nos detalhes jurídicos do impasse da ampliação da Terra Indígena, consideremos por ora que os índios detêm o controle de uma área de 2090 ha., mas têm uma relação com o espaço no entorno, ou seja, têm uma ligação simbólica, ritualística e extrativista com a área que hoje está ocupada pelas fazendas (EREMITES de OLIVEIRA e PEREIRA, 2003).

O texto do antropólogo Oliveira Filho (1998) também contribui para compreendermos o processo de territorialização, que segundo ele é:

O movimento pelo qual um objeto político-administrativo — nas colônias francesas seria a “etnia”, na América espanhola as “reducciones” e “resguardos”, no Brasil as “comunidades indígenas” — vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais (inclusive as que o relacionam com o meio ambiente e com o universo religioso(...)) As afinidades culturais ou lingüísticas, bem como os vínculos afetivos e históricos porventura existentes entre os membros dessa unidade político-administrativa (arbitrária e circunstancial), serão retrabalhados pelos próprios sujeitos em um contexto histórico determinado e contrastados com características atribuídas aos membros de outras unidades, deflagrando um processo de reorganização sociocultural de amplas proporções. (OLIVEIRA FILHO, 1998, p. 56)

Esta aliança entre diferentes áreas do conhecimento propiciou a utilização variada de fontes e um olhar diferenciado sobre elas, uma vez que o método histórico não dispensa as contribuições da observação etnográfica, feita diretamente pelo pesquisador no interior das comunidades indígenas, em interlocução com os sujeitos que aí vivem.

As principais fontes desta pesquisa foram:

- As crônicas de viajantes como Sanches Labrador, Félix Azara, Juan Francisco Aguirre, Francis de Castelnau, entre outros;

- Os ofícios de governadores da então capitania do Mato Grosso e relatórios de presidentes da então província do Mato Grosso;
- Relatório de revisão dos limites da Terra Indígena Buriti, de 2001, realizado pelo antropólogo Gilberto Azanha;
- Perícia antropológica, arqueológica e histórica para ampliação da Terra Indígena Buriti, de 2003, realizada por Levi Marques Pereira e Jorge Eremites de Oliveira;
- Entrevistas realizadas com os índios pelo orientador da dissertação, Levi Marques Pereira e por Jorge Eremites de Oliveira, em 2003, quando realizaram a perícia na Terra Indígena Buriti, com a ressalva de que a transcrição das mesmas foi feita por mim no segundo semestre de 2009;
- Entrevistas feitas por mim com os índios da Terra Indígena Buriti;
- Fontes impressas, jornais, em especial o Correio do Estado (2000 a 2011);
- Fontes digitais, jornais *on-line* como o Midiamax e o Campo Grande News (2000 a 2011).

Como o recorte temporal é amplo utilizei fontes antigas como crônicas de viajantes e documentos oficiais do século XVIII ao XIX. Sem a pretensão de analisar exaustivamente este período, a proposta foi oferecer uma visão abrangente da historicidade deste povo, e a forma como suas estratégias *diplomáticas* ou *guerreiras* foram utilizadas em diferentes contextos temporais.

Os primeiros documentos arrolados na pesquisa foram os escritos oficiais e as crônicas, consultados no Centro de Documentação Regional da UFGD. É necessário ter cautela na interpretação dos dados, pois a designação dos índios não era uniforme e, conseqüentemente, não se pode inferir exatamente os mesmos etnônimos para a atualidade.

Quanto aos documentos oficiais utilizados, o problema da imprecisão dos dados etnográficos persiste no caso de tais fontes. Bacellar (2005) alerta que o historiador que busca os arquivos deve conhecer o funcionamento da máquina administrativa do órgão e do período que pesquisa. Desse modo, vale ressaltar que não havia preocupação das autoridades da capitania e, posteriormente, da província do Mato Grosso, em distinguir cada um dos grupos em todos os documentos produzidos. Seu interesse estava voltado principalmente para a

divisão entre os povos que mantinham relações de colaboração e os que estavam em conflito com os não índios. Ou, em outras palavras, aqueles que eram julgados como mais propensos a aceitar a “civilização” e aqueles que deviam ser eliminados por meio das “Guerras Justas”. A alternativa foi manter, ao longo do texto, a terminologia utilizada em cada documento.

Muitas vezes os Terena não são mencionados, sendo entendidos aqui como parte do grupo Guaná. Com o tempo os estudiosos passaram a adotar a ideia de que os Guaná eram compostos por vários *subgrupos*, e no século XX tais *subgrupos* teriam se fundido na denominação étnica de Terena. Em geral, os ofícios de governadores de capitania e relatórios de presidentes de província seguem o mesmo padrão, com pouca ou nenhuma mudança a cada ano, mesmo quando escritos por pessoas diferentes. É preciso considerar as dificuldades enfrentadas pelos funcionários do Império (longas distâncias, populações afastadas, locais ermos, etc.) e não aceitar em caráter absoluto as informações quantitativas apresentadas pelos mesmos.

Em suma, as fontes escritas até o século XIX aqui analisadas, referem-se aos Terena que viviam no entorno dos empreendimentos coloniais. Primeiro porque obviamente eram com estes que os europeus tinham mais contato; segundo porque a preocupação das autoridades estava voltada para os povos estabelecidos na região fronteira; e terceiro porque nas aldeias maiores, situadas próximas aos empreendimentos coloniais, havia um intercâmbio com os não índios, possibilitado por uma infraestrutura que envolvia grandes lavouras, criação de animais e produção de artigos para trocas. Todo este aparato era valorizado pelos europeus, que viam nisto uma tendência à “civilização”, e apressavam-se em relatar aos seus superiores os progressos do “processo civilizatório” nos locais sob sua administração. Entretanto, esse padrão de assentamento não era exclusivo, pois, não obstante as diversas tentativas, foi impossível agrupar todas as pequenas aldeias no entorno dos presídios e fortes. O objetivo da crítica feita aos textos dos séculos XVI ao XIX é atentar para que estas lacunas sejam levadas em conta no momento da interpretação destes dados nos estudos atuais.

Foi realizada também uma abordagem sobre o século XX, que se refere à política indigenista, ao florescimento do movimento indígena e como esses fatores afetaram os Terena de Buriti. Para isso foram utilizados documentos oficiais, consulta a outras obras sobre estes temas e fontes orais. A fonte oral pode esclarecer pontos omitidos nos documentos oficiais, especialmente quando se trata de comunidades iletradas. Ela não é um mero instrumento

complementar ao qual recorreremos quando há ineficácia ou ausência de outra fonte. Ao contrário, seu potencial científico é o mesmo da escrita e em algumas situações não é mais possível trabalhar sem ela.

Por outro lado, o confronto entre documento oficial e memória é útil ao esclarecimento da questão da formação das fazendas na região de Buriti. Os relatórios do SPI nos dão a ideia de como o órgão atuou (muitas vezes favorecendo os novos ocupantes), das ações ditas legais para a desocupação indígena da área e sua realocação num espaço menor. As entrevistas denotam a violência física e simbólica utilizada neste processo.

As entrevistas feitas em 2003 foram comparadas às coletadas durante a pesquisa de mestrado, realizadas a partir de 2010. A opção de usar fontes orais de dois momentos distintos e coletadas por pesquisadores diferentes facilita o trabalho de comparação dos discursos em situações diversas. Por outro lado, é preciso ter em conta as especificidades de coleta de cada conjunto de informações:

Nesse sentido é preciso discernir que o trabalho de peritagem é uma oportunidade *sui generis* para a pesquisa etnográfica. Em ocasiões desse tipo geralmente há mobilização de toda a comunidade para facilitar o acesso a informações que possam contribuir para o bom andamento da perícia. Em estudos de outra natureza, como para fins de obtenção de títulos acadêmicos, a situação é diferente e os trabalhos comumente levam mais tempo, sendo muito difícil para o pesquisador conseguir a colaboração das pessoas. (EREMITES DE OLIVEIRA e PEREIRA, 2009, p. 23)

Além das falas dos próprios índios foi possível acompanhar algumas de suas ações por meio dos jornais. Uma vez que, por suas constantes reivindicações os Terena foram e têm sido alvo da mídia em Mato Grosso do Sul e até mesmo no Brasil, dada a tensão gerada nos últimos anos pelos conflitos de terra entre índios e fazendeiros no estado.

Foram consultados alguns jornais da região¹. O mais expressivo é Correio do Estado, de Campo Grande, pois tem a maior tiragem no estado. O periódico pertence ao grupo de comunicação de mesmo nome, de propriedade da família Rodrigues. Além do jornal, pertencem ao grupo a Rádio Cultura AM; a Rede Centro Oeste de Rádio e Televisão: Rádio

¹ Os nomes das etnias são grafados com letra maiúscula (quando exercem a função de substantivo) e sempre sem flexão de gênero e de número, de acordo com um dos termos da *Convenção para a grafia dos nomes tribais* de 1953, realizada pela Associação Brasileira de Antropologia – ABA. No entanto, a escrita jornalística não segue estas regras, exemplo disso são algumas transcrições diretas feitas no texto utilizando letra minúscula e plural.

Canarinho FM e TV Campo Grande (afiliada do SBT); uma produtora de vídeo e a fundação Barbosa Rodrigues (SCHWENGBER, 2005).

O Correio do Estado foi fundado em 1954 por políticos, empresários, produtores rurais e profissionais liberais ligados à UDN – União Democrática Nacional (na época, a agremiação de direita mais conservadora do país). Posteriormente, passou para a propriedade de José Barbosa Rodrigues, cuja boa relação com os militares rendeu em 1976, a concessão para a criação da Rede Centro-Oeste de Rádio e Televisão. Anos depois, o fim do Regime Militar, em 1985, significou, por um lado, liberdade para criticar ações estatais, por outro, representou menos favores do governo federal. A partir de então as empresas privadas assumem maior participação financeira nos meios de comunicação. No novo contexto, os principais assuntos pautados pelo Correio do Estado são referentes à política estadual, seguidos por temas do cotidiano e do agronegócio (SCHWENGBER, 2005).

O periódico citado está inserido no contexto descrito por Bertrand (1999), onde cada vez mais o jornalista, além de construir notícias com as informações, também precisa lutar pela sobrevivência do jornal-empresa que, na maioria das vezes, apóia-se no senso comum e na manipulação de estereótipos.

Quanto aos jornais *on-line* Tellaroli (2006) aponta que os portais de notícia Campo Grande News e Midiamax, ambos de Campo Grande, estão inseridos no contexto de crescimento da *webnotícia*. O paradigma da periodicidade é fundamental: atualização contínua de notícias em detrimento do aprofundamento dos temas. Grande parte das notícias também é apurada por telefone.

O Campo Grande News foi fundado em 1999 pelo jornalista Lucimar Couto e pelo proprietário do então provedor Zaz, Miro Ceolim. Enquanto os veículos de comunicação televisiva divulgavam em segunda mão as mesmas reportagens em seus portais na internet, o Campo Grande News tinha conteúdos produzidos especificamente para o jornalismo *on-line*. (TELLAROLI, 2006)

O Midiamax surgiu como empresa de publicidade, disponibilizando painéis eletrônicos nas ruas de Campo Grande. Para tornar as propagandas mais atrativas, o proprietário Carlos Naegale, passou a inserir notícias entre as chamadas comerciais. No intuito de adequar-se juridicamente aos padrões do jornalismo, foi criado o portal *on-line* de notícias. A venda dos anúncios publicitários ainda é a principal verba mantenedora do *site*,

embora atualmente seja uma empresa genuinamente de jornalismo, segundo Naegale. (TELLAROLI, 2006).

Dessa forma, situo e qualifico os sujeitos mencionados ao longo da dissertação: atores sociais envolvidos diretamente, falantes e atuantes – indígenas e fazendeiros; atores sociais interlocutores – representantes de instituições como a Funai, a Procuradoria da República, a PM, a PRF, os parlamentares, a Famasul, etc.; atores sociais formadores de opinião – imprensa.

Quanto à estrutura do texto, o primeiro capítulo *Os Terena: História, território e relações interétnicas* traz discussões do período mais antigo como: a origem territorial dos mesmos, suas relações com outros povos na região do Chaco-Pantanal, seu encontro com o colonizador, sua participação na Guerra da Tríplice Aliança (1864); além do período mais recente como: a política indigenista na República e o Movimento Indígena. O objetivo é abordar as estratégias da(s) *performance(s)* Terena utilizadas ao longo da História.

O segundo capítulo *Performance diplomática dos Terena na luta pela terra*, compreende, o momento da formação da T. I. (década de 1920) até a década de 1990. Trata do formato de ocupação terena na região de Buriti até o início do século XX; da chegada dos ocupantes não índios à região; das mudanças ocasionadas para os índios em virtude da ocupação por terceiros; do recolhimento à área de 2090 ha. reservada pelo SPI – Serviço de Proteção aos Índios; e das estratégias dos Terena diante do impasse territorial instalado em Buriti.

No terceiro capítulo *Performance diplomática e performance guerreira dos terena na luta pela terra*, analiso o período do final da década de 1990 até 2011. Esta parte do texto visa compreender a permanência de ações ditas diplomáticas, mas também a adoção de outras estratégias, pautadas pela desobediência civil – as ocupações de terra realizadas pelos índios na área litigiosa, os bloqueios de estrada, entre outras.

Não proponho uma ruptura entre os momentos apontados no segundo e no terceiro capítulo, mas uma coexistência e uma complementaridade. As continuidades estão presentes nos discursos e nas ações dos Terena na interação com o Estado e com a sociedade envolvente. A intenção é justamente apontar que em todos os períodos da história terena, as diferentes *performances* estavam presentes, de acordo com a situação vivida por este povo.

O final do século XIX e início do século XX, período em que se consolidou a expropriação das terras indígenas, era desfavorável para um enfrentamento aberto por parte dos índios. Nas décadas finais do século XX, esta conjuntura começou a mudar com o surgimento dos diversos movimentos sociais e do próprio movimento indígena. A Constituição de 1988 também foi um fator importante na configuração da política indigenista e do posicionamento dos povos indígenas em relação às suas demandas. A adoção de uma postura terena em que as ações *guerreiras* ganharam destaque foi possibilitada por essas transformações no Estado e na sociedade brasileira.

CAPÍTULO 1 – OS TERENA: HISTÓRIA, TERRITÓRIO E RELAÇÕES INTERÉTNICAS

E nós, por exemplo, nós indígenas, de onde é que nós somos? De que cidade nós viemos? De que cidade nós somos? Onde o índio foi conhecido? Onde o primeiro branco viu o índio nesse chão que não tinha nome? E que a partir de 22 de abril de 1500 foi batizado com o nome de Brasil. Mas ele não tinha nome, mas já existia esse torrão, esse chão. O que que existia? O que que o branco de 22 de abril de 1500 encontrou aqui? Segundo a carta de Pero Vaz de Caminha, muito, muito índio, terras imensas, mata virgem, e com certeza muito bicho. Cercas não existiam. Mas o índio já estava ali. (Noel Patrocínio, índio Terena, 70 anos, 2003)

1. OS TERENA: HISTÓRIA, TERRITÓRIO E RELAÇÕES INTERÉTNICAS

O objetivo deste capítulo é contextualizar a trajetória dos Terena até o século XIX. Sem a pretensão de analisar exaustivamente este período, a proposta é oferecer uma visão abrangente da historicidade deste povo. A questão do Chaco tem grande influência nos debates territoriais que envolvem o povo Terena na atualidade.

Durante a realização da perícia no entorno da T.I. Terena Buriti (EREMITES DE OLIVEIRA e PEREIRA, 2003) os proprietários rurais e seus assistentes técnicos questionaram a nacionalidade dos indígenas, baseando-se na informação de que eles seriam originários do Chaco paraguaio. O juiz federal questiona no item 5.2: “Informe o sr. Perito, se de acordo com a sua origem, os seus costumes, tradições, enfim, em relação à sua cultura, poderiam [os Terena] ser considerados como índios brasileiros?”

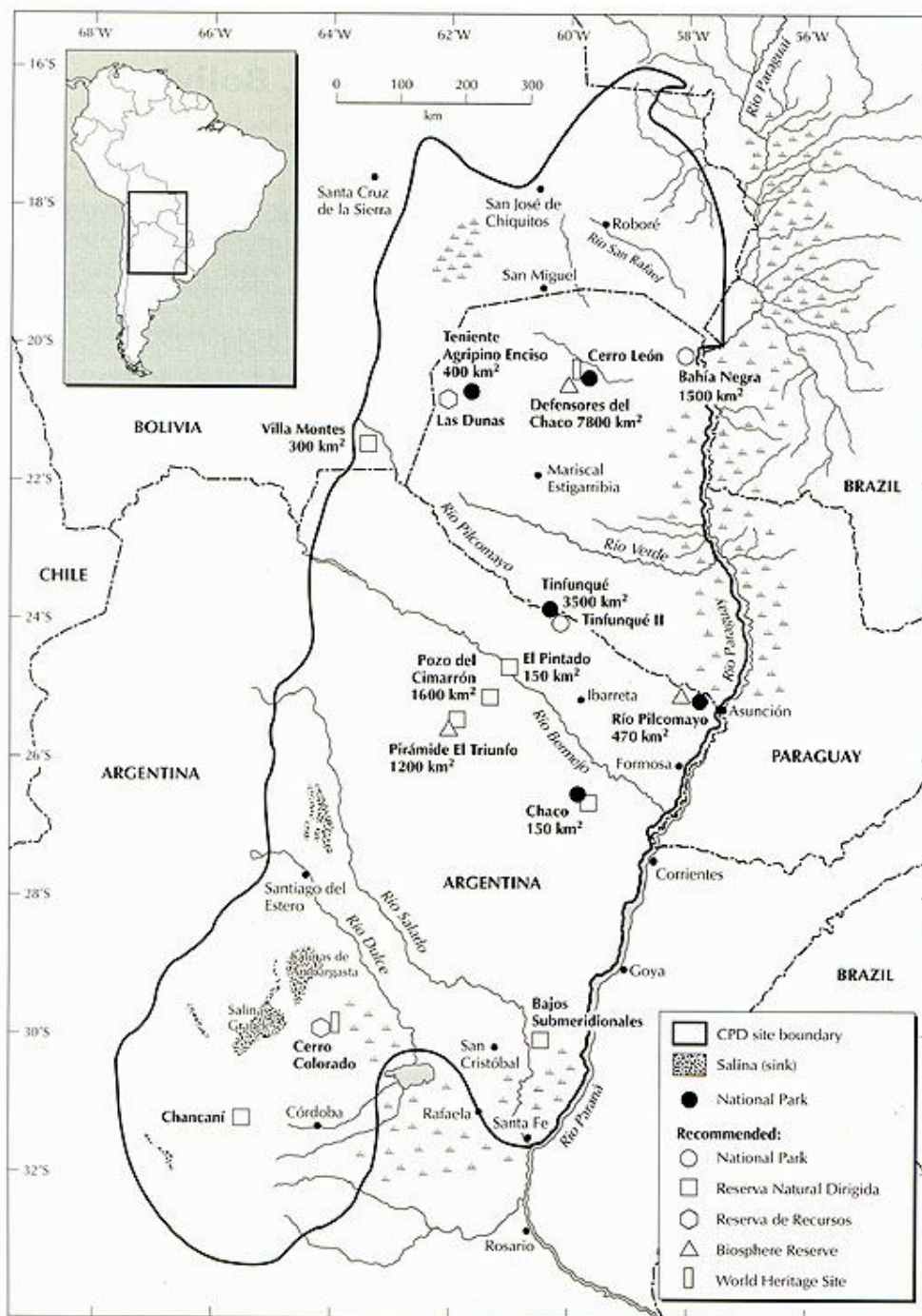
Os peritos responderam afirmativamente, pois:

(...) os processos de autodefinição dos atributos constitutivos da *indianidade terena* também estão intrinsecamente associados aos processos sócio-históricos constitutivos de sua *brasilianidade*. No caso dos Terena da Terra Indígena Buriti, todos os indivíduos contatados pelos peritos nasceram no Brasil, assim como seus antepassados memoriais, ou seja, aqueles dos quais se recordaram durante a realização dos estudos genealógicos, e se identificam plenamente como índios brasileiros. (EREMITES DE OLIVEIRA e PEREIRA, 2003, p. 296)

No entanto, a questão do Chaco precisa de alguns apontamentos, no sentido de definir em que período os Terena o habitaram, qual a definição do mapa político que abrange a área chaquenha e/ou pantaneira e qual é a sua descrição física.

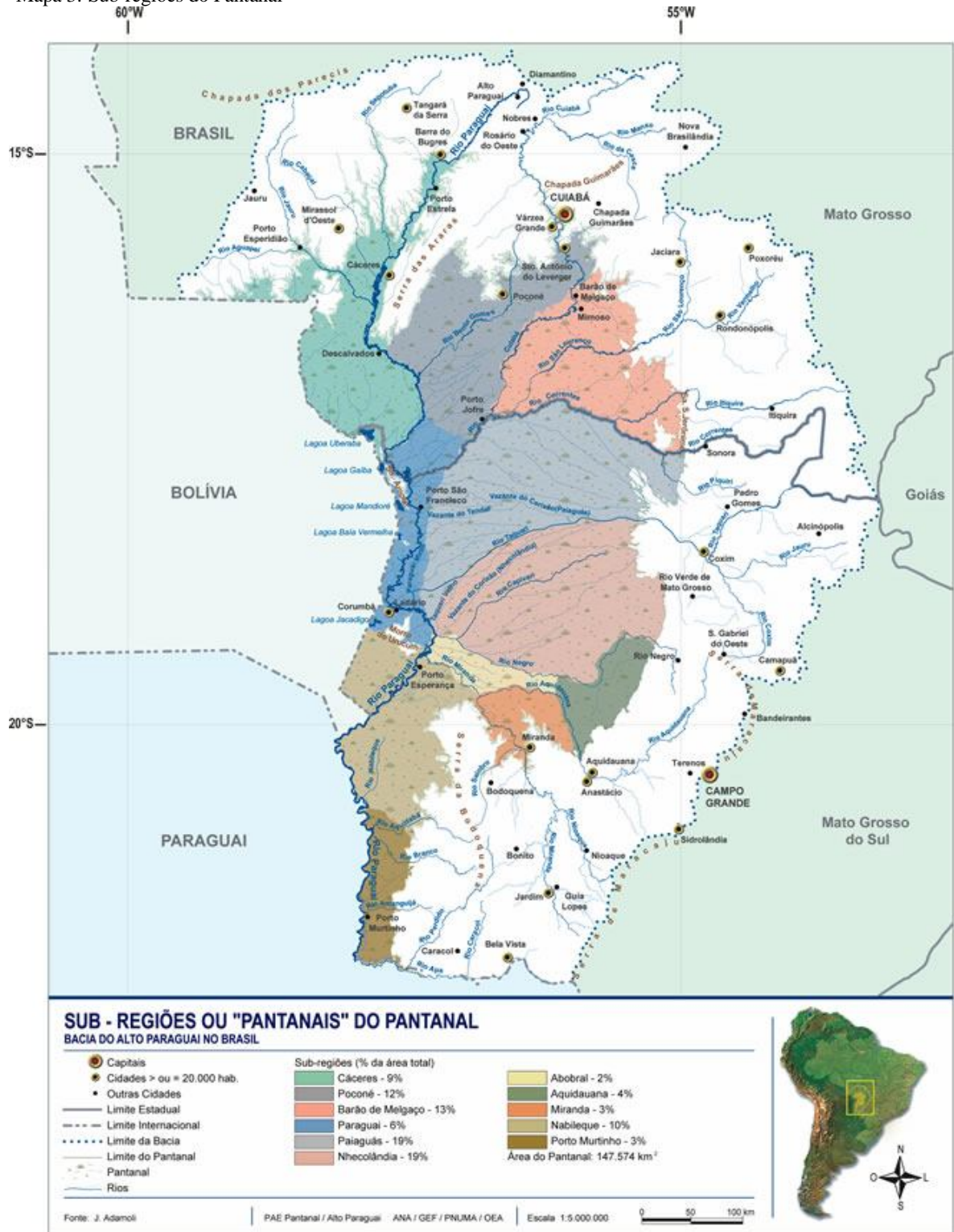
Os estudiosos das ciências naturais fazem hoje algumas distinções para definir o território do Chaco e do Pantanal. Dessa forma, o Chaco (do quechua *chaku*: território de caça) é uma região no centro da América do Sul, com aproximadamente 850.000 km² divididos entre os territórios do Paraguai, da Bolívia, da Argentina e do Brasil – ao sul do Pantanal (Mapa 2). Possui grande diversidade de ambientes com áreas planas alagadas, serras, brejos e banhados, além de florestas. (SILVA *et al*, 2000)

Mapa 2: Área de abrangência do Chaco



Fonte: ([CPD Site SA22](#)) (after FAO and UNEP 1985)

Mapa 3: Sub-regiões do Pantanal



Fonte: Programa de Ações Estratégicas para o Gerenciamento Integrado da Pantanal e bacia do Alto Paraguai - PAE.

O Pantanal, comumente chamado de Pantanal mato-grossense, é uma planície sedimentar com mais de 140.000 km², preenchida com depósitos aluviais dos rios da Bacia do Alto Paraguai. A baixa declividade dificulta o escoamento das águas e origina o aparecimento de ambientes alagados, além de vegetação em mosaico, com vegetação arbórea mais densa. (SILVA *et al*, 2000). Está dividido em várias sub-regiões (Mapa 3).

Apesar destas distinções, os pesquisadores admitem que não é fácil delimitar as duas áreas, ainda mais considerando que nenhuma delas é homogênea, e que ambas têm características semelhantes entre si. No período colonial esta definição ainda não existia, visto que os critérios usados nas ciências naturais certamente não eram aplicados de forma sistemática entre os séculos XV e XIX. Além da indefinição quanto aos parâmetros naturais, havia imprecisão quanto aos limites políticos no território hoje dividido entre Chaco e Pantanal.

1.1 Os Terena no território chaquenho / pantaneiro

Segundo as principais obras sobre os Terena, esta etnia é um dos subgrupos Guaná ou Chané, da família linguística Aruák. Eremites de Oliveira e Pereira (2003, p. 242) sintetizam as informações registradas pelos cronistas e viajantes antigos observando que “*Guaná-Txané*, também citado como Guaná, Chané ou Chané-Guaná, é uma categoria genérica”, e ainda que “os antigos Guaná falavam, até o período anterior à guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança (1864-1870), diversos dialetos Aruák. Estavam divididos nos subgrupos Terena (Etelenoé), Echoaladi, Quinquinau (Equinquinau) e Laiana (Layana)”.

Cardoso de Oliveira (1976), também analisa escritos de cronistas como Sanches Labrador, Félix Azara, Juan Francisco Aguirre, Francis de Castelnau, Alfredo D’ Escagnolle Taunay, entre outros, e considera que o subgrupo Echoaladi foi designado como Guaná em algumas obras. Esta diferença pode gerar alguma confusão entre o grupo específico e o conjunto deles.

Portanto, é necessário ter cautela na interpretação dos dados, pois a designação dos índios não era uniforme e, conseqüentemente, não se pode inferir exatamente os mesmos etnônimos para a atualidade. Como bem assinalaram Eremites de Oliveira e Pereira (2003), a

própria denominação Guaná ou Chané, é uma categoria genérica, que aglutina povos com diferentes historicidades. Ou seja, é uma formalidade instituída por cronistas, antropólogos, estudiosos em geral, com o objetivo de criar uma unidade entre estes grupos, baseados em algumas características similares. O objetivo desta observação não é romper com as tentativas de identificação de similaridades entre eles, mas atentar para as generalizações arbitrárias.

A bibliografia sobre os Terena muitas vezes não os diferencia destes outros povos também denominados como Guaná, mas, por outro lado, ignora sua ligação com outras etnias de língua Aruák:

[...] pouco tem sido feito até o momento para situar as continuidades entre as etnias falantes de línguas Aruak. Tal procedimento seria importante para evitar o equívoco de tratar cada uma dessas etnias como isoladas, sem relações históricas e culturais com seus parentes lingüísticos. (PEREIRA, 2009, p.14)

É importante contextualizar os Terena com outros povos falantes do Aruák, ao invés de tratá-los de forma isolada. Segundo Bittencourt e Ladeira (2000), também há grupos pertencentes a este tronco linguístico no estado do Mato Grosso, na região Norte do Brasil, e em países como Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia e Paraguai. Além disso, pesquisas arqueológicas e etno-históricas realizadas na porção pantaneira de Cáceres, estado do Mato Grosso, apontam que povos Aruák como os antigos Xaray, já estavam estabelecidos naquela região, por volta de uns 2.000 anos atrás, permanecendo no local até o século XVIII, quando bandeirantes de São Paulo destruíram suas aldeias. (EREMITES DE OLIVEIRA e PEREIRA, 2003).

De acordo com Oliveira Filho (1999):

(...) a compartimentalização e a objetivação da pesquisa comportam muitos problemas teóricos e políticos. No atual mundo globalizado, arquivos isolados tendem a ser incorporados rapidamente ao conjunto de fontes consultadas e sobre as quais se debate e reflete. As unidades sociais cada vez menos podem ser descritas de modo satisfatório como autocontidas, descontínuas e territorializadas. E, sobretudo, os domínios regionalizados freqüentemente operam com consensos arbitrários e unilaterais. (OLIVEIRA FILHO, 1999, p.104)

Por meio da citação acima é possível perceber os problemas gerados na História dos Terena, devido às abordagens que os concebe de maneira isolada e descontínua da trajetória

de outros grupos, como os citados anteriormente, por exemplo. Ou, por outro lado, a generalização, por vezes arbitrária, com outras etnias.

Feitas essas considerações, é conveniente tratar da presença dos Terena no Chaco. Algumas obras da historiografia tratam desta questão, além de alguns cronistas. Quanto à época em que os Guaná teriam realizado esta migração, Félix Azara assinala:

Na época da chegada dos primeiros espanhóis, ela [a nação Guaná] habitava o Chaco, entre o paralelo 20° e 22° de latitude. Ela aí permanece até 1763, enquanto uma grande parte da nação vai se estabelecer a leste do rio Paraguai, ao norte do trópico, no país que se chamava então a província de Ytati; depois ela se estende para o sul. (AZARA, 1809, II, p. 86)

Cardoso de Oliveira (1976) em sua análise dos relatos setecentistas e oitocentistas, conclui que os *subgrupos* Guaná atravessaram o rio Paraguai somente a partir da segunda metade do século XVIII, e instalaram-se nas proximidades do rio Miranda. Acrescenta ainda ser improvável que eles tenham se estabelecido na região antes deste período. Dessa forma, ele discorda da data proposta por Azara. No entanto, não parece seguro estender as considerações de ambos para todos os Terena, ou mesmo para os Guaná em geral. Assim como em épocas posteriores, os índios de uma mesma etnia não viviam todos no mesmo lugar; dividiam-se em diferentes grupos, mais tarde denominados aldeias pelos conquistadores. Os primeiros colonizadores espanhóis provavelmente tiveram contato com alguns deles, mas não com sua totalidade, sendo improvável que pudessem conhecer precisamente todos os seus deslocamentos.

Para discutir o assunto recorri a trabalhos como a perícia realizada por Eremites de Oliveira e Pereira (2003) e a tese de doutorado de Ferreira (2007). Sendo assim, não teria ocorrido necessariamente uma migração, como afirmam outros autores. Os locais hoje ocupados pelos indígenas do Mato Grosso do Sul são fragmentos de um território indígena muito mais amplo, no espaço de interação interétnica do Chaco-Pantanal. Os saberes indígenas sobre estas terras foram construídos durante o processo de colonização luso-espanhol, que desintegrou este território ao longo da formação dos Estados Nacionais. (FERREIRA, 2007).

Susnik (1978) aponta que o Chaco Boreal compreenderia a região do Porto de Candelária até o rio Jauru, ou seja, o Pantanal. Esta área era considerada uma rota de

passagem para os Andes e Peru, devido à busca pelo ouro. Um processo de ocupação sistemática no local só começou a ser realizado no século XVIII, pelos portugueses. No entanto, mesmo sem ocupação efetiva, o colonialismo hispânico adentrara nesta região há muito tempo, defrontando-se com diversos povos indígenas, em empreendimentos como Santiago de Jerez e Puerto de los Reyes.

É importante ressaltar que os territórios atualmente reconhecidos como Chaco e Pantanal eram de posse indefinida até o século XVIII. Do ponto de vista físico o Gran Chaco não abrange somente terras da Bolívia, do Paraguai e da Argentina. No Brasil, há também áreas com vegetação tipicamente chaquenha (EREMITES DE OLIVEIRA e PEREIRA, 2003).

Pelo Tratado de Tordesilhas (Mapa 4), firmado em 1494, a bacia inundável pertencia à Coroa Espanhola, e passou a ser denominada Laguna de los Xarayes. No caso do Tratado de Madri, (Mapa 5) de 1750, “não havendo o reconhecimento do direito indígena ao território, grande parte das terras era tida como espaços vazios. Os limites seguiriam, nesse caso, os acidentes físicos, ou seja, a fronteira natural, principalmente, as fronteiras fluviais” (MACHADO, 2003, p. 90).

Mapa 4. Tratado de Tordesilhas, 1494.



Fonte: SOARES, 1939.

Mapa 5. Tratado de Madri, 1750.



Fonte: SOARES, 1939.

Com o Tratado de Badajoz, de 1801, ficou estipulado que a bacia do alto Paraguai pertencia à Coroa portuguesa. Estes acordos não foram os únicos, e a tensão culminou com a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870). No entanto, os exemplos assinalam as contradições na estipulação dos limites entre os domínios espanhóis e portugueses na região habitada pelos Terena e os demais povos definidos como Guaná.

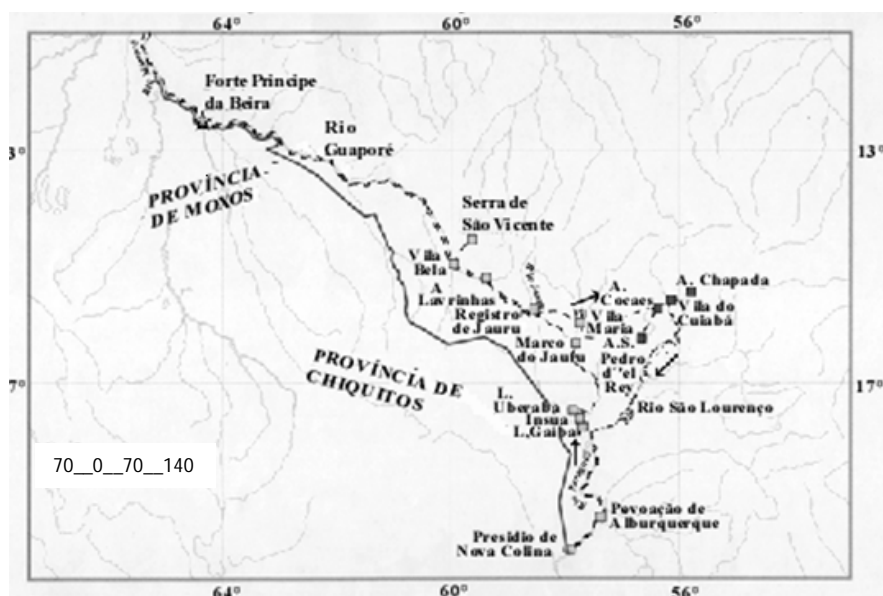
É mister ressaltar que são inúmeros os relatos de cronistas espanhóis sobre os Guaná, e há alguns sobre os Terena, especificamente. No entanto, isso não permite afirmar que estes índios são originários do Chaco paraguaio. Para as populações indígenas, o que hoje corresponde a este território formava, juntamente com o atual Pantanal mato-grossense, um único espaço de interação interétnica. Certamente, havia mobilidade dos povos, mas não é possível precisar seus deslocamentos no interior deste complexo geográfico, uma vez que eram vários grupos das mesmas etnias e os relatos de viajantes não poderiam ter contemplado todos eles. De qualquer forma, os deslocamentos das aldeias dos ancestrais dos atuais Terena se dava no interior do amplo território de ocupação tradicional. A construção desse território é anterior ao estabelecimento dos limites nacionais.

Além disso, a noção de fronteira entre os domínios luso-espanhóis era imprecisa, mesmo para as autoridades destes Estados nacionais, daí o perigo de apropriar-se desta noção para um período tão recuado. A memória dos Terena confirma a saída do Exiva (Chaco), todavia, esta memória começou a ser construída no período colonial, e, portanto, também está atrelada à noção imposta ao longo da formação dos Estados brasileiro e paraguaio.

No caso do Brasil, essa região [Exiva] abrangia, sobretudo, áreas que a partir do século XVIII foram denominadas pelos monçoeiros de Pantanal, em especial a porção meridional que vai da altura do município de Corumbá, na atual fronteira do Brasil com a Bolívia, até o rio Apa, na atual fronteira com o Paraguai (EREMITES de OLIVEIRA & PEREIRA, 2003; EREMITES de OLIVEIRA, 2003a).

Neste sentido, a região chamada de Exiva pelos Terena, poderia abranger a área denominada Albuquerque (mapa 6). Lá havia grande concentração de indígenas, alguns deles em missões religiosas. Com as constantes dificuldades dos religiosos em estabelecer os aldeamentos, ou até mesmo fugindo do assédio dos colonizadores, muitos índios se dispersaram, fundando novos assentamentos no interior do território de ocupação, ou retornando a antigos assentamentos.

Mapa 6. Localização do Presídio de Nova Coimbra e da Povoação de Albuquerque, 1789.



Fonte: COSTA, 2001.

Portanto, o que parece mais preciso é que a região do atual Pantanal de Mato Grosso do Sul também estava inserida neste espaço definido como Chaco.

1.2 As relações interétnicas envolvendo os Terena e as implicações identitárias

Os relatos de Schmidel (1944) mostram que os Guaná tinham uma agricultura bem desenvolvida, e na análise deste cronista eram vassallos dos Mbayá-Guaicuru. Azara assinala que os Guaná obedeciam aos Mbayá, mas que esta seria uma *escravidão bem doce*, pois seus senhores não empregavam um tom imperativo.

Por não conhecerem as formas de interação encontradas entre os índios na América, os europeus denominaram as relações entre os Guaná e os Guaicuru como vassalagem ou mesmo escravidão. No entanto estes termos eram imprecisos, por basearem-se na vivência dos espanhóis em outro ambiente e com outros padrões de organização política. Por isso, a noção de vassalagem refere-se ao contexto europeu da Idade Média, e a palavra “escravidão” está em desacordo com a descrição que sugere uma *submissão voluntária*. Na etnografia brasileira estas relações foram definidas como aliança ou simbiose, embora envolvessem formas de assimetria.

Cardoso de Oliveira (1976), sintetizando as informações setecentistas e oitocentistas acerca do assunto, aponta que a interação entre os grupos não foi hegemônica, estava sujeita às diferenças de cada *subgrupo*, e restrita à classe dos chefes. Além disso, houve períodos de conflito. Os Mbayá exerciam uma supremacia bélica na região do Chaco e espoliavam os Guaná, destruindo suas plantações e espreitando-os em suas roças. Foi feito então um acordo de paz entre eles, mediante a entrega periódica de parte da produção agrícola para os Guaicuru.

Todavia, enquanto forneciam alimentos e mantas de algodão, os Guaná recebiam facas, machados, e outros utensílios, fruto das investidas dos Mbayá contra portugueses e espanhóis. Ocorriam também matrimônios interétnicos que selavam as relações entre estes povos (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976). Os Terena, especificamente, souberam aproveitar a aliança com os Guaicuru, pois também adotaram o cavalo e organizavam incursões em busca de aliados. Dessa forma, colocavam em prática sua estratégia de defesa, pactuando com outras etnias. (VARGAS, 2003).

A dominação, ou antes, aliança dos Guaicuru com os Guaná, ocorreu sobre as demandas políticas indígenas, e paralela ao processo de transformação das relações na região chaquenha devido aos intentos coloniais. Esta aliança juntamente com a apropriação do cavalo e do aço, enquanto estratégia militar consolidou a supremacia Guaicuru no Chaco. Portanto, a interação interétnica e o processo de colonização luso-espanhol na região devem ser estudados em conjunto. Tanto que:

O sistema social autóctone vigente no *Chaco/Pantanal* era caracterizado pela guerra e pela dominação exercida por grupos indígenas uns sobre os outros, e eles se valiam das relações entre si e com as agências coloniais para fortalecerem suas posições dominantes. (FERREIRA, 2007, p. 116).

Como exemplo desta interdependência o autor cita o *Tratado de Paz e Amizade*, selado entre a Coroa portuguesa e os Mbayá-Guaicuru em 1791, na cidade de Vila Bela. O acordo possibilitou a fundação de fortes e povoações no território indígena.

Começa a aumentar o domínio português na região, e mais documentos produzidos pelo governo lusitano a respeito dos índios. Alguns ofícios da capitania de Mato Grosso foram selecionados com o cuidado de não tratar tais fontes como definitivas para as discussões aqui desenvolvidas.

Outro ponto digno de menção, é que em seu Parecer sobre os índios, o tenente coronel Almeida Serra (1803) salienta que os Guaná dividem-se em outros *subgrupos*. Todavia, na maioria destas fontes os Terena não aparecem, sendo entendidos aqui como parte da categoria Guaná. É um dos casos em que não havia preocupação das autoridades em distinguir cada um dos grupos em todos os documentos produzidos. Seu interesse estava voltado principalmente para a divisão entre os povos que mantinham relações de colaboração e os que estavam em conflito com os não índios. Ou, em outras palavras, aqueles que eram julgados como mais propensos a aceitar a *civilização* e aqueles que deviam ser eliminados por meio das *Guerras justas*. Mais uma vez é notável a imprecisão das informações fornecidas nos escritos oficiais, o que justifica a sua interpretação em caráter relativo.

Em ofício de 22 de junho de 1796, o comandante do Presídio de Coimbra (Mapa 6), Francisco Rodrigues do Prado, informa que nas imediações do presídio de Coimbra, estava um grupo de Guaná estabelecido junto com os Guaicuru. Eles estariam fugindo não somente dos espanhóis, mas também de outros Mbayás, o que reforça a ideia de que as relações não eram hegemônicas e variavam nos extremos conflito/aliança de acordo com cada grupo. O principal capitão Guaicuru era casado com uma mulher Guaná, ou seja, o matrimônio era uma forma de selar a aliança entre eles, conforme constatado por alguns cronistas antigos.

Em 1797, o governador da capitania Caetano Pinto informa:

Agora devo participar a V. Ex^o, que na minha chegada a Villa de Cuiabá vim alli achar hum dos principais chefes, conhecido hoje com o nome de Paulo Joaquim José Ferreira, o qual em nome da sua gente [Guaicuru], e dos Guanás, que vieram fugindo dos hespanhoes, e que presentemente se achão incorporados com os Uaicurús, não só me vinha comprimentar, mas pedir-me ao mesmo tempo mandasse aldear a huns, e a outros, no mesmo sitio, em que já se achavão entre o Presídio de Coimbra, e a povoação de Albuquerque. (Caetano Pinto de Miranda Montenegro, Vila Bela, 17 de abril de 1797, Ofício ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar)

Este documento permite algumas considerações. Em primeiro lugar confirma que os Guaná, ou pelo menos este grupo, era aliado dos Guaicuru no século XVIII. Em segundo lugar que o contato dos Guaná ocorreu inicialmente com os espanhóis e que alguns grupos deslocaram-se em virtude disto. Entretanto, é preciso fazer uma ressalva: esta mobilidade ocorreu dentro do complexo territorial que os índios ocupavam. Ao esbarrarem nos

empreendimentos portugueses, eles reivindicaram a permanência entre o Presídio de Coimbra e a povoação de Albuquerque (Mapa 6).

No mesmo ofício, o governador da Capitania de Mato Grosso afirma que seria mais prudente aldear os Guaicuru e Guaná às margens do rio Mondego (ou rio Aquidauana)¹, formando uma barreira aos vizinhos espanhóis. Entretanto, os indígenas não aceitaram justamente em virtude dos conflitos com os colonos hispânicos. O aldeamento dos índios tornou-se desta forma, uma preocupação constante da Coroa Portuguesa, na tentativa de controlá-los e conseguir sua ajuda na posse do território. Por outro lado, os índios aproveitavam-se dos conflitos luso-espanhóis para barganhar seu apoio, como aponta o mesmo governador:

A maior dificuldade que eu encontro hé a do local em que vivem [os Guaicuru e Guaná] entre Portuguezes e Espanhoes, que pretendem atrahí-los para sua amizade e elles manejando estas contrárias pretensões com bastante sagacidade, por este meio alcansão o que querem de huns e outros sem trabalho nem sujeição. (Caetano Pinto de Almeida Serra, Villa do Cuaibá, 19 de abril de 1803, ofício ao Tenente Coronel Engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra).

De acordo com o Parecer elaborado por Almeida Serra (1803), os Guaná estabelecidos nas proximidades dos presídios tinham lavouras, criação de porcos e galinhas, além de tecerem panos e redes. Todos estes produtos eram vendidos aos portugueses. Eremites de Oliveira e Pereira (2003) observam que desta forma eles encontraram uma alternativa para conseguir os artefatos metálicos, antes fornecidos somente pelos Guaicuru.

Por meio destas considerações é possível compreender que a aliança entre os Mbayá-Guaicuru e os Guaná consolidou a supremacia dos primeiros na região chaquenha. Entretanto, esta supremacia era uma via de mão dupla, uma vez que ela ocorreu no âmbito do desenvolvimento da conquista ibero-americana e por vezes envolveu conflitos e acordos com os novos ocupantes do território. No entanto, a partir do século XVIII, este sistema começava a entrar em declínio, em parte devido ao avanço do colonialismo e à fragilização do sistema de relações entre as diversas etnias indígenas da região, cada vez mais assediada e dependente das relações com os colonizadores.

¹ Segundo Corrêa Filho (1969, p. 174) Mbotetei, Mondego, Miranda e Aquidauana são o mesmo rio. No entanto, o rio Aquidauna é afluente do rio Miranda, e parece mais preciso que quando os documentos mencionam Mondego, estejam falando do Aquidauana e ao citarem Mbotetei, do Miranda.

Repito que os documentos oficiais aqui analisados referem-se unicamente aos índios que viviam no entorno dos empreendimentos coloniais. Primeiro, porque obviamente eram com estes que os portugueses tinham mais contato; segundo, porque a preocupação das autoridades estava voltada para os povos estabelecidos na região fronteiriça; e, terceiro, porque nestas aldeias havia um intercâmbio com os não índios, possibilitado por uma infraestrutura que envolvia grandes lavouras, criação de animais, produção de artigos para trocas. Todo este aparato, era valorizado pelos europeus, que viam nisto uma tendência à “civilização, e apressavam-se em relatar aos seus superiores os progressos do processo civilizatório nos locais sob sua administração.

Nem por isso, é preciso negar o poder atrativo destes locais, principalmente no bojo de desenvolvimento de novas relações de troca com os não índios. Entretanto, esse padrão de assentamento não era exclusivo, pois, não obstante as tentativas foi impossível agrupar todas as pequenas aldeias no entorno dos presídios e fortes.

Conforme Eremites de Oliveira e Pereira (2003), o formato da ocupação territorial terena não está restrito às grandes aldeias. As unidades menores são mais características da organização desta etnia. Neste caso, os autores apontam que a origem do termo aldeia remonta à Europa e foi incorporado à etnografia brasileira por influência de estudos sobre as sociedades africanas. A denominação *tronco*, segundo os autores mencionados, é mais correta para definir as unidades de ocupação dos Terena, ao menos na região de Buriti².

Desta forma, segundo os mesmos autores, muitas destas unidades permaneceram invisíveis nos documentos oficiais, nos relatos de viajantes, militares, religiosos, por estarem distantes e de certa forma serem mais independentes dos estabelecimentos coloniais. Porém, os materiais adquiridos pelos Terena dos grandes aldeamentos, (como ferramentas para agricultura, por exemplo) circulavam também entre os *troncos* estabelecidos em outros lugares. Ou seja, esses grupos não estariam isolados, mas juntamente com as aldeias,

² Este assunto será mais bem trabalhado no próximo capítulo, mas adianto que por tronco os autores entendem: “Um grupo de parentes está articulado em torno da figura de um líder, geralmente um velho, um ancião identificado como um *tronco*. O mais comum, entretanto, é que a referência seja não apenas o homem, mas o casal de velhos.” (EREMITES DE OLIVEIRA e PEREIRA, 2003, p. 135). Cada tronco reúne em torno de si um número de famílias, que ocupa determinado espaço para habitação, prática da agricultura, etc.; e tem total autonomia na condução das demandas políticas internas.

formariam um sistema de articulação social, uma rede de sociabilidade e reciprocidade, que poderia ocupar um território amplo.

As relações amistosas de alguns grupos de Terena com os Mbayá, bem como sua convivência com os europeus no período colonial, deixaram a imagem de uma etnia “aberta” para as trocas culturais. Por outro lado, esta imagem converteu-se no estereótipo de índios “mansos”. No entanto, os Terena ressignificaram todas as impressões a seu respeito na composição de sua identidade. A “abertura” para as trocas culturais permitiu a este grupo compreender e apropriar-se de estratégias de outros povos. A “mansuetude” é algumas vezes, vista como uma característica positiva pelos próprios índios, mas quando isso atende aos seus interesses. Isso fica evidente quando os Terena tentam negociar com o Estado e com os regionais usando as vias da legalidade, em atitudes diplomáticas muito características desse povo. Os Terena orgulham-se da capacidade de se relacionarem, principalmente da diplomacia terena no trato com as autoridades. É o que será tratado no próximo capítulo.

Todavia, eles investem-se da condição de *guerreiros* quando esgotam as possibilidades de negociação. Esta é uma categoria nativa, pois, os próprios Terena denominam-se dessa forma. Esta *performance* de sua identidade também é motivo de orgulho para os índios. Um exemplo disso foi sua participação na Guerra da Tríplice Aliança, episódio que guardam como elemento marcante de sua memória coletiva.

1. 3 A política indigenista na colônia e no Império

A colonização dos europeus na América sempre esteve ligada a uma concepção cristã etnocêntrica, considerando os indígenas como representantes da infância da humanidade, em uma escala evolutiva em cujo topo estava a *civilização branca, cristã, ocidental*. De acordo com Ferreira Neto (1997), esta postura foi reforçada nos séculos XVIII e XIX com o desenvolvimento das ciências naturais e do positivismo. Em uma perspectiva evolucionista, a distância geográfica e cultural era considerada histórico-evolutiva, explicando tal situação com as diferenças físicas de cada grupo étnico, ou *raças*, conforme terminologia da época. Evidentemente tais teorias não se sustentaram após as críticas antropológicas dos séculos XIX

e XX, pelo menos não no meio acadêmico. Mas, esta concepção norteou a colonização portuguesa no Brasil, visando a então *assimilação* dos índios pela sociedade envolvente.

As ações do governo português nos primeiros anos de colonização no sul de Mato Grosso concentraram-se sobre os povos que viviam nas imediações dos fortes, presídios e vilas. Nos primeiros anos do Império a situação não mudou, e as decisões sobre os índios eram tomadas de forma arbitrária, a critério de cada província. (VASCONCELOS, 1995). A partir de 1845, isso começou a mudar, ao menos teoricamente. Neste ano foi instituído o Regulamento 426, também chamado Regulamento das Missões ou Regulamento da Catequese e Civilização dos Índios, com o qual a política indigenista tomava novos rumos. Foram criadas as Diretorias Gerais dos Índios (DGI) em todas as províncias. As terras em que os índios se encontravam passariam a pertencer ao Império e poderiam ser vendidas pelo mesmo. As diversas etnias deveriam ser aglomeradas em pequenos aldeamentos nas terras *doadas* pelo Estado para seu usufruto. O objetivo era a então *assimilação* desses povos pela *civilização* brasileira (LEOTTI, 2001). Sob a aparente regulamentação das aldeias estava o claro ensejo de legalizar a expropriação dos territórios indígenas.

Para definir as estratégias a serem utilizadas com cada etnia, era necessário conhecê-las. Por isso, o relatório do Presidente de Província José de Oliveira (1849) traz uma classificação da população indígena de Mato Grosso, de acordo com as relações que mantinham com os não índios. Segundo esta avaliação havia três grupos: “1) aldeados perto das nossas povoações, 2) no primitivo estado de independência, mas tem algumas relações conosco, 3) hostilizã-nos e não se mostram dispostos a querer a nossa amizade” (sic.). Dessa forma, os Terena, junto com os demais *subgrupos* Guaná aparecem na primeira categoria. No entanto, neste caso trata-se de aldeamentos oficiais, mas, é importante lembrar que eles não eram a única alternativa de territorialização para todos os indígenas, nem mesmo para todos os Terena³.

Em 1846 foi criada a DGI no Mato Grosso, porém eram muitos os obstáculos para a aplicação do novo Regulamento. O aldeamento dos indígenas não seria uma tarefa fácil, no que concerne à dificuldade de estabelecer um padrão para culturas tão múltiplas, com formas diferentes de recepção desse novo modelo imposto pelo Império. A princípio, o controle das

³ Segundo Eremites de Oliveira e Pereira (2003), havia grupos menores de Terena organizados conforme a estrutura dos *troncos*, formando pequenas redes de alianças em pontos esparsos do território.

aldeias seria entregue a pessoas leigas, o que gerou certo descontentamento entre alguns Presidentes de Província.

Devido às instâncias das autoridades de Mato Grosso, foram enviados dois religiosos capuchinhos para a catequese dos índios: Frei Antônio de Molinetto e Frei Mariano de Bagnaia, conforme o relatório do Presidente José de Oliveira (1849). Segundo Augusto Leverger, em relatório de 1851, somente os religiosos poderiam incumbir-se de semelhante trabalho, e mesmo assim, seria difícil cumprir a nova lei.

Posteriormente, Leverger (1852) relata que “Quasi nenhuma aplicação se tem feito das disposições do Regulamento 426, de 24 de julho de 1845; e muitas delas parecem inexequíveis, pelo menos na actualidade.” (sic). Entre estas disposições, as principais eram a criação de aldeamentos indígenas submissos à administração provincial, a realização da catequese, a criação nestes aldeamentos de escolas de alfabetização e oficinas de artes mecânicas, o estímulo à agricultura, o treinamento militar e o alistamento dos índios em companhias especiais. Apesar disso, no mesmo documento, o Presidente de Província faz menção aos Guaicuru e Guaná, ressaltando que suas aldeias “tem um tal princípio de civilização e entretêm conosco relações mais ou menos estreitas”. Ou seja, mais uma demonstração do ensejo das autoridades de *integrar* os índios à sociedade nacional, e da confiança do Estado na suposta predisposição destas duas etnias à *integração*.

As informações relativas aos índios eram de difícil acesso para os funcionários do Estado, uma vez que o território era vasto e com poucos habitantes não indígenas. O então Presidente de Província do Mato Grosso, Gomes Jardim (em ofício de 1846), expôs suas dificuldades para obtenção de tais informações, evidenciando o desconhecimento dos administradores em relação à população indígena.

No mesmo documento, o referido Presidente de Província menciona que não há nenhuma aldeia propriamente dita na província, mas grupos de índios que:

Habitam tendas ou ranchos cobertos de palha, ordinariamente abertos, a aos lugares onde estão fixamente situadas as tendas de uma mesma tribu, dá-se ainda que impropriamente o nome de aldeia, embora não estejam sujeitas a direcção ou regimem algum. (sic) (GOMES JARDIM, apud VASCONCELOS, 1995, p. 209)

Por meio desta citação é perceptível que a palavra *aldeia* deve ser compreendida no seu contexto, para evitar equívocos. Neste caso, o autor do documento utiliza este substantivo com algumas ressalvas. Embora admitindo a existência destas *aldeias*, ele salienta que o termo não é correto, pois a autoridade nestes lugares não estava sob a interferência do Estado. Locais como estes mencionados pelo Presidente da Província, totalizariam vinte e um. No Distrito de Albuquerque, por exemplo, haveria grupos de Guaicuru, Guaná, e Quinquinau. No distrito de Miranda, além de outras etnias, estariam os Laiana, Quinquinau e Terena.

É preciso considerar as dificuldades enfrentadas pelos funcionários do Império, e as diferentes denominações que os grupos indígenas recebiam. Portanto é impossível aceitar em caráter absoluto as informações quantitativas apresentadas nos documentos oficiais. Pois segundo Collingwood:

Segue-se que a história científica não contém quaisquer afirmações pré-fabricadas. A ação de incorporar uma afirmação pré-fabricada no conjunto de seu conhecimento histórico é uma ação que, para um historiador científico, é impossível. Perante uma afirmação pré-fabricada acerca do assunto que está a estudar, o historiador científico nunca pergunta a si próprio ‘Esta afirmação é verdadeira ou falsa?’ – ou então, por outras palavras incorporo-a ou não na minha história?’ A pergunta que ele faz é ‘Que significa esta afirmação?’ – o que não é equivalente à ‘Que é que pretendia dizer a pessoa que a fez?’, embora seja sem dúvida, uma pergunta que o historiador deve formular, e a qual deve ser capaz de responder. (COLLINGWOOD, 1972, p. 334)

Portanto, mais relevante do que discutir a veracidade das afirmações de Gomes Jardim, é apreender alguns pontos do documento que nos dão uma ideia da forma como os aldeamentos eram vistos, da preocupação das autoridades oficiais em instituir o controle do Estado sobre estes grupos, e da dificuldade em implantar efetivamente este controle.

Em geral, estes relatórios seguem o mesmo padrão, com pouca ou nenhuma mudança a cada ano, mesmo quando escritos por pessoas diferentes. No item “Catechese e Civilização” são apresentados os empecilhos para a efetivação do Regulamento 426, e os poucos sucessos segundo a visão das autoridades. Em 1853, por exemplo, Leverger reitera a dedicação do Frei Mariano de Bagnaia na aldeia Quinquinau:

Continua a ser mui satisfactorio o estado da aldêa dos Kinikinãos na Missão do Bom Conselho, sob a desvelada direcção do religioso Capuchinho Frei Mariano de Bagnaia. Oitenta e três meninos frequentão com notável proveito a aula de primeiras letras, e vinte a de musica, oito aprendem os officios de Ferreiro e de

Ourives, e dous já estão prompts no de Sapateiro. (Augusto Leverger, Cuiabá, 3 de maio de 1853, relatório)

Porém, os empecilhos persistiam. Em documento de 3 de maio de 1854, o mesmo Presidente de Província lamenta não ter conseguido estabelecer uma aldeia para a catequese dos índios Terena e Laiana em Miranda. E em 1856, informa sobre o malogro da Aldeia Quinquinau do Bom Conselho⁴:

Huma deplorável fatalidade tem feito com que, de há tres annos a esta parte, falhassem as plantações; a fome tem obrigado os índios adultos a espalharem-se, e os meninos, tendo também de prover à sua subsistência, mal podem frequentar a escola. Não há alias motivo de receiar que esses índios voltem à vida selvagem: ajustão-se com os particulares para serviços de roça ou de navegação fluvial, e tenho tirado muito proveito de huma porção delles; que mandei alistar em huma companhia de canoeiros e que há dous annos guarnecem as canoas empregadas no transporte de gente e de munições de guerra e de boca. (Augusto Leverger, Cuiabá, 4 de dezembro de 1856, relatório)

Contudo, ele, concluiu que o insucesso não foi total, uma vez que muitos índios prestavam serviços aos regionais. Ou seja, por trás das iniciativas do Estado estava o desejo de empregar a mão-de-obra indígena. Quanto a isso é possível traçar um paralelo com a análise de Monteiro (1995), ao considerar que os índios eram os *negros da terra*. O intento era justificado pelo discurso paternalista que previa proteção aos indígenas e por meio da catequese retirá-los da “vida vagabunda e depredadora a que estão acostumados”, segundo as palavras de Leverger (1853).

Os empecilhos para a execução do projeto aldeador eram lembrados a cada ano. O Vice-Presidente de Província Albano de Sousa Osório, em relatório de três de maio de 1857, informa que só havia aldeias, nos moldes estabelecidos pelo Estado, na localidade de Albuquerque. Em Miranda havia muitos índios, mas, “que vivem, posto que mansos, sem lei sobre si”, segundo a avaliação de Osório. Isto mostra que se as tentativas aldeadoras não lograram total êxito no Mato Grosso foi em parte pela não aceitação dos próprios índios. Porém, ainda que parcas, estas iniciativas possibilitaram o acesso dos novos ocupantes à terra e ao trabalho indígena.

⁴ A aldeia do Bom Conselho ficava nas proximidades de Albuquerque (SGANZERLA, 1992). A dispersão dos índios de áreas como esta são semelhantes aos relatos sobre a saída do Exiva.

Os demais documentos dos Presidentes de Província não diferem substancialmente dos citados aqui. Foram consultados, para este estudo, os relatórios até o período da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870). São repetitivas as considerações que atestam as dificuldades em estabelecer os aldeamentos, a falta de missionários ou pessoas que se responsabilizassem pelas aldeias. Apesar disso, não é possível negar que nos primeiros anos da colonização portuguesa e posteriormente do Império, houve uma *territorialização* dos índios induzida pelo Estado. Vargas (2003) traz contribuições relevantes para esta discussão. Segundo a autora a política indigenista era na verdade uma política das terras indígenas. O aldeamento e a catequese eram os instrumentos usados para controlar as sociedades indígenas e ao mesmo tempo apoderar-se de suas terras.

A Lei de Terras (lei n. 601 de 18/09/1850), na prática, também contribuiu com a expropriação dos índios. Com a nova legislação a posse passou a ser legalizada somente por meio da compra. Passaram a existir as terras de domínio privado e as terras de domínio público ou devolutas. Quanto ao território indígena, o regulamento não era claro, mas delegava ao Estado a obrigação de reservar parte das terras devolutas para o aldeamento dos índios. Todavia, a tendência geral foi o avanço de terceiros às terras indígenas e espoliação das mesmas. (MOREIRA, 2002)

Desta forma, delineava-se a política em relação aos índios. Por meio da catequese as etnias consideradas “mansas” eram aglomeradas em espaços menores. Esta ação tinha várias funções: além de liberar terras para os novos ocupantes e aproveitar o trabalho indígena (como no caso dos Terena que forneciam produtos agrícolas e mantas de algodão), ainda possibilitava o guarnecimento das fronteiras. Mas as novas medidas não atingiram grande parte da população indígena da província nos primeiros anos.

Em relação aos índios que estavam mais próximos dos novos ocupantes, é preciso fazer algumas ressalvas. Mesmo os Terena, rotulados pelas autoridades como “pacíficos e dóceis”, não aceitaram passivamente as condições impostas pelo colonialismo e depois pelo Império brasileiro. O Vice-Presidente de Província Albano de Sousa Osório (1857) observou que em Miranda havia índios que não viviam sob os novos moldes impostos pelo Estado, embora mantivessem boas relações com os não índios.

Estas relações amistosas ilustram que os Terena, em alguns momentos, souberam apropriar-se da política indigenista e embora não aceitando plenamente o regime dos

aldeamentos, “permitiram-se aprender a ler e a escrever, para depois permitirem-se também contribuir com a política indigenista (...) com o objetivo de colocar em prática suas antigas pautas culturais de convívio” (VARGAS, 2003, p.62). Um exemplo disso é evidenciado por Taunay (1931), quando de sua passagem pela aldeia terena Pirainha, em 1866. O autor observa que o capitão, José Pedro, aprendera a ler e escrever no aldeamento quinquinau do Bom Conselho, com Frei Mariano de Bagnaia. Em sua aldeia montou uma escola, e dentre outros feitos, conheceu o Imperador. Seu bom relacionamento com os não índios favorecia em parte os interesses indígenas.

1. 4 As tensões no sul de Mato Grosso

Não bastassem os empecilhos iniciais, a tensão decorrente da questão fronteiriça entre Paraguai e Brasil atrapalhava ainda mais a aplicação do Regulamento 426. O litígio na região envolvia diretamente os índios, tanto que a tentativa de aldeá-los nas proximidades dos fortes e presídios tinha também o objetivo de guarnecer a fronteira e estabelecer alianças para garantir a posse territorial do Império. (LEOTTI, 2001)

A tentativa de estabelecer aldeamentos subordinados ao comando de autoridades oficiais, não logrou total êxito no Mato Grosso. Mas, apesar dos insucessos, a política indigenista do período permite compreender como ocorreu a formação da estrutura fundiária no sul de Mato Grosso, baseada nas propriedades extensas, à custa da expropriação indígena e legitimada pelo Estado sob o discurso do desenvolvimento econômico, e da suposta proteção aos índios.

Em 1860, os indígenas eram utilizados em missões de risco. Tanto o Brasil quanto o Paraguai aliaram-se a grupos indígenas para patrulhamentos e reconhecimento da área litigiosa entre os dois países. As conseqüências foram tanto físicas quanto psicológicas para os povos indígenas, uma vez que se viam envolvidos numa guerra cujas causas desconheciam. (LEOTTI, 2001)

É preciso salientar, porém, que o engajamento indígena na Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) não se restringiu, no caso brasileiro, aos povos da fronteira. Também foram recrutados índios em outras províncias do Império. O maior envolvimento das etnias da região

fronteira deve-se ao fato de que as terras ocupadas por estas estavam em território litigioso, como é o caso dos Terena.

As obras de Visconde de Taunay, militar participante e cronista do conflito platino, passaram por uma releitura por se constituírem como fonte primária do assunto. Desta forma, foi possível evidenciar a cooperação dos Terena com o exército brasileiro. Segundo ele, estes e outros índios foram incorporados à Guarda Nacional. A particularidade, no entanto, é que segundo Vargas (2003), os Terena dispuseram-se a ingressar na Guarda Nacional como uma forma de resolver os problemas que tinham com fazendeiros da região, pois já existiam dissidências entre eles referentes aos limites das propriedades. Além disso, lutar contra a invasão paraguaia significava defender suas próprias terras.

A postura destes indígenas diante dos acontecimentos de seu tempo não foi de forma alguma passiva. Eles não aguardaram simplesmente as determinações das autoridades militares, nem seu recrutamento foi sempre compulsório. Algumas vezes era uma alternativa para resolver também suas questões que nessa conjuntura seguiam ao encontro dos interesses da sociedade regional e da questão de limites com o país vizinho.

De acordo com Taunay (1948) no final de 1864, ocorreu a invasão paraguaia do Mato Grosso sob o comando do coronel Resquin. Na vila de Miranda, a agitação era geral, inclusive militares fugiam. Todavia, os indígenas propuseram a defesa do território, mas não possuíam armas, por isso pediram às autoridades de Miranda o arsenal do depósito da vila, no que não foram atendidos:

Pela madrugada chegaram os restos desordenados do primeiro corpo de caçadores e tudo quanto morava nos arredores para lá afluíra [vila de Miranda]. A quantidade de índios de raça chané (*terenas, laianos, kinikinaus e chooronós* ou *guanás*) *guaicurús* e até *cadiués* e *beakiés* que são, contudo, pérfidos aliados, mal vistos dos brancos, era considerável, todos a pedirem em altos brados, armas e munições de que estava repleto o depósito de artigos bélicos, para correrem a preparar *toaias*. (TAUNAY, 1948, p.263)

A despeito da má vontade ou do temor das autoridades, em armar os índios, esses, esperaram a população abandonar a vila e pegaram as armas do depósito. Atitude esta que garantiu a proteção dos brasileiros, uma vez que tal armamento foi utilizado ao lado das forças imperiais e não fosse isso, teria caído nas mãos inimigas. “Os paraguaios, porém, vinham marchando muito vagarosamente, tanto assim que só a 12 de janeiro [1865] entraram

na vila entregue pelos índios a completo saque, principalmente no que dizia respeito ao armamento e cartuchame. E fizeram muito bem, não há contestar.” (TAUNAY, 1948, p. 264)

Leverger expressou sua opinião a respeito da resistência organizada pelos índios, em relatório de 1865:

Os Índios moradores das aldeias da vizinhança, depois da evacuação da nossa tropa e antes da entrada dos Paraguayos apoderarão se da porção de armamento que existia nos armazéns militares, e com elles hostilizarão o inimigo; mas este não tardou a domar esta resistência, que não era de esperar fosse efficaz, attendendo à inferioridade de numero dos mesmos Índios e à sua falta de disciplina. (Relatorio do vice-presidente da provincia de Matto-Grosso, Augusto Leverger, p.10)

É conveniente compreender o momento em que este relatório foi produzido, pois, Chauveau e Tétart (1999, p. 33), a respeito dos fatos históricos, salientam que sua interpretação está condicionada às “condições históricas nas e pelas quais eles são percebidos”. Na visão das autoridades da época ainda estava presente a perspectiva etnocêntrica, ou seja, atribuía-se aos índios o rótulo de menos *capazes*, *bárbaros*, inferiores à sociedade envolvente. Esta noção pode ser percebida no documento citado acima, quando se atribui o insucesso da defesa organizada pelos indígenas, além de outros fatores, a uma suposta falta de disciplina dos mesmos.

Taunay (2005) também menciona esses índios ao referir-se ao episódio conhecido como Retirada da Laguna, em de 1867. O plano das forças aliadas (Argentina, Uruguai e Brasil) era atacar com duas frentes simultâneas: uma ao sul, subindo o Rio Paraguai pelo lado da Argentina até o coração da república paraguaia; e outra pelo norte, descendo as águas do referido rio a partir de Cuiabá. Poderia ter dado certo não fossem as imensas distâncias a transpor. A maior parte dos recursos bélicos foi destinada às forças que atuavam pelo sul e a pequena coluna que ia pelo norte ficou à mercê das mais duras provações. A citação abaixo é sobre uma passagem em que essa coluna estava próximo à colônia de Miranda e já contava com ajuda dos indígenas:

Recebeu logo o 17º. batalhão ordem de ir, além do ponto atingido pelo 21º. realizar um reconhecimento, sob a direção do guia Lopes e em companhia de um grupo de índios Terenas e Guaicurus , que desde algum tempo se apresentara ao Coronel. A 10 de abril, realizou-se a partida, bandeiras desfraldadas e música à testa, espetáculo

sempre imponente em vésperas de combate. Graças ao comandante apresentava-se o grupo em pé de disciplina, que em qualquer ponto o tornaria notado. (TAUNAY, 2005, p. 64)

A participação na Guerra ficou presente na memória coletiva da etnia Terena, como demonstra esta fala sobre o conflito, que enaltece o *ethos guerreiro* terena:

É, a nossa geração, os nossos tronco, tem uma história pra nós que... Tinha um perparo na frecha, paraguaio tava do lado de lá da aroeira, então... faz de conta que isso aí é uma aroeira. Então, paraguaio escondeu de lá. Ele mete uma frechada daqui, ele parte essa aroeira e pega o paraguaio. É uma coisa que... eles falaram isso aí, pode ser que acontece. [trecho no idioma]. A gente fica pensando... (Armando Gabriel, índio Terena, 85 anos, 2003)

São exaustivos os exemplos do engajamento Terena ao lado das forças imperiais, porém sua contribuição não se restringe a isso e pode ser atestada com os serviços que prestaram: tornaram-se guias por serem bons conhecedores da região; produziram víveres, visto serem excelentes agricultores; e abrigaram não índios em suas aldeias.

Durante o evento bélico, muitos habitantes da região, refugiaram-se na Serra de Maracaju. A maior parte da população precisou abandonar suas casas, inclusive os indígenas viram-se forçados a deixar algumas aldeias. Ao subirem a referida serra, os índios encontraram a população de Miranda, que já havia se refugiado lá, numa situação delicada. Nem todos possuíam o hábito da agricultura e estavam passando fome. Os indígenas então começaram a plantar e dividir entre todos sua colheita. De acordo com Taunay, logo se regularizou a vida na serra:

Não tardou também que toda a população allí estabelecida, brancos e índios, encarasse, com paciência, a situação, esperando o desfecho da intermina guerra dos cinco annos, pelos paraguayos tão deslealmente encelada quanto ferazmente conduzida. Nos diversos acampamentos da serra construíram ranchos vastos e commodos, e, pouco a pouco, regularizou-se o modo de viver daquellas colônias hybridas, de brasileiros civilisados e índios, sobretudo kinikináus, a que se haviam aggregado guanás, terenas e laianos. (sic.) (TAUNAY, 1931, p. 34)

Em sua obra *Memórias* (TAUNAY, 1948), menciona que os índios, em número superior ao dos brancos, entretinham com estes boas convivência e grande cooperação. Passavam entre as rondas paraguaias à noite e desciam a serra de Maracaju para laçar reses na planície e tangê-las para o alto dos acampamentos, abastecendo de carne as moradias dos *Morros*.

Certos indígenas especializaram-se nesta tarefa, angariando por vez, até oito ou dez cabeças de gado bravo, sem, contudo, esquecer de apagar as pegadas. Apesar das precauções, ocorreram embates entre os índios e os paraguaios em 1866 nas imediações da Serra de Maracaju, quando as forças imperiais ainda estavam distantes, no Coxim.

É possível perceber por estes exemplos, quão importante foi a contribuição Terena para o Exército brasileiro, em suas atividades como guias, como agricultores, anfitriões e voluntários no exército imperial. Partilhando dos mesmos dissabores, dos mesmos combates e das mesmas moléstias. Dessa forma, estes índios mantinham a relação de cooperação com o Estado e com a sociedade envolvente.

Todos esses acontecimentos na trajetória dos Terena fizeram parte da construção histórica de sua identidade. Autores como Vargas (2001) e Eremites de Oliveira (2007) ressaltam a importância da Guerra da Tríplice Aliança na vida dos Terena. O episódio alterou a configuração territorial dos índios no sul de Mato Grosso, pois com o seu término, novos ocupantes chegaram à região. Por outro lado, sua participação ao lado do exército brasileiro, foi mais um argumento para exigir a demarcação de suas terras, além de não deixar dúvidas sobre seu sentimento de brasilianidade.

1.5 A política indigenista na República e o movimento indígena

O final do século XIX assistiu a dois acontecimentos importantes: o desfecho da Guerra da Tríplice Aliança, cuja consequência foi uma nova onda de colonização que acabou por aumentar os conflitos territoriais entre índios e não índios; e a Proclamação da República. Quanto a este último episódio, o povo brasileiro foi, literalmente, o último a saber o que motivava os militares a tomar as ruas do Rio de Janeiro em 1889 (CARVALHO, 1990).

Nesta conjuntura, o Estado tinha vários problemas a resolver no sul do Mato Grosso, dentre eles: o guarneamento das fronteiras; a recuperação do território devastado pela guerra; e a liberação de terras e de mão-de-obra para os estabelecimentos agropastoris que estavam surgindo⁵. A “solução” encontrada para estas quatro questões foi o aldeamento dos índios. (VARGAS, 2003)

⁵ O final da Guerra da Tríplice Aliança até a criação do SPI, 1910, representou uma ruptura na já inconstante política indigenista brasileira. Neste contexto, o aumento dos estabelecimentos rurais no sul de Mato Grosso

Atenta a esta situação, a política indigenista da República, norteadada pelo Positivismo, manteve o objetivo do período anterior: legitimar a expropriação das terras indígenas:

O Brasil urbano (leia-se especialmente Rio de Janeiro, centro do poder político) respirava ares franceses. Era o positivismo comteano, tanto em sua versão política quanto religiosa, que impregnava boa parte da intelligentsia e, muito particularmente, o exército nacional com anseios humanistas cujas exalações acabaram por afetar profundamente os destinos de centenas de povos indígenas espalhados pelo subcontinente Brasil. Foi pelo empenho e pressão de uma boa parte de militares positivistas que se fez a República. O projeto positivista para o Brasil, como outros antes dele, contemplava amplamente a questão indígena, diretamente vinculada à conquista e ao domínio de partes do território nacional. (RAMOS, 1999, p. 9)

Em 1910 foi criado o SPILTN (Serviço de Proteção aos Índios e Localização e Trabalhadores Nacionais) que integrou o então Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. A expressão *localização de trabalhadores nacionais* sugere uma vinculação entre os índios e o trabalho nas atividades econômicas da sociedade envolvente. Em 1918 o SPI separou-se de seu complemento LTN. De 1930 a 1934, o órgão indigenista passou para o Ministério do Trabalho. De 1934 a 1939, integrou o Ministério da Guerra, na Inspeção de Fronteiras, reforçando o papel indígena no guarnecimento das fronteiras. Em 1940, voltou ao Ministério da Agricultura e por fim, passou a integrar o Ministério do Interior (Souza Lima, 2002).

A T. I. Buriti expressa bem as intenções que nortearam o trabalho do SPI. Sua atuação não era homogênea, e destaca-se pela questão da demarcação das Reservas. Na história de Buriti é perceptível que a delimitação da T. I. foi feita pelo Estado com intenção deliberada de assegurar algum espaço para a lotação dos índios, mas ao mesmo tempo também de liberar as terras de ocupação terena para as propriedades rurais em formação. A concentração dos índios em torno do Posto Indígena também consolidou a Reserva como um reduto de mão-de-obra para as fazendas do entorno. (VARGAS, 2003; EREMITES de OLIVEIRA e PEREIRA, 2003)

Outro ponto importante é que na primeira metade do século do século XX, o Estado, a academia e os regionais (imbuídos do paradigma assimilacionista), não acreditavam que houvesse densidade populacional crescente e nem preservação da identidade étnica terena. A região de Buriti tinha aproximadamente 420 indígenas nos anos de 1920. Foram demarcadas

intensificou a exploração compulsória da mão-de-obra indígena. Este período ficou conhecido pelos Terena como *Tempos de Servidão*, *Tempos de Cativo* ou *Escravidão*. E foi seguido pelo *Tempo de Camaradagem*. Este assunto será discutido no item 2.2 do próximo capítulo.

as 2090 ha. na mesma década. Atualmente, a T. I. tem de 2000 a 3000 habitantes, neste mesmo espaço, que é portanto, insuficiente⁶ (EREMITES de OLIVEIRA e PEREIRA, 2003). O problema demográfico só não é maior devido à intensa migração para outras Terras Indígenas ou para espaços urbanos.

Em 1967 o SPI foi substituído pela Funai (Fundação Nacional do Índio). Concebido durante a Ditadura Militar (1964-1985), sua ação, assim como a do órgão anterior, foi marcada pela perspectiva assimilacionista. O Estatuto do Índio (Lei nº 6.001), aprovado em 1973, reafirmou as premissas de integração (SANTILLI, 1991).

Posteriormente, ao menos do ponto de vista jurídico, a Constituição Federal de 1988 trouxe mudanças importantes como o reconhecimento dos direitos originários dos índios às suas terras, e o abandono do paradigma assimilacionista. (CUNHA, 1992) Estes avanços podem ser compreendidos numa perspectiva dialética, visto que, em parte foram a mola propulsora de uma série de reflexões em torno da questão indígena. Mas por outro lado, também foram frutos destas reflexões.

Floresceram várias instituições de apoio aos índios, das quais é possível citar: as comissões pró-índio (CPIs), as associações nacionais de apoio ao índio (ANAIs), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), a Operação Amazônia Nativa (OPAN), o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) e o Núcleo de Direitos Indígenas (NDI). Esses órgãos constituíram-se como alternativas para o indigenismo brasileiro (SANTILLI, 1991).

No entanto, ainda mais destaque merece o movimento protagonizado pelos próprios índios. Convém lembrar que “cada vez mais as culturas ‘nacionais’ estão sendo produzidas a partir da perspectiva de minorias” (BHABHA, 2003, p. 25). Para Woodward (2000) os “novos movimentos sociais” surgem a partir da década de 1960 para expressar a ideia de política de identidade. Ou seja, ao passo que o Estado e as diversas frentes de contato opunham-se a identidade étnica dos povos indígenas, eles iam fornecendo motivos e mecanismos para a afirmação identitária, e as reivindicações daí advindas. Dessa forma, nas últimas décadas do século XX, surgiu o movimento indígena na América Latina e no Brasil.

⁶ Quando foi realizada a perícia na T. I. Buriti, a Funai tinha apenas estimativas sobre a população do local. Os peritos solicitaram dados à Funasa, mas, a mesma só tinha informações de três das aldeias: Córrego do Meio, Água Azul e Buriti. Estes órgãos ainda não disponibilizaram informações mais atualizadas e precisas sobre a população total da T. I.

O estado do Mato Grosso do Sul está inserido neste contexto. Dentre outros, cito dois exemplos: a fundação da UNI – União das Nações Indígenas, por um índio Terena em 1979, em Aquidauana, município que agrega maior população desta etnia (SOUZA, 2006); e as reivindicações pela demarcação de terras indígenas.

Os índios Guató, os Ofayé e os Kaiowá foram os primeiros no estado a dar uma conotação de movimento social às suas reivindicações territoriais. Rios (1987, p 799, *apud*: PEREIRA, 2003, p. 142) aponta que os movimentos sociais expressam “uma consciência de grupo e de afinidades percebidas por indivíduos submetidos às mesmas pressões”. Neste caso, “a perda do espaço físico necessário à reprodução física e cultural da sociedade, de acordo com sua estrutura social e princípios cosmológicos” é o agente aglutinador, o problema comum que une diversas comunidades indígenas (PEREIRA, 2003, p. 142).

No início, as reivindicações dos Kaiowá constituíam fenômenos sem uma conexão direta entre si, e por isso:

eram muitas vezes neutralizados pelas forças contrárias aos interesses indígenas. A partir da década de 1970, as ações das comunidades submetidas a uma situação comum começam a ganhar visibilidade e articulação. Nesse período também passam a receber o apoio de organizações indigenistas da sociedade civil que iniciam a atuação na região. Assim, as comunidades com problemas de terras começam a ensaiar os primeiros passos buscando uma maior articulação e apoio político mútuo. A continuidade no tempo destas ações é mais um aspecto que as aproxima das ações das comunidades guarani de um movimento social (PEREIRA, 2003, p. 139).

A mobilização dos Kaiowá tem outras características de movimento social: não tem um estatuto formal regendo a conduta dos líderes, pois a adesão ocorre pela simpatia ou por sentir-se participante da causa, não pela inclusão em caráter formal; a liderança não possui um dispositivo legal para exercer o controle político, isso depende da demonstração de comprometimento e de capacidade de mobilização em torno da demanda coletiva. Sendo assim as tomadas de decisão sobre: as eleições de comissão para discutir com o poder público; as mobilizações; as reocupações de terras; a montagem de estratégias de defesa, etc., ocorrem em reuniões gerais com toda a comunidade (PEREIRA, 2003).

Em relação aos Terena é possível elencar as mesmas características. Os índios da T. I. Buriti, assim como os da T. I. Cachoeirinha, em Miranda, mobilizaram-se em torno da recuperação das terras tradicionalmente ocupadas por eles e que ficaram fora das áreas reservadas pelo SPI. As lideranças também são escolhidas em função do comprometimento

com a causa e da capacidade de mobilização em torno da demanda. As decisões são tomadas em reuniões gerais com a comunidade⁷.

O problema mais urgente para os povos indígenas brasileiros, nas últimas décadas, é a questão territorial. Os questionamentos sobre os direitos indígenas sempre existiram, mas, eram considerados problemas contornáveis, cuja solução estava na formação das Reservas, atuais Terras Indígenas, com espaço bem inferior àquele tradicionalmente ocupado pelas comunidades indígenas. Todavia, cada vez mais estes questionamentos têm *perturbado a ordem* dos que acreditam que o *lugar do índio* já está irrevogavelmente fixado nas Reservas. Por isso, esse é também o impasse mais difícil de ser resolvido pelo Estado. A Constituição Federal de 1988, artigo 231 traz:

§ 1º - São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. (BRASIL, 1988)

É dever do poder público promover o reconhecimento destas áreas, delimitá-las e realizar a demarcação física dos seus limites. O Decreto 1.775, de janeiro de 1996 versa sobre o procedimento de demarcação das T.I.s, prevendo as seguintes etapas:

- Estudos de identificação: realizados por um grupo coordenado por um antropólogo nomeado pela Funai. O relatório circunstanciado é encaminhado para avaliação do órgão indigenista.
- Aprovação da Funai: o relatório é apreciado pela Funai. No caso de aprovação deve ser publicado o resumo do relatório no Diário Oficial da União e no Diário Oficial da unidade federada, e afixada na sede da Prefeitura Municipal.
- Contestação: os interessados podem contestar o reconhecimento da T. I. desde o início do processo até 90 dias da publicação do resumo do relatório. Concluído o prazo de contestações, a Funai tem 60 dias para elaborar os pareceres e encaminhá-los ao Ministério da Justiça.

⁷ O movimento indígena protagonizado pelos Terena de Buriti será mais bem trabalhado no Capítulo III.

- Demarcação: Em até trinta dias após o recebimento dos pareceres, o Ministro de Estado da Justiça decidirá:
 - Declarar os limites da área e determinar a sua demarcação física;
 - Prescrever diligências, que deverão ser cumpridas em até 90 dias;
 - Desaprovar a identificação, publicando decisão fundamentada no parágrafo 1º. do artigo 231 da Constituição.
- Demarcação física: caso sejam declarados os limites da área, a Funai deve fazer a demarcação física.
- Homologação: o presidente da República faz homologação da terra indígena.
- Registro: deve ser feito em um prazo de 30 dias no cartório de imóveis da comarca correspondente Secretaria do Patrimônio da União do Ministério da Fazenda. (Dec. 1.775/1996, BRASIL)

O prazo para que todas as Terras Indígenas fossem demarcadas foi estabelecido na Constituição. Em cinco de outubro de 1993 todas as demarcações deveriam estar concluídas, todavia, isso não ocorreu, e há T. I.s em diversas situações jurídicas, como demonstra a tabela referente ao estado do Mato Grosso do Sul.

Tabela 1: Terras Indígenas no Mato Grosso do Sul⁷

Terra Indígena	Etnia	Situação Jurídica	Extensão (ha.)	População
Água Limpa	Terena	Em Identificação (08/10/1999)	Dados não divulgados	223 (2003) Fonte: Funai
Aldeia Limão Verde	Guarani Kaiowá	Reservada/SPI. Reg. Cri. (14/11/1928)	660	1.175 (2006) Fonte: Funasa, 2006
Aldeinha	Terena	Em Identificação/Revisão. (16/08/1984)	4	97 (2001) Fonte: Funasa, 2001
Amambai	Guarani Kaiowá / Guarani Ñandeva	Homologada. Reg CRI e SPU. (29/10/1991)	2.429	6.663 (2006) Fonte: Funasa, 2006
Arroio-korá	Guarani Kaiowá / Guarani Ñandeva	Homologada (suspensa parcialmente por liminar da Justiça) (21/12/2009)	7.175	545 (2009) Fonte: Funasa
Bacia Amambaiegua	Guarani	Em Identificação. (10/07/2008)	Dados não divulgados	Dados não divulgados
Bacia Apapegua	Guarani	Em Identificação. (10/07/2008)	Dados não divulgados	Dados não divulgados

⁷ Tabela elaborada com base nos dados do Instituto Socioambiental/Povos Indígenas no Brasil.

Bacia Brilhante-Pegua	Guarani	Em Identificação. (10/07/2008)	Dados não divulgados	Dados não divulgados
Bacia Dourados-Amambaipagua	Guarani	Em Identificação. (10/07/2008)	Dados não divulgados	Dados não divulgados
Bacia Iguatemipegua	Guarani	Em Identificação. (10/07/2008)	Dados não divulgados	Dados não divulgados
Bacia Nhandeva-Pegua	Guarani	Em Identificação. (10/07/2008)	Dados não divulgados	Dados não divulgados
Buriti	Terena	Declarada. (27/09/2010)	17.200	2000 a 3000 (2003) Fonte: Perícia (2003)
Buritinho (Tereré)	Terena	Homologada. Reg CRI e SPU. (23/05/1996)	10	244
Caarapó	Guarani Kaiowá / Guarani Nhandeva	Homologada. Reg CRI e SPU. (29/10/1991)	3.594	3.838 (2006) Fonte: Funasa, 2006
Cachoeirinha	Terena	Declarada (suspensa parcialmente por liminar da Justiça) (29/01/2010)	36.288	3.582 (2009) Fonte: Funasa
Cerrito	Guarani Kaiowá, Guarani Nhandeva	Homologada. Reg. SPU. (21/05/1992)	2.040	180 (1993) Fonte: Mangolin

Dourados	Guarani Kaiowá, Guarani Nandeva, Terena	Reservada/SPI. REG CRI. (03/09/1917)	3.475	7.853 (2006) Fonte: Funasa, 2006
Guaimbé	Guarani Kaiowá	Homologada. Reg. CRI e SPU. (24/04/1984)	717	295 (1993) Fonte: Mangolin
Guasuti	Guarani Kaiowá	Homologada. Reg. e SPU. (21/05/1992)	930	155 (1993) Fonte: Mangolin
Guató	Guató	Homologada. Reg. CRI e SPU. (10/02/2003)	10.984	344 (2000) Fonte: Funasa/Renisi
Guyraroká	Guarani Kaiowá	Declarada (07/10/2009)	11.440	841 (2001) Fonte: Funai - Rel.GT
Jaguapiré	Guarani Kaiowá	Homologada. Reg. SPU. (23/11/1992)	2.342	1.091 (2009) Fonte: Funasa
Jaguari	Guarani Kaiowá, Guarani Nandeva	Homologada. Reg. CRI e SPU (21/05/1992)	405	150 (2004) Fonte: Funai
Jarara	Guarani Kaiowá, Guarani Nandeva	Homologada. (12/08/1993)	479	260 (2004) Fonte: Funai
Jata Yvary	Guarani Kaiowá	Declarada. (25/04/2011)	8.800	480 Fonte: GT Funai 2004

Kadiwéu	Chamacoco, Kinikinau, Kadiwéu, Terena	Homologada. Reg. CRI e SPU. (24/04/1984)	538.536	1.629 (2006) Fonte: Funasa
Kokue Y	Guarani Kaiowá	Em Identificação. (24/09/2002)	Dados não divulgados	Dados não divulgados
Lalima	Terena	Homologada. Reg. CRI e SPU. (23/05/1996)	3.000	1.213 (2001) Fonte: Funasa
Limão Verde	Terena	Homologada. Reg. CRI. (10/02/2003)	5.377	669 (2001) Fonte: Funasa
Ñande Ru Marangatu	Guarani Kaiowá	Homologada (suspensa parcialmente por liminar da Justiça) (28/03/2005)	9.317	1.054 (2009) Fonte: Funasa
Nioaque	Terena	Homologada. Reg. CRI e SPU. (29/10/1991)	3.029	1.782 (2001) Fonte: Funasa
Ofaié-Xavante	Ofaié	Declarada. (28/05/1992)	1.937	61 (2006) Fonte: Funasa
Panambi	Guarani Kaiowá	Reservada/SPI. Em Revisão. (12/09/2005)	2.037	470 (1993) Fonte: Mangolin
Panambzinho	Guarani Kaiowá	Homologada. Reg. CRI e SPU. (27/10/2004)	1.272	241 (1995) Fonte: Parecer/Funai

Pilade Rebuá	Terena	Homologada. Reg. CRI e SPU. (29/10/1991)	208	1.664 (2001) Fonte: Funasa
Pirajuí	Guarani Ñandeva	Homologada. Reg. CRI e SPU. (06/08/1986)	2.118	1.562 (2004) Fonte: Funai
Pirakuá	Guarani Kaiowá	Homologada. Reg. CRI e SPU. (13/08/1992)	2.384	272 (2004) Fonte: Funai
Potrero Guaçu	Guarani Ñandeva	Declarada. (13/02/2000)	4.025	620 (1998) Fonte: Funai – Rel. Identificação
Rancho Jacaré	Guarani Kaiowá	Homologada. Reg. CRI e SPU. (08/03/1984)	778	400 (2004) Fonte: Funai
Sassoró	Guarani Kaiowá, Guarani Ñandeva	Reservada/SPI. Reg CRI. (14/11/1928)	1.923	1.563 (2004) Fonte: Funai
Sete Cerros	Guarani Kaiowá, Guarani Ñandeva	Homologada. (01/10/1993)	8.584	230 (1993) Fonte: Mangolin
Sombrito	Guarani Ñandeva	Declarada. (27/09/2010)	12.608	203 (2006) Fonte: Fonte: Relatório do GT de identificação, 2006
Sucuriy	Guarani Kaiowá	Homologada. Reg. CRI e SPU. (14/04/1998)	535	100 (2004) Fonte: Funai

Takuaraty/Yvykuarusu	Guarani Kaiowá	Homologada. (01/10/1993)	2.609	360 (2004) Fonte: Funai
Taquaperi	Guarani Kaiowá	Reservada/SPI. Reg. CRI. (14/11/1928)	1.886	1.715 (2004) Fonte: Funai
Taquara	Guarani Kaiowá	Declarada (suspensa parcialmente por liminar da Justiça) (15/07/2010)	9.700	162 (2005) Fonte: Relatório de Identificação da TI, 2005
Taunay/Ipegue	Terena	Identificada/Aprovada/Funai/Sujeita a contestação (13/08/2004)	33.900	4.803 (2009) Fonte: Funasa
Yvy Katu	Guarani Ñandeva	Declarada (suspensa parcialmente por liminar da Justiça) (16/03/2010)	9.454	1.725 (2003) Fonte: Funai

CAPÍTULO 2 – PERFORMANCE DIPLOMÁTICA DOS TERENA NA LUTA PELA TERRA

Nós tamo lutando. A luta é essa. Eu sou satisfeito, tornar vim, fazer uma revisão. A gente já falou, a gente continuou falando... eu fui nascido e criado, convivi com meus troncos, com meus pais e as pessoas que foram líder. Eu ouvi muito como é que foi essa realidade de reserva nossa que fiquemo. A nossa terra aqui, é nossa. Eu não saio doutro rumo de dizer que a terra é nossa. Porque há muitos anos moramo aqui. Então nós tem essa pequena reserva, que não era pra ser essa pequena reserva. Tinha que ser naquela área que foi ditada. Nós tinha que... aqui não tinha ninguém que pudesse interver na área que era nossa. Porque era nossa. Somos os primeiro habitante. (Armando Gabriel, índio Terena, 85 anos, 2003)

2. PERFORMANCE DIPLOMÁTICA DOS TERENA NA LUTA PELA TERRA

O início do século XX foi marcado por algumas mudanças no sul do então Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul. Após o final da Guerra da Tríplice Aliança uma onda de novas ocupações atingiu o sul do Mato Grosso. O conflito em que os Terena haviam lutado resultou numa onda de expropriação de seus territórios e na destruição de suas aldeias. Novos ocupantes vieram requerer terras nesta área.

A região de Buriti ficou praticamente invisível ao indigenismo oficial. Conforme já apontado, a política indigenista da Diretoria Geral dos Índios – DGI, vigente até 1910, negligenciou a questão territorial no Mato Grosso. O regulamento 426, de 1845, previa o aldeamento dos indígenas em locais controlados pelo Estado (LEOTTI, 2001). Embora a legislação tivesse interesse em liberar mais terras para os não índios, determinando para isso o *lugar do índio*, ela não chegou a ser efetivada nesta região. Portanto, os locais habitados pelos Terena eram reconhecidos pelo Estado como devolutos.

A assistência indigenista era escassa na região de Buriti no início do século XX. Os Terena mais idosos relatam uma epidemia de febre amarela que assolou a região por volta de 1922-1923. No cemitério do córrego da Veada várias sepulturas são apontadas como sendo de mortos vitimados pela epidemia. Este incidente ocasionou algumas visitas do encarregado do P. I. de Cachoeirinha à região. Aproveitando o ensejo, foi verificada a questão territorial, pois os primeiros ocupantes não indígenas se apossavam da área. Se não fosse isso, o problema das demarcações de propriedades em Buriti nem teria aparecido nos relatórios do SPI (EREMITES DE OLIVEIRA e PEREIRA, 2003).

2.1 Distribuição das famílias Terena na região de Buriti e os novos ocupantes

Nos documentos oficiais são frequentes as referências às *aldeias* na região de Buriti antes da delimitação dos 2090 ha. Desta forma aparecem as denominações de *aldeias* como: *Invernada* (mapa 7, nº 02), situada entre o córrego Cortadinho e o Cafezal; *Paratudal* (mapa

7, nº 04), entre o córrego da Veada e a Serra de Maracaju; *Cafezal*, nas margens do córrego da Veada; *Arrozal* (mapa 7, nº 29), com uma nascente propícia ao plantio de arroz; dos *Cabeludos* (mapa 7, nº 16, 17, 19), nas proximidades da nascente do córrego do Meio, etc. (EREMITES DE OLIVEIRA e PEREIRA, 2003). Mas, por si só estas *aldeias* enumeradas pelo órgão indigenista, não dão conta da complexidade da *territorialização* dos Terena na área, antes da acomodação na então Reserva do SPI – Serviço de Proteção aos Índios. Para compreender a distribuição das famílias Terena nesta região é essencial entender sua organização social.

Neste sentido recorri novamente à perícia judicial (EREMITES DE OLIVEIRA e PEREIRA, 2003) e ao livro *Os Terena de Buriti: formas organizacionais, territorialização e representação da identidade étnica*, (PEREIRA, 2009). Ambos os trabalhos apontam os *troncos* como a unidade sociológica básica dos Terena, estruturando assim, a ocupação territorial.

Um determinado grupo de famílias nucleares se articula em torno da figura de um *tronco*, ou seja, um líder, normalmente um ancião, ou ainda um casal de anciãos. Os *troncos* se reconhecem como pertencentes a uma cultura terena comum, mas cada um deles tem formas de conduta e socialização próprias, baseadas no exemplo do seu articulador.

Os locais ocupados por cada um destes *troncos*:

(...) foram denominados pelos regionais como *aldeias*. Foi assim que os não-índios muitas vezes viram os aglomerados de casas habitadas por famílias nucleares terena, organizadas em torno de um *tronco familiar*. O conceito de aldeia, cuja origem remonta à Europa, foi assim incorporado à produção antropológica brasileira, principalmente através da literatura etnográfica que descreve as características morfológicas das sociedades africanas (EREMITES DE OLIVEIRA e PEREIRA, 2003, p. 138).

Cada um destes grupos ocupa e utiliza para agricultura parte de uma área, e em geral divide com outros *troncos* os locais de caça, pesca, coleta e obtenção de outros recursos naturais por eles explorados. Os terena ainda denominam de *fundação* a iniciativa de um casal em formar um novo *tronco*.

Como é o sistema do índio. Aonde os tronco nasce, mora, funda uma morada, geralmente sempre nossos filho vai ficando em volta. Sementando em volta. No caso

aqui nos Cuês¹, aqui tem uma família que nasceu lá, 17 família que morava lá, começando de um tronco. Lá era um velho que morava lá, e lá foi sementando, sobrinho, sobrinha, neto, filho. Então lá formou um povoado tamém. Vamo supor, um tronco mora num lugar, aí vai ficando velho, vem um filho casa, às vez vai fundar outro lugar. Ou um genro casa, vai fundar noutro lugar. Então vai espaiano. (Basílio Jorge, índio Terena, 56 anos, 2003)

As relações matrimoniais ocorrem entre diferentes *troncos* o que gera uma rede de alianças supralocais que “poderiam sim ser identificadas como aldeias, em seu sentido mais amplo e comumente empregado no Brasil” (EREMITES DE OLIVEIRA e PEREIRA, 2003, p. 139). Estas configurações de alianças são dinâmicas, pois, sempre surgem novos *troncos* e *fundações*, e estes têm relação com o prestígio político dos seus articuladores em dado momento.

A distribuição das famílias Terena até o final do século XIX na região de Buriti ia das franjas da Serra de Maracaju, incluindo as microbacias dos córregos Buriti, do Meio e Américo (Cortado), até a foz desses córregos quando deságuam em rios maiores. Os índios desta área faziam ainda incursões de coleta de guavira nos meses de novembro e dezembro, no planalto da referida serra, e de pesca no córrego Cachoeirão. (EREMITES DE OLIVEIRA e PEREIRA, 2003).

Os mesmos autores fizeram um apanhado dos espaços ocupados pelos Terena antes das investidas das novas frentes de colonização na região de Buriti, com a ressalva de que o fizeram em caráter de exemplificação, uma vez que não seria possível mapear todos os *troncos* que ocuparam a área. Concluíram que o curso do córrego Buriti era um dos locais que mais concentrava a população indígena. As cachoeiras possuíam (aliás, possuem até hoje) um valor mítico para os Terena. Os recursos de caça, pesca e extração de plantas medicinais eram abundantes no local. Além das boas condições do solo para a agricultura.

A delimitação da fazenda Correntes modificou a ocupação das famílias que estavam na margem esquerda do córrego. O requerente era Diocleciano Mascarenhas, como aponta o documento sobre a demarcação da Fazenda Correntes, redigido por Roberto Vieira dos Santos Wernek, então encarregado do Posto de Cachoeirinha em 1922:

A aldeia da Invernada do Burity ou Suçay, como lhes chamam os índios, fica a 14 leguas ao nascente da estação de correntes e a 22, mais ou menos, de Campo

¹ Um trecho do córrego do Meio é também conhecido como córrego dos Cuês.

Grande e é composta de 22 ranchos dispersos em forma de pequenos sítios e habitados por índios Terenas, tendo uma população de 148 almas. 12 destes ranchos ficaram para dentro da linha da fazenda das Correntes, demarcada há pouco, e com uma população de 80 almas, sendo que o mais distante ficou (...) 1.500 metros, mais ou menos, tendo as outras restantes ficado a uma distância que varia desde 20 até 1.000 metros. Os índios moradores na parte que ficou para dentro da fazenda das Correntes, já estavam se preparando para mudar, o que impedi visto nada saber quanto a exatidão da medição da fazenda das Correntes e mesmo porque elles allí possuem grandes roças, curaes , cercas, laranjaes etc, que demonstraram a sua estadia naquella parte ha mais de 15 anos. (WERNEK, 1922, p. 183-184)

Conforme relatos de índios mais velhos da T.I. Buriti, Diocleciano Mascarenhas era um homem respeitado e temido, apesar de existirem indígenas morando na área, isso não impediu a demarcação da fazenda Correntes. Vargas (2003) salienta que nestes casos, inclusive as benfeitorias feitas pelos indígenas passavam para as mãos de terceiros.

No entanto, havia certa distância entre fazer o requerimento da terra e ocupá-la efetivamente. É o caso de Correntes: o documento do SPI citado acima data de 1922, e afirma que a fazenda havia sido delimitada há pouco tempo. Porém, os relatos orais apontam que ela foi *cercada* na década de 1940.

Cercou depois. Eles mandaram fechar aqui em 40. Veio um engenheiro dele e mediu primeiro. Depois ele mandou esse engenheiro chamado Domingo. Esse Domingo era português. Era o agrimensor dele. Ele mandou medir outra vez em 40, porque os fazendeiro que herdaram as área aqui dessa fazenda Corrente falavam assim: “eu quero a terra...”; começaram a ficar nos elementos da natureza. “Daqui até lá, daqui pra lá, de lá eu vou ficar com ele, pode registrar...” Então, eles sabia que nessa área tinha excesso. Então em 40 ele passou aqui pra legalizar. Vender o que é justo. Ele vendeu muita terra aí. Ele fez isso. Já foi da minha época. (Armando Gabriel, índio Terena, 85 anos, 2003).

Confrontando o documento do SPI com a informação oral, chega-se a uma situação comum na questão fundiária do antigo Mato Grosso. Muitos dos novos proprietários adquiriam do Estado uma extensa porção de terra, mas não residiam no local, nem sequer cultivavam. Anos depois, quando interessava vender os imóveis, loteavam em várias partes para entregar aos herdeiros ou aos novos compradores. Estes, por sua vez, tomavam posse e terminavam de efetuar a retirada dos índios, quando ainda se encontravam no local.

Os Terena permaneceram nas sobras da referida propriedade, porém, por sua própria persistência. Mesmo assim não ficaram livres do esbulho que queriam lhes impor alguns

regionais, sendo que mesmo esta área foi pleiteada por ocupantes recém chegados, cuja intenção era aproveitar-se da terra já trabalhada pelos indígenas.

A região do Barro Preto (mapa 7, nº 27) é um local onde está a atual estrada que liga a T. I. à cidade de Sidrolândia, cruzando uma nascente. Fica a cerca de dois quilômetros do Morro do Ponteiro (mapa 7, nº 28). Os Terena informaram que a partir de 1940 fixaram-se ali alguns habitantes não-índios, inclusive um que chegou a ter um comércio no local (*bolicho*). Também chegou a morar uma índia Terena de nome Corina casada com um não-índio. Corina era parteira e curandeira (xamã), muito procurada tanto pelos Terena quanto pelos regionais que se estabeleceram em Barro Preto. Dada sua importância para a comunidade terena, o Morro do Ponteiro é conhecido entre os índios como Morro da Corina. (EREMITES DE OLIVEIRA e PEREIRA, 2003).

A área próxima ao Barro Preto foi requerida por Porfírio de Brito. Os índios foram expulsos em 1946 e transferidos para a então Reserva do SPI. No entanto, temerosos de ficarem submissos às autoridades do SPI, várias famílias terena preferiram se dispersar e até mesmo buscar trabalho nas fazendas. Apesar de mudarem-se do local, em 1949 os Terena ajudaram a construir a cancha para corrida de cavalos (mapa 7, nº 05).

Furna da Estrela (mapa 7, nº 24) é outra área de ocupação antiga. No sopé da Serra de Maracaju há uma nascente chamada Estrela, que deságua no córrego Buriti. O solo é propício para a atividade agrícola. Esta região foi requerida por José Ananias. (EREMITES DE OLIVEIRA e PEREIRA, 2003).

De acordo com Eremites de Oliveira e Pereira (2003), os indivíduos José Ananias, Porfírio de Britto e Agostinho Rondon, chegaram à região de Buriti entre 1920 e 1930, iniciaram a ocupação e adquiriram as terras junto ao Estado brasileiro por meio de compra. O governo, negligenciando a presença indígena, regularizou a posse dos não índios. Tentando adaptar-se às novas situações impostas, os Terena agiram conforme os novos ocupantes, propondo a compra da área de sua ocupação tradicional e foram duplamente lesados:

O velho indio (...) por nome João José (...) que possui um grande laranjal, roças, cana, gado etc, e que conjuntamente com seus filhos e outros indios deram ao senhor Agostinho Rondon a importancia de 1:800\$000, aproximadamente para que fossem requeridas aquellas terras para elles, tendo o snr. Agostinho Rondon recebido aquella importancia (...) e de posse do dinheiro não deu recibo sob pretexto de falta de estampilhas, requerendo então as terras para si deixando os indios prejudicados não só na importância que deram como em seu socego. (WERNEK, 1922, p. 184-5)

Esta situação exemplifica a *performance diplomática* dos Terena, sua tentativa de reaver a terra pelos mecanismos da própria sociedade envolvente. Apesar do incidente, assim como a fazenda Correntes, a área adquirida por Agostinho Rondon não foi efetivamente cultivada e os índios continuaram a exercer sua posse na área chamada por eles de Veada. Somente em 1939, o novo proprietário Geraldo Correia começou a realizar empreendimentos agrícolas e expulsou os Terena da região. Recebeu para isso a contribuição do encarregado do SPI Alexandre Honorato Rodrigues (EREMITES DE OLIVEIRA e PEREIRA, 2003).

O Arrozal (mapa 7, nº 29) também foi ocupado desde meados do século XIX. Apesar dos indígenas terem sido expulsos, ficaram vestígios do cemitério usado por eles (mapa 7, nº 22). No interior deste local fica a área denominada pelos Terena de Barreirinho. O nome deriva de uma nascente brejosa que servia de bebedouro para animais como antas, veados, etc., e por isso, privilegiado para a caça. Além das famílias que já estavam estabelecidas ali, acorreram grupos expulsos com a implantação da fazenda Potrerinho, próximo à estação ferroviária de Palmeira (EREMITES DE OLIVEIRA e PEREIRA, 2003).

Os deslocamentos dos assentamentos no território tinham sempre uma base nas relações de parentesco e matrimônio e/ou aliança com as famílias já instaladas há muito tempo no local. Como exemplo:

Segundo os Terena do Arrozal, Joaquim Loureiro de Figueiredo se estabeleceu com sua família na região chamada Barreirinho, fundando ali um *tronco*, de acordo com a concepção terena de territorialidade, em que a ocupação legítima de uma localidade passa pela ação do líder de um *tronco* em eleger um local no qual as famílias sob sua liderança desenvolvem um tipo de socialidade característico ao modo de ser terena, podendo então entrar em redes de relações (matrimoniais, econômicas e rituais) com outros *truncos* igualmente constituídos. Tempos depois, já inseridos nessas redes, Joaquim de Loureiro Figueiredo assumiu o cargo de *capitão*, favorecido pelos seus conhecimentos das relações com brancos adquiridos no tempo em que trabalhou em fazendas. (...) É interessante notar que tanto Joaquim Loureiro de Figueiredo, quanto sua irmã Filomena Figueiredo, casaram-se com os principais *truncos* originários no local, sedimentando alianças políticas, imprescindíveis para o credenciamento ao exercício futuro do cargo de cacique ou *capitão*. (EREMITES DE OLIVEIRA e PEREIRA, 2003, p. 188).

Reginaldo Lemes começou a invadir as áreas do Arrozal e do Barreirinho, a ocupação foi gradual. Apesar das moradias e roças dos Terena, ele incentivava os índios a recolherem-se aos 2090 ha. do P. I., alegando que era o novo proprietário dos locais ainda ocupados pelos indígenas. As famílias do Arrozal foram despejadas e transferidas para área de acomodação de 2090 ha. com a participação do Chefe de Posto do SPI, Alexandre

Honorato Rodrigues, e do cacique Joaquim Loureiro de Figueiredo, como apontam as fontes orais utilizadas na perícia de 2003.

Consta na perícia acima referida, que nas margens do Córrego da Veada havia outros *troncos* terena desde a segunda metade do século XIX. Existem na área vestígios arqueológicos como uma antiga farinha usada pelos índios e um cruzeiro de aroeira no local onde os Terena faziam festas do calendário católico. Inclusive os não índios que se estabeleceram depois na região participavam destes festejos, o que atesta a disposição terena em manter boas relações com os não indígenas.

Dessa forma, do ponto de vista dos Terena mais velhos, Alexandre Honorato (além de ajudar na retirada dos índios do Arrozal/Barreirinho), foi o *vendedor* das terras da Veada. Embora fosse designado para defender os interesses dos índios, o chefe de posto ajudou o fazendeiro a apossar-se das terras indígenas, sem ao menos argumentar. Quando questionado sobre o que Alexandre fez, o Terena Armando Gabriel, de 85 anos, (ex-cacique) informa “Ele fez que vendeu a Veada. Concordou em vender pro Geraldo. Ele fez bonito, né? Pro bolso dele!”.

Havia outros pontos de habitação dos Terena, por exemplo, às margens do córrego Cafezal afluente do Buriti. As famílias começaram a deixar o local na década de 1930, devido às pressões dos fazendeiros. A cabeceira do Córrego do Meio era outro local de ocupação terena antiga. O curso do córrego do Cedro era ocupado desde meados do século XIX. Devido às relações de parentesco, aliança e matrimônio alguns grupos de outras regiões vieram a se estabelecer junto com estes de ocupação mais antiga, nas décadas de 1930 e 1940. Inclusive alguns remanescentes Kinikinau da região de Palmeira (estação ferroviária) e outros Terena que estavam dispersos nas fazendas, na condição de *camaradas de conta*². Por volta de 1950, eles começaram a ser expulsos da área pelos não índios. (EREMITES de OLIVEIRA e PEREIRA, 2003).

Ainda segundo os mesmos autores, nas proximidades do córrego Cortado ou Américo, viviam muitas famílias. Entretanto, não bastassem as pressões dos novos proprietários rurais, a epidemia de febre amarela fez com que os índios deixassem o local indo morar nas proximidades do Posto do SPI, em busca de recursos e tratamento.

² Ver item 2.2.

A violência, em geral, era o meio utilizado para concretizar a expropriação do território terena. Neste sentido os índios apontam a atuação da *captura*, que “deve ser entendida com uma forma particular dos Terena identificarem forças policiais ou forças que se fizeram passar como tal para, também, os expulsarem de muitos de seus antigos locais de moradia” (EREMITES DE OLIVEIRA e PEREIRA, 2003, p. 28).

A *captura*, seria uma força policial supostamente criada para deter grupos de bandidos ou bandoleiros no centro-sul de Mato Grosso, mas, segundo a percepção de certas lideranças de Buriti, atuava também na expulsão dos indígenas das áreas ocupadas por eles, especialmente durante o governo ditatorial de Getúlio Vargas. É o caso, por exemplo, da captura da Delegacia Especial do Sul, com sede em Aquidauana.

Com a constante regularização de terra em favor de não indígenas, os Terena foram se recolhendo a uma área cada vez mais reduzida, sendo que por meio do decreto Estadual nº 834, de 1928, foi demarcada uma área de 2.000 ha. de terra para os índios de Buriti, ou seja, nas sobras das áreas requeridas pelas propriedades recém formadas.

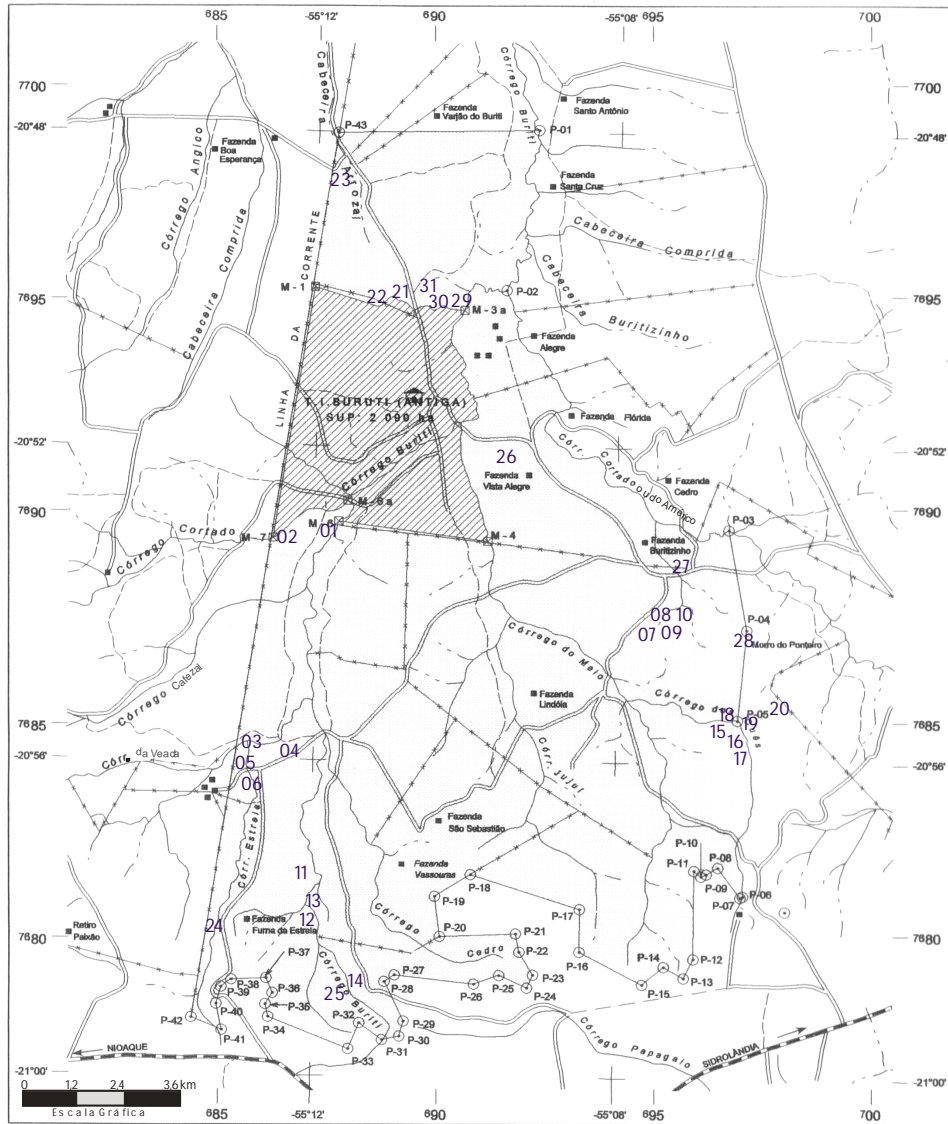
A política de demarcação das terras indígenas atendeu aos interesses de alguns fazendeiros. Mas, ressalta-se também que se os Terena não tivessem posto a sua própria política em prática, não teria necessidade de o governo estabelecer o *seu lugar*, uma vez que um de seus principais objetivos era o de se apossar definitivamente das terras indígenas. Eles não permaneceram passivos diante do esbulho e iniciaram suas reivindicações para a reconstrução dos aldeamentos. Mas, deve-se considerar que o ambiente político da época limitava bastante as possibilidades dos índios fazerem valer os seus direitos.

Os Terena colocavam em prática suas antigas estratégias, ou seja, formavam *comissão* para cobrar do governo os serviços prestados, obtendo assim os objetos de que precisavam, além de pressionar as autoridades para efetuarem a demarcação de seus territórios, já que a formação de fazendas não se fazia esperar (VARGAS, 2003). Ao longo da História deste povo, o Estado e a sociedade envolvente, não pouparam esforços na espoliação do seu território e na tentativa de apagar sua distintividade étnica. Entretanto, estes indígenas mesmo, mantendo relações amistosas, nem sempre aceitaram as determinações dos não índios, ou quando aceitaram, agiram de acordo com estratégias próprias.

O mapa a seguir, retirado da perícia realizada em 2003, mostra os locais no perímetro das 17200 ha. em que os peritos encontraram vestígios de antigos assentamentos terena.

Também é possível visualizar a localização de alguns dos imóveis rurais atuais que estão dentro da área considerada como terra indígena.

Mapa 7: Terra Indígena Buriti



SINAIS CONVENCIONAIS

- TERRA INDÍGENA DELIMITADA
- POSTO INDÍGENA, CAMPO DE POUSAR
- ALDEIA INDÍGENA, MALOCA INDÍGENA
- MARCO DE DIVISA, PONTO DE SATÉLITE
- PONTO DIGITALIZADO, DIREÇÃO DE CORRENTE
- PLACA INDICATIVA, CERCA DE ARAME
- RODOVIA DE REVESTIMENTO SÓLIDO
- RODOVIA TRANSITÁVEL EM ANO TODO
- RODOVIA TRANSITÁVEL EM TEMPO BOM, CAMINHO
- RIO PERMANENTE, RIO INTERMITENTE
- LAGO OU LAGOA, TERRENO SUJEITO A INUNDAÇÃO
- LIMITE ESTADUAL, LIMITE MUNICIPAL

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
 DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS - DAF

TERRA INDÍGENA BURITI		DELIMITAÇÃO	
DENOMINAÇÃO:		PLANTA:	
MUNICÍPIO:		SUPERFÍCIE:	PERÍMETRO:
SINDROLÂNDIA e DOIS IRMÃOS DO BURITI		17.200 ha	78 km
ESTADO:	AER:	DATA:	
MATO GROSSO DO SUL	CAMPO GRANDE	18/06/2001	
RESP. TÉC. DEFINIÇÃO LIMITES:		PROCESSO:	BASE CARTOGRÁFICA:
GILBERTO AZANHA METROPÓLIS-CTI		BSB/465/93	SF. 21-X-B-IV
RESP. TÉC. IDENTIFICAÇÃO LIMITES:		VISTO CHEFE DO DEB:	
EZEQUIEL FREIRE DA SILVA SINDICATO AGRÍCOLAS IDATERRA-MS CREA-MS 4019/D		MANOEL FRANCISCO COLOMBO ENGENHEIRO AGRÍCOLA CREA n.º 64.8997/D-SP	
			PORTARIA N.º:
			945/PRES/99

FIGURA 1: ÁREA DE ESTUDO COM A PLOTAÇÃO DOS LUGARES INVESTIGADOS IN LOCOPELOS PERITOS DA JUSTIÇA FEDERAL

Fonte: EREMITES de OLIVEIRA e PEREIRA, 2003.

Legenda:

- 01 – Antiga tapera do Terena Joaquim Teófilo.
- 02 – Antigo cemitério da aldeia Invernada.
- 03 – Cruzeiro, Santa Cruz ou *Peaxoti* (local sagrado com um cruzeiro de aroeira construído pelos Terena); antigas tapers dos Terena: Antônio da Silva Justino e Austrilho da Silva Justino.
- 04 – Assentamentos diversos da antiga aldeia Paratudal.
- 05 – Antiga cancha para corrida de cavalos.
- 06 – Antigo pontilhão de aroeira sobre o córrego Estrela.
- 07 – Antigo cemitério Terena, na atual fazenda São José.
- 08 – Estrada velha desativada, antigamente usada pelos Terena para chegar até a aldeia Buriti; Antigo assentamento da Terena Maria Alves Lopes;
- 09 – Lera encontrada na fazenda São José, semelhante a outra lera encontrada próxima ao assentamento de Maria Alves Lopes.
- 10 – Antigo assentamento do casal Tereza Gonçalves da Silva (Terena) e Valdomiro Gonçalves (Kaiowá).
- 11 – Antigo assentamento do Terena Cecílio Alcântara.
- 12 – Antigo assentamento da Terena Dorvalina Duarte Roberto.
- 13 – Antigo assentamento do Terena Paulo Pereira.
- 14 – Antigos assentamentos do *tronco* Jorge.
- 15 – Antiga roça do Terena Sebastião Lemes da Silva (conhecido como Cabeludo)
- 16, 17, 19 – Antigos assentamentos do tronco de Sebastião Lemes da Silva, logo, o local era denominado pelos índios como Aldeia dos Cabeludos.
- 18 – Antiga pinguela sobre o Córrego do Meio.
- 20 – Antigo cemitério do Paratudal.
- 21 – Antigo assentamento do Terena Isidório Mamed.
- 22 – Antigo cemitério do Barreirinho/Arrozal.
- 23 – Antigo assentamento da Terena Olinda Mendes.
- 24 – Antigos assentamentos na Furnas da Estrela.
- 25 – Antigo assentamento dos Terena Adelaide da Silva Jorge e Adão Ribeiro.
- 26 – Antigo cemitério à margem do córrego do Américo.
- 27 – Antigo assentamento da Terena Corina, no Barro Preto.
- 28 – Antigo assentamento da Terena Corina, no Morro do Ponteiro.
- 29 – Antiga Aldeia Barreirinho/Arrozal.
- 30 – Antiga pinguela sobre o córrego Buriti.
- 31 – Barreirinho – barreiro, ou área de atração e ceva de vários animais.

2. 2 A mão de obra terena no sul do Mato Grosso

O final do século XIX e início do século XX foram marcados pela desorganização do território indígena em todo o sul do antigo Mato Grosso, como no caso de Buriti apontado no item anterior. Além disso, a expansão dos imóveis rurais também foi responsável pela agregação de muitos indígenas como mão de obra. Esta agregação se deu nos parâmetros das relações trabalhistas arcaicas que foram estabelecidas no campo, agravada pela condição de desrespeito ao índio. Na tradição oral dos Terena, esse período é chamado *tempo de cativoiro*, *tempo de servidão*, ou ainda *escravidão*, pois caracterizava uma modalidade de trabalho compulsório.

Conforme Eremites de Oliveira e Pereira (2003) esta relação de trabalho aos poucos foi dando lugar à outra, mais amena, o *tempo de camaradagem*. O nome vem da expressão *camarada de conta*, pois os peões das fazendas eram obrigados a comprar alimentos e demais artigos nas *vendas* ou *bolichos*, do próprio patrão. Contraíam dessa forma dívidas infundáveis e não conseguiam se desvencilhar do vínculo nas fazendas.

O trabalho que os Terena desempenhavam nos imóveis rurais ia desde a derrubada da mata e a formação das pastagens e lavouras até à manutenção, plantio das roças, manejo do gado, além da construção da infra-estrutura das propriedades. Algumas famílias buscavam furtar-se ao controle dos fazendeiros, como é o caso já citado, de alguns indígenas que saíram da região de Palmeiras e foram para a área de Buriti, onde a ocupação dos imóveis agropastoris ainda era menor.

Paralelo a isso foi criado o SPILTN – Serviço de Proteção aos Índios e Localização e Trabalhadores Nacionais, mais tarde somente SPI. As diretrizes positivistas norteavam as ações do indigenismo oficial, e diluído no discurso paternalista de proteção aos indígenas, estava o ensejo de estabelecê-los em locais muito menores do que seu território original e liberar terras para a agropecuária. Nesta conjuntura, foram demarcados os 2090 ha. de Buriti. Com isso alguns indígenas se dispersaram em busca de trabalho nas fazendas da região apesar das duras condições de trabalho, motivados pela relutância de viverem sob as ordens do Chefe de Posto. Além disso, algumas famílias que já viviam na área do Posto percebiam os novos moradores como competidores potenciais pela reduzida área de terra (EREMITES DE OLIVEIRA e PEREIRA, 2003).

Ao passo que alguns índios se retiraram com a diminuição da área, outros para lá acorreram, por ser um local destinado pelo Estado. Neste sentido, convém lembrar a atuação de José Ubiratã. De acordo com relatos dos Terena ele era da etnia Bororo e teria vindo para Buriti por volta de 1920, quando veio ao estado a comissão de instalação das Linhas Telegráficas, em cujo empreendimento os Terena também trabalharam (EREMITES DE OLIVEIRA e PEREIRA, 2003).

Segundo os Terena mais velhos, Ubiratã teria sido criado pelo General Cândido Mariano da Silva Rondon, além de ter sido funcionário do SPI e por isso:

Sabia, entendia, como que era a regra. Ele deu aula aqui. José Ubiratan orientou muito cacique aqui, como viver e conviver com os fazendeiro e com a liderança da população. Porque ele foi criado junto com o Rondon. Nós demo graça quando ele veio (Armando Gabriel, índio Terena, 85 anos, 2003).

Ubiratã, por entender melhor os trâmites burocráticos do órgão indigenista orientava os caciques quanto à necessidade de assegurar perante o Estado as áreas ocupadas pelos Terena para a *colônia dos índios*, como se dizia na época. Ele também percorreu algumas fazendas incentivando os índios que trabalhavam como peões (*camaradas de conta*) a recolherem-se à área reservada pelo SPI. Exemplo disso são algumas famílias que trabalhavam na fazenda Engenho, em Nioaque, e foram estabelecer-se em Buriti. (EREMITES DE OLIVEIRA e PEREIRA, 2003).

Mesmo após o recolhimento às 2090 ha., os fazendeiros continuavam a recorrer ao trabalho indígena, devido à escassez de trabalhadores não índios na região. “As reservas transformaram-se em depósitos abundantes de mão de obra e não corresponderam às necessidades de sobrevivência cultural e física das famílias” (MOURA, 2001, p. 36).

O cacique e mesmo o chefe de posto arregimentavam os índios, conforme a fala do já citado ex-cacique, Armando Gabriel.

Bom, depois que nós tamo aqui [na área dos 2090 ha., de abrangência do SPI], em 30, que nós tamos aqui, já tem aqui um grupo, o fazendeiro vinha buscar pra trabaia na fazenda dele. Nomeia um cabeçante, faz contrato, leva pro fazendeiro. Acontecia uma coisa, cuidava... Eu memo forneci, não tinha gente pra trabaia mais aqui, tudo tava colocado. Eu tive que tirar criança da escola pra ajudar a colher arroz. Fazendeiro vinha correndo aqui, sabia que tinha uma administração. Nomeava uma pessoa e levava. Colheita de arroz aqui pra nós era... cortar arroz... fizeram tudo isso pra dar uma consolação, pra corresponder o que o fazendeiro queria. (Armando Gabriel, índio Terena, 85 anos).

Na Reserva os fazendeiros encontravam também uma reserva de mão-de-obra, formada por trabalhadores ordeiros e organizados. Além do trabalho nas fazendas, os índios também prestaram outros serviços que foram de valia para os não índios que habitavam a região. Como exemplos, posso citar a cancha para corridas de cavalos, construída por eles na área do Barro Preto, importante espaço de sociabilidade para índios e regionais; e uma estrada de ligação entre a T. I. e a cidade de Sidrolândia, cuja iniciativa teria sido do Coronel Nicolau Bueno Horta Barbosa, delegado da inspetoria do SPI. A construção foi feita por 60 índios da T. I. Buriti. O relato aponta: “Conheci o Horta Barboza, esse que eu sei que trabalhou bonito. Olha, vou falar pro senhor, aqui não tinha estrada. Ele abriu estrada. Mas os peão [eram] só índio. Só falou, já levantou, já fez estrada. Aí oh! Essa tá a prova que esse véio trabalhou.” (Lúcio Sol, índio Terena, 89 anos, 2003).

Outro depoimento resume a condição do índio na região, enquanto mão de obra até os dias atuais:

Nós sabemos que os fazendeiro desvaloriza a condição do índio. Que o índio não trabalha. Mas nem tanto assim, nessa redondeza dessa aldeia tudo o serviço que se vê aí é o braço do índio, né? Chamam o índio até hoje. É o valor do índio fazendo o serviço pro fazendeiro. Assim o fazendeiro fala que o índio é preguiçoso, não faz nada. Isso aí desvaloriza a condição do índio. (Armando Gabriel, índio Terena, 85 anos, 2003)

A formação dos primeiros imóveis agropastoris da região dependeu não só da terra, mas também do trabalho indígena. Outros empreendimentos utilizados pelos regionais também foram construídos pelo “braço do índio”, conforme citação acima. E até os dias atuais muitos Terena de Buriti são requisitados para o trabalho nas fazendas, em usinas, fábricas, aviários, etc. nas cidades de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti. Apesar disso, o senso comum da sociedade regional está repleto de estereótipos negativos sobre o índio, associando-o, por exemplo, à preguiça. A fala do ex-cacique evidencia descontentamento com o preconceito sofrido e com a falta de reconhecimento da mão-de-obra indígena.

2.3 O *ethos* terena na adaptação aos 2090 ha. e nas reivindicações para sua ampliação

Para compreender algumas ações mencionadas neste capítulo é importante recorrer a algumas considerações feitas por Levi Pereira (2009). O autor discorre sobre a *civilidade* terena, para discutir temas como as alianças políticas, o comportamento das lideranças, as noções de etiqueta dos Terena no interior do grupo e perante os atores sociais externos. Neste caso, apropriei-me de alguns apontamentos para compará-los com as atitudes dos Terena no trato com as autoridades dos órgãos indigenistas e administrativos do Estado.

Segundo o autor, existe uma grande preocupação quanto “aos procedimentos que permitem dispor as pessoas de acordo com posições de prestígio e poder”. Essas observações de hierarquia são feitas pelos Terena tanto em relação à própria sociedade, quanto em relação à sociedade envolvente.

Essa postura pode ser verificada em várias situações da história terena. Vargas salienta que logo após o final da Guerra da Tríplice Aliança eles reivindicaram a posse de suas terras e:

Para fazer suas reivindicações junto ao diretor dos índios, relatavam a situação da invasão de suas terras e da desorganização destas, em função da referida guerra. No encontro com o poder, iam revestidos dos direitos de capitão e vestidos como alferes, conotando uma reunião de autoridades (VARGAS, 2003, p. 72).

O domínio dos códigos de conduta das sociedades com as quais os Terena convivem faz parte das suas estratégias de interação interétnica. Foi assim nas relações com os Guaicuru no período colonial, com os conquistadores europeus; foi e é assim nas relações com a sociedade regional do antigo Mato Grosso e atual Mato Grosso do Sul. A esse respeito “é possível propor que o Terena se torna mais Terena à medida que amplia as possibilidades de atuação performática em distintos cenários sociais” (PEREIRA, 2009, p. 101).

Nessa conjuntura, os índios da região de Buriti tentaram dialogar com as autoridades brasileiras, descontentes que estavam com a redução de seu território às 2090 ha. Vários trabalhos como Azanha (2001), Eremites de Oliveira e Pereira (2003), além de relatos dos próprios índios mostram um episódio bastante ilustrativo de sua atuação na questão territorial.

Os Terena Ernesto de Souza Filho, Sebastião Delgado e André Patrocínio, se dirigiram ao Rio de Janeiro, na esperança de levar seu protesto ao coronel Horta Barbosa, então Diretor Geral do SPI, possivelmente entre 1935 e 1937. Ressalta-se ainda que André do Patrocínio vendeu três reses para custear a viagem e que os indígenas estavam munidos de um mapa elaborado por eles próprios em um pedaço de papelão, registrando a área ocupada por eles desde o século XIX. Embora não tenham sido atendidos, o exemplo evidencia a tentativa de reaver suas terras.

Segundo Vargas (2003) os índios também expressaram seu descontentamento em outra ocasião: em 1951, encaminharam um abaixo-assinado ao general Cândido Mariano da Silva Rondon, reclamando a invasão de suas terras por particulares, além da proibição do acesso aos cemitérios dos Terena que ficaram fora do perímetro da Reserva. Porém, mais uma vez seu pedido foi negligenciado.

Os indígenas continuaram com suas reivindicações. Coutinho (2000) fez um apanhado geral da documentação oficial sobre os protestos dos índios de Buriti. Consta que em 1978, através do ofício 01 de 20/07, o então chefe do Posto Indígena Buriti, por pressão dos índios, solicitava ao delegado da Funai em Campo Grande estudar a viabilidade de uma ampliação dos limites da T. I.

Segundo o mesmo autor em fevereiro de 1983 uma carta do cacique Leonardo Reginaldo ao presidente da Funai solicitava autorização para reaver a terra ocupada pelo fazendeiro, e como prova da ocupação tradicional, mencionava os corpos dos indígenas enterrados no referido local. Coutinho (2000) menciona ainda documentos de 1985, 1992 e 1994.

Na visão dos índios, os novos ocupantes aproveitaram-se de sua boa fé, da falta de recursos dos Terena para dirigirem-se de forma mais rápida às autoridades, da violência física e mesmo das ações terena pautadas pela obediência civil:

É pro lado de lá do Buriti. Esse foi o primeiro passo que nós demo que ele [Agostinho Rondon] vendeu pro Gerardo ali. Ele achou que nós era fraco, nós não tinha competência pra reagir. Aproveitou. Não tinha autoridade que podia ajudar, né. Porque os Tereno não são como outros índio, não são como os índio Cadiuéu. Cadiuéu mata, invadiu a terra deles, eles mata. Tereno não. (Armando Gabriel, índio Terena, 85 anos, 2003).

Estas situações evidenciam que a *expansão para o Oeste* consolidou um modelo de ocupação fundiária no sul do Mato Grosso (hoje Mato Grosso do Sul), que resultou na situação conflituosa em que se vêem, atualmente, índios e fazendeiros no estado. Além disso, o SPI, órgão oficialmente incumbido de prestar assistência e proteção aos índios, mostrou-se ineficaz no cumprimento de suas atribuições legais, uma vez que alguns funcionários atendiam mais aos interesses dos novos ocupantes do que dos próprios indígenas.

É impossível desconsiderar a participação Terena no processo de (re) *territorialização*, externando seus descontentamentos, pressionando o governo, adotando muitas vezes medidas da própria sociedade envolvente, dialogando com as autoridades locais e com o próprio órgão indigenista na tentativa de impedir a expropriação. Se não fosse de tal forma, provavelmente estariam reclusos a áreas ainda menores.

De qualquer forma, os Terena deixaram para trás suas casas, suas roças, alguns cemitérios e outros locais considerados sagrados, e por isso mantiveram um vínculo com a territorialidade do entorno. Na lógica das lideranças dos Terena de Buriti, o mato, o rio, a caça do espaço que ocuparam até o início do século XX pertencem a eles. Todo o território percorrido para caça, pesca, coleta e rituais, é tradicional. O índio Lúcio Sol conta que em uma caçada nas proximidades de Buriti, um dos novos ocupantes não indígenas queria proibi-lo de caçar:

Atirei o cateto, inda errei. Correu mais cinqüenta metro mais ou menos, dei segundo tiro. Gritaram “Quem que tá caçando aí?” Mas nem eu liguei. Falar verdade, ele tem morte, tamém eu tenho. Como eu falei pra ele. Aí não corri não. Eu sou home. Não tô roubando. Não vou correr não. Não to roubando, não tem marca dele. Quando levou a cavalo, quando levou o chapéu dele assim, pegou o cabo do revólver, apeou... Falei: “Quer trocar tiro comigo patrão? Mas atira home bem atirado, não atira mal não, porque tá arriscando sua vida, aí.” Prontinho. “Quá, quá, quá!” só dei uma risada! Falou: “Cê leva!” “Mas vou levar mesmo, cacei!”. Nunca mais vi ele. Mais ou menos em 57, 58 foi isso. (Lúcio Sol, índio Terena, 89 anos, 2003).

A frase “Mas vou levar mesmo, cacei!” evidencia, que para o indígena, tudo o que faz parte de seu modo tradicional de vida – como o produto da caçada em seu território tradicional – é *seu*. Embora morando nas 2090 ha., os Terena permaneceram ligados simbolicamente e até afetivamente com a área ocupada pelos fazendeiros. Na perícia realizada em 2003 os autores concordam com esta questão:

Nesse período, muitos Terena de Buriti trabalharam para os fazendeiros ou realizavam expedições clandestinas de caça, pesca e coleta. Isso permitiu que muitos índios mantivessem até poucos anos trânsito relativamente freqüente por algumas dessas áreas. O trânsito pela área objeto da perícia e os relatos dos eventos passados transmitidos através das gerações mantiveram, com toda certeza, vivos os laços que unem os índios da etnia Terena às terras em questão. (EREMITES DE OLIVEIRA e PEREIRA, 2003, p. 230)

Estas situações podem ser discutidas com base em Scott (2000), que diferencia a resistência aberta das formas cotidianas de resistência. A primeira é coletiva, formal, pública. As últimas constituem-se em um conjunto de estratégias do grupo dito dominado com o objetivo de barrar ou sobrepor-se a ações do grupo dominante. Não necessitam de uma organização, são individuais, informais e anônimas e abrangem atos como: furto, sabotagem, agressão física, dissimulação, etc. Portanto, as incursões clandestinas para caça, pesca e coleta são exemplos da resistência cotidiana dos Terena.

Quanto à organização interna da T. I. é preciso salientar que o modelo centralizador instituído SPI, não contemplava nem o padrão de ocupação tradicional dos Terena³, nem as redes de alianças entre as famílias acomodadas no local. Portanto, os próprios índios fizeram suas adaptações e fundaram diferentes aldeias dentro da T. I., de acordo com suas articulações políticas internas. Moura (2009) aponta que novas aldeias são válvulas de escape para os conflitos internos.

Alguns Terena mais velhos apontam que a divisão também foi feita com vistas a dividir a administração e os homens para a proteção da T. I. Neste caso, eles fazem referência às investidas dos não índios na então Reserva, praticando violências, principalmente com as mulheres:

Os cangaceiros vinha na festa do índio, carregar índia. A palavra deles era carregar índia. E o índio falava “só depois de nós morrer”. Então o chefe do posto entendeu que precisava deixar um cacique na Água Azul, deixar um cacique no Buriti. Pra vigiar melhor, por causa disso. Depois que houve essa divisão. Mas que era um só cacique, era. Mas houve isso aí. É. Pois é, então. Mataram índios, mataram purutuya. Matava memo. Era bandido. Mas, não assaltava fazenda. Mas queria fazer uma anarquia na festa do índio. Mas eles não fizeram mesmo. Os índio enterraram um. Lá pro lado do Barreirinho tem enterrado um lá, cangaceiro. Aqui ó, aqui em cima, tem enterrado. Joaquim Preto. Começava a dançar, chegava lá com carabina.

³ Na medida em que foi possível os Terena mantiveram sua organização em *troncos* no interior da T. I. demarcada pelo SPI. Isso resultou, posteriormente, na divisão em várias aldeias.

Ninguém mexia com ele. Dia da criança, dentro do salão. Pra intimidar o índio! Aí eu sei porque que eles mataram ele⁴. (Armando Gabriel, índio Terena, 85 anos)

O reduzido espaço das Reservas, criadas pelo SPI e o caráter arbitrário da administração instituída por esse órgão denota a tônica da política indigenista do período. O *ethos* Terena prevaleceu reformulando as determinações do Estado. Essa relação dinâmica entre as limitações impostas pelo indigenismo oficial, as alternativas encontradas pelos índios e suas reivindicações segue até os dias de hoje nas suas demandas, inclusive no impasse territorial de Buriti, ainda sem solução.

A utilização da terra no interior da T. I. obedeceu ao modelo dos *troncos*. Conforme os filhos vão casando o local vai sendo dividido:

Nem que ele [filho] mora aqui comigo, mais tem um lugar pra ele plantar. Um lugarzinho pra plantar, pra sobreviver. Esse é o pensamento. Então nós tem um pensamento aqui, sobre... por um recurso mais. Porque vai criar o peixe, vai plantar uma lavoura, vai plantar... vai criar abelha. Ter um espaço pra criar um gado, que sai uma renda meno pra sobreviver. Tem esse pensamento. E nós tamo pronto, se o cacique não tem essa visão, nós vamo escolher uma pessoa que tem essa visão. Pra nós viver, como vem vindo... aqui nessa arezinha. (Armando Gabriel, índio Terena, 85 anos, 2003).

O ex-cacique Leonardo Reginaldo reforça que está cada vez mais difícil manter esta forma de ocupação, pois as terras estão cada vez mais escassas para o tamanho da população, obrigando os jovens ir trabalhar nas fazendas ou nas cidades próximas:

É falta de recurso pra segurar né? O índio Terena são muito amoroso né? Mas sem isso aí não pode segurar filho. Saí trabalhar. É verdade, casô tem que dar um jeito né? Então acontece com nós. Não pode viver mais junto porque tem que formar lar. Formar pra eles. Mas, é como eu to dizendo pro senhor. Por exemplo, nós é diferente dos fazendeiro. Fazendeiro tem como segurar filho, pôr estudar, ou põe ele pra formar uma fazenda. Pro senhor ver como é que é... Agora nós... Esse mundo de gente, pequenos recurso não resorve. (Leonardo Reginaldo, índio Terena, 84 anos, 2003)

A área no entorno da T. I. Buriti só deixou de ser habitada em caráter permanente pelos Terena, em virtude das expulsões e das demarcações de fazenda que se sobrepunham ao

⁴ Os Terena orgulham-se da boa convivência que mantiveram com os não índios em alguns momentos da história, e identificam-se como índios “que não gostam de briga”. Isto motivou a construção deste capítulo. No entanto, os próprios Terena também afirmam que quando é preciso entrar em conflito eles o fazem. É o caso da atitude relatada neste depoimento.

perímetro ocupado pelos índios. Mas como apontam as duas entrevistas citadas acima, são “imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural”, uma vez que os locais de caça, pesca e até mesmo plantio e criação de animais estão cada vez mais escassos dentro da área demarcada e até mesmo sua organização social, no formato dos *troncos* está ameaçada.

Várias famílias Terena saíram da T. I. Buriti em 1982 e se estabeleceram em Rondonópolis Mato Grosso. Isso ocorreu em virtude da insuficiência territorial, o que não permitia autonomia de todos os troncos, seja com relação às suas atividades de subsistência, seja com relação às suas articulações políticas. Todavia as redes de parentesco permaneceram vivas entre os dois locais. Ocorrem visitas entre ambos, da mesma maneira que ocorriam (e ocorrem) as visitas dentro de um perímetro menor, quando surge uma nova *fundação*. Também há o caso da aldeia terena Tereré, que fica no perímetro urbano de Sidrolândia. Desde de 1980 famílias da T. I. Buriti deslocam-se para o local. (ISAAC, 2004)

No próximo capítulo serão apresentadas as ações mais recentes dos Terena de Buriti na luta pela terra.

CAPÍTULO 3 – PERFORMANCE DIPLOMÁTICA E PERFORMANCE GUERREIRA DOS TERENA NA LUTA PELA TERRA

Temos que lutar pela terra pros nossos filhos, condição pros nossos filhos. Nós tava lutando pelo que é nosso. Hoje nós fala assim, nós dedicamos a nossa vida pelo que é nosso. Nós tem fé em Deus que vai favorecer o índio, pra poder pegar esse papel. Até 19 de abril, ver se nós consegue isso. Já teve conflito. Mas foi triste viu, já teve muita lágrima derramada. Só Deus sabe como foi triste a nossa vida na retomada. Mas sempre tem a recompensa boa pra frente. (Elizabeth Jorge, índia Terena, 42 anos, 2010)

3 – PERFORMANCE DIPLOMÁTICA E PERFORMANCE GUERREIRA DOS TERENA NA LUTA PELA TERRA

Este capítulo apresenta algumas mudanças nas atitudes dos Terena na luta pela terra. As principais ações descritas neste capítulo são de resistência aberta (SCOTT, 2000). Entretanto, repito, não é um rompimento com as ações citadas no capítulo anterior. Os próprios Terena apropriam-se e ressignificam a representação do índio “manso” explicando que até então não haviam feito ocupação de terra:

Nós somos pessoa que... nós procura de respeitar né. As classe né? Meu pai tinha um dito né? “Nós tem que saber onde entrar e onde sair.” Não por o pé adiante do braço. Tudo isso. Então por isso nós apanhamo muito. Porque eu não vou lá na presença deles [fazendeiros] fazer invasão. Nós não vai fazer isso com eles. Porque nós tem justiça aí, que luta. Apesar que a justiça na nossa frente... mas quando demora... quem sofre é nós né? Ficamo esperando, mais dois, três anos. Quem que sofre né? Quem sofre é nós. (Leonardo Reginaldo, índio Terena, 84 anos, 2003)

Nas entrevistas feitas em 2011, jovens professores que participam da retomada afirmaram que antes os Terena não tinham conhecimento e meios suficientes para organizar o movimento existente hoje. A situação atual decorre do florescimento do movimento indígena na América Latina a partir da década de 1970, conseqüentemente, do movimento indígena no estado do Mato Grosso do Sul e ainda de mudanças estruturais na sociedade civil e no sistema político-jurídico do Estado, cujo marco é a Constituição de 1988.

Podemos falar ainda em protagonismo indígena, entendido aqui enquanto o exercício qualificado de um papel de destaque nas relações interétnicas e enquanto um rompimento com as relações de tutela. Ele ocorre em função de diversos aspectos: nas pautas culturais e identitárias, no exercício da cidadania, na busca por direitos como os de assistência médica, educação, etc. No entanto, uma questão é central na vida dos povos indígenas e está interligada a todas as outras: a demanda territorial. Isto é marcante em todo o Brasil e, ainda mais intensamente, em Mato Grosso do Sul, pois a estrutura fundiária no estado se solidificou negligenciando os direitos destes povos.

Os Terena foram e são ativos no movimento indígena e exercem o protagonismo nas diversas demandas que têm com o Estado e com os regionais. No entanto – ressalto – que as ações contra a tutela estatal e contra as pressões da sociedade envolvente sempre existiram. A

história terena, mesmo em período anterior à eclosão do movimento indígena tal qual existe hoje, está repleta de atitudes que evidenciam o papel ativo dos índios na interação com os não indígenas, conforme os exemplos citados ao longo dos capítulos anteriores.

Ao mesmo tempo, a *performance guerreira* do *ethos* terena sempre esteve presente em sua trajetória, mas ficou em segundo plano na literatura e na historiografia destes índios. Exemplo disso é a sua participação na Guerra da Tríplice Aliança ao lado do exército brasileiro. Ou ainda, a atitude de adentrarem na região demarcada para os fazendeiros em incursões clandestinas de caça e pesca, etc. Portanto, os Terena investem-se de uma e de outra condição de acordo com a situação em que estão inseridos.

3.1 A articulação dos guerreiros Terena para a retomada

O histórico do processo de ampliação da T. I. Buriti é o seguinte: foi identificada pela Funai em 02 de Agosto de 2001, com superfície de 17.200 hectares. Em 2001, depois que os relatórios de identificação foram apresentados, fazendeiros solicitaram a anulação dos laudos antropológicos.

Em 2003 foi feita a Perícia Antropológica, Arqueológica e Histórica da área reivindicada pelos Terena para a ampliação dos limites da T. I. Buriti. O parecer foi favorável à ampliação. Em 2004, o juiz Odilon de Oliveira considerou “aldeamento extinto”, contrário a ampliação do território indígena. O Ministério Público Federal recorreu e o julgamento em segunda instância ocorreu em 11 de dezembro de 2006.

Na decisão do Tribunal, foi alterada a sentença proferida pelo Juiz Federal de Campo Grande, reconhecendo que a Terra Indígena Buriti é terra “tradicionalmente ocupada pelo povo Terena”. Foi determinada o prosseguimento normal da demarcação pelo Governo Federal. Em 25 de Julho de 2005 ainda foram movidos pelos fazendeiros embargos contra a decisão.

Com a decisão do Tribunal Regional Federal reconhecendo os direitos territoriais dos Terena, após nove anos de espera, em 28 de setembro de 2010, foi publicada a Portaria Declaratória (nº 3.079/2010) dos limites da Terra Indígena Buriti pelo Ministério da Justiça.

A questão territorial deve ser compreendida como um produto das transformações ocorridas em função da ocupação por não índios para atividades econômicas, da atuação do

Estado por meio dos órgãos indigenistas, mas também da participação indígena com suas estratégias próprias, apropriadas ou não da sociedade envolvente.

Dessa forma, as reivindicações dos índios de Buriti vinham sendo ignoradas pelos regionais e pelo Estado e as violências sofridas por eles foram silenciadas. Em 1999, algumas ações dos Terena chamaram a atenção por estarem marcadas por atos de força e violência. A imagem do índio “manso”, se desfez, dando lugar a do *guerreiro*. (EREMITES DE OLIVEIRA e PEREIRA, 2003).

As reivindicações anteriores dos Terena não desencadearam por parte do Estado nenhuma medida que solucionasse o problema territorial dos indígenas, dessa forma, eles encontraram outras alternativas para se fazerem ouvidos. Várias são as ações desenvolvidas pelos Terena guerreiros: ocupações de terra, bloqueios de estrada, protestos na sede da Funai, etc. Essa nova fase é chamada pelos índios de retomada.

A primeira fase, portanto, descrita no capítulo II, pautou-se, principalmente por negociações, medidas ditas legais e atos de resistência cotidiana. No contexto atual, a estratégia de utilizar certos procedimentos formais, dentro da etiqueta terena, como reuniões organizadas hierarquicamente, solicitações a autoridades estatais, etc., não foi interrompida. Ao contrário, foi intensificada e acompanhada por outras atitudes no intuito de pressionar o governo na solução do problema da terra. Inicia-se então uma fase que inclui atos de desobediência civil.

E, a gente entrou na retomada há 3 anos, 4 anos. Até hoje, durante o tempo que a gente entrou na retomada, hoje eu creio que cada um de nós que moramos aqui, passamos por uma esperança muito grande. Tamos lutando e até o momento, corre até lágrima dos nossos olho. Temos criança aí que depende da nossa luta, que somos pai. Tem pai, tem mãe, tem jovens, estão crescendo hoje, estudando. Precisa muito. Queremos criar nossos filho, nós queremos ter vida melhor. Nesse pedaço que nós tamo morando não dá mais pra se criar uma galinha, uma vaca que seja. Não ta como nós queremos. Então com essa retomada, ou seja, que nós tamo fazendo. Nós podemo também ter uma vida melhor pra nós. Então isso que a gente tá esperando, com certeza. (Daniel, índio Terena, 29 anos, 2003).

Assim como em outras falas, este discurso dos Terena aponta para a necessidade da terra como forma de garantir o futuro das crianças e dos jovens Terena e a reprodução de seu modo de vida tradicional. As entrevistas e mesmo as conversas informais que tive com os índios a partir de 2010 apresentaram esta mesma característica. A jovem Sandra, de 23 anos, cuja família toda está envolvida na retomada, menciona: “Em nenhum momento minha mãe

disse que estava lá [acampada numa das fazendas litigiosas] por causa dela, ela sempre disse que o que ela está fazendo é por causa de nós, dos filhos, para garantir uma vida melhor pra nós.”

As ações dos guerreiros terena desencadearam o estudo sobre a situação em Buriti, feito no ano 2000: o Relatório dos estudos e levantamentos de identificação e delimitação com vistas à revisão de limites da Terra Indígena Buriti, de Walter Coutinho Júnior. Ainda sem solução e sob os protestos dos indígenas, a Funai solicitou novo trabalho que resultou no Relatório Circunstanciado de Revisão de Limites da Terra Indígena Buriti, do antropólogo Gilberto Azanha (2001). Embora constasse parecer favorável para que a área da T. I. fosse ampliada, isso não aconteceu. Os Terena, por sua vez, não abdicaram das suas reivindicações.

Os índios da T. I. Buriti dividem o processo em: primeira, segunda, terceira e quarta retomada. O professor terena Arildo descreveu os primeiros passos da comunidade no processo reivindicatório e o que os levou a isso:

E hoje numa população, hoje contado as oito aldeia, oito aldeia que tá dividido aqui Buriti, estamos chegando num total de 900 família. Então multiplica aí 900 família pra quantidade de hectare que nós temos aqui. É muito pouco. Então com isso, através de alguns relatos que foram contados por alguns anciões que já se foram, né, e dizendo assim: não, nós morávamos aqui... Contando a história: antigamente nós morava em tal lugar. Dizia por exemplo, que um morava no Arrozal, outro morava no Cafezal, chamado de Invernadinha, assim por diante. Então levou a chegar um momento que as liderança, a comunidade se reuniu e então vamo ver. Se isso o fulano de tal, o senhor tal tá falando que nós morava aqui, que ele comprova isso, que lá tem um cemitério, que foi sepultado o nosso antepassado, se comprova isso. (Arildo Alves Alcátara, índio Terena, 2010)

A fala evidencia que o espaço da T. I é reconhecido como insuficiente para a reprodução física e cultural dos Terena. Junto a isso, o papel da memória dos anciões das aldeias foi fundamental na tomada de consciência para a mobilização em Buriti, no novo contexto do movimento indígena.

Primeiro nós vamo dá uma olhada, se tem algum vestígio. Depois vamo fazer a retomada. Com isso nós vamos fazer com que a autoridade da Funai, a autoridade do estado faça um estudo antropológico, geólogo pra ver que é realmente nosso. Então partiu de uma necessidade. Não foi assim por impulso. Não é do nada. Quer dizer que a comunidade está crescendo cada dia que passa muito mais. Não foi dizer assim: nós vamo tomar ali, sem um fundamento nenhum. Nós fomos no nosso fundamento, a nossa base pra fazer a retomada foi o testemunho de pessoas bem antigas já, que já se foram, que não tão no meio de nós e que cobraram: oh, meu pai tá enterrado em tal lugar, naquele lugar ali, eu quando era criança lembrava que nós

morava em tal lugar. Então ali é nosso. Então o que que levou nós? Então vamo fazer a retomada. Antes pra fazer a retomada foi feita umas três, quatro reunião, pra as pessoas pensar realmente. Não foi no impulso. Acha que... vamo pra casa, pensar realmente se é isso que nós queremos, pra que nós queremos a terra. Se tem fundamento nós retomarmos ou não. Aí, depois de três reunião as pessoas tomaram a decisão. Então vamo. Conversaram com a comunidade, ouvindo a comunidade, explicando qual que é o interesse, qual que é necessidade de fazer a retomada. Aí foi feita essa retomada. (Arildo Alves Alcátara, índio Terena, 2010)

As frases em destaque remetem à consolidação das reivindicações como movimento social, pois, a retomada não tem um estatuto formal regendo a conduta dos líderes, sendo que a adesão ocorre pela simpatia ou por sentir-se participante da causa; a liderança não possui um dispositivo legal para exercer o controle político, isso depende da demonstração de comprometimento e de capacidade de mobilização em torno da demanda coletiva. As tomadas de decisão sobre: as eleições de comissão para discutir com o poder público; as mobilizações; as reocupações de terras; a montagem de estratégias de defesa, etc., ocorrem em reuniões gerais com toda a comunidade.

No item seguinte vou apresentar os principais episódios da primeira e da segunda retomadas, ocorridos até 2003.

3. 2 A primeira e a segunda retomadas

Em março de 2000 os Terena alertaram para a urgência da ampliação da T. I. Buriti. O então cacique da aldeia Buriti (atual vereador do município de Dois Irmãos do Buriti), Percedino Rodrigues, garantiu que caso não fosse resolvida a questão até as 18h do dia 25 daquele mês, os indígenas iniciariam a retomada nas fazendas vizinhas à T.I. Na ocasião o historiador da Funai Rogério Alves Rezende, de Brasília, e o assessor do órgão em Campo Grande, Geraldo Ferreira Duarte, ficaram retidos na aldeia. O referido líder terena afirmou que tal posicionamento devia-se à morosidade no processo de regularização das terras indígenas. Acrescentou que tinha o apoio de 18 aldeias, onde pelo menos 15 mil índios estavam dispostos a ajudar os Terena nas ocupações (Correio do Estado, 25 de março de 2000).

Embora as ocupações no entorno de Buriti não tenham tido a participação direta de índios de outras T. I.s fica evidente que esta movimentação está inserida em um contexto mais amplo do movimento indígena.

No mês seguinte os Terena mantiveram novamente alguns funcionários da Funai retidos na T. I. Em consequência disso o órgão determinou a criação do grupo de trabalho, sob a coordenação do antropólogo Edison Netto Lasmar. Mas, devido à demora no processo, passados alguns dias os índios ocuparam as fazendas Flórida (mapa 7), Furnas da Estrela e São Domingos, no município de Sidrolândia. (Correio do Estado, 22 de agosto de 2000).

O senhor Arzemiro descreveu como foi feita esta ocupação:

Nós aqui quem começou para nós foi o nosso vereador [então cacique Percedino Rodrigues], através de um velho [Armando Gabriel] que faleceu a poucos tempos, que deu essa idéia pra ele mexer com as terra. Primeiro já tinha mexido mas não deu muito certo né. Aí depois nós fomo essa vez, nós fomo madrugada. Um temporal, vento, chuva, garoa, frio. 116 pessoa saíram daqui. Foi 3 hora da madrugada. Aí chegemo ali, separemo ali, passemo na igreja. Separamo um pouco pra cá, outro pra cá, outro foi pra cá pro portão, cada um garrou um rumo. A maioria foi pra cá. Foi ali pra uma ponte um lá embaixo, outra aqui em cima na encruzilhada. Cada um cuidou as estrada aí. Fiquei lá com 4 pessoa, aqui fico 4, lá mais 4 e a maioria ficou do outro lado. Aí que essa vez eu achei triste isso aí e com medo. Falei agora, essa vez... tem as dona aí, coitada, as criança, achei que ninguém ia voltar. Porque nós nunca tinha mexido com essas coisa. Pra nós era perigoso. Aí fiquemo, passemo o dia dos índio aí. (Arzemiro Jorge Pinto, aldeia Buriti, 77 anos, 2011)

O trecho em destaque evidencia que apesar da *performance guerreira* fazer parte da postura terena, as novas formas de reivindicação causavam ainda algumas apreensões, inclusive nas lideranças mais velhas. Os professores Terena da aldeia Buriti afirmaram que nas primeiras ocupações de terra a comunidade não foi unânime. Mas, a cada ocupação, a retomada ia ganhando novos adeptos.

Em agosto, 80 índios da T.I. Buriti ocuparam o prédio da Funai em Campo Grande para cobrar agilidade no processo de ampliação, e mantiveram retidos por algumas horas o antropólogo Edison Netto Lasmar e o administrador da Funai em Campo Grande Joel de Oliveira (Correio do Estado, 22 de agosto de 2000).

Foto 1 – Ocupação da Funai pelos Terena



Fonte: Correio do Estado, 22 de agosto de 2000.

Depois os índios retornaram à aldeia e marcaram uma nova reunião com o chefe do Departamento de Identificação e Limitação de áreas, Walter Coutinho Júnior, o administrador regional do órgão em Campo Grande, Joel de Oliveira, o diretor-executivo do Terrasul, Jair Terra, e o antropólogo Edison Lasmar. Segundo a reportagem a seguir, os quatro foram feitos de reféns na T. I., caracterizando, uma “armação” dos índios. O líder terena Venício Jorge anunciou que o encontro resultou num acordo para que em 90 dias fosse apresentado o relatório de demarcação. (Correio do Estado, 24 de agosto de 2000).

Foto 2 – Os Terena desocupando o prédio da Funai



Fonte: Correio do Estado, 24 de agosto de 2000.

Posteriormente, os moradores da T. I. Buriti protagonizam a reportagem do Correio do Estado de 12 de outubro de 2002. A manchete era: “Índios terenas libertam dois reféns”. Os Terena da aldeia Córrego do Meio mantinham no local dois funcionários da Prefeitura de Sidrolândia. Era um protesto contra a mudança da diretoria da escola. O diretor da escola, um índio Terena, seria exonerado por motivos políticos, e sem serem consultadas as lideranças indígenas. Impedir que os funcionários saíssem da T. I. foi a forma que eles encontraram de expressar seu descontentamento com as decisões tomadas de forma arbitrária, sem levar em conta a posição dos maiores interessados: os próprios índios. A Funai concordou em só fazer mudanças nas escolas indígenas com o aval dos líderes da comunidade.

Bandeira de Melo (2003) analisa uma reportagem semelhante, veiculada no Jornal do Commercio, de Pernambuco, em 2001 e a mesma observação feita por ela cabe a estas páginas do Jornal Correio do Estado. Segundo a autora, a expressão “índios fazem reféns”, sugere a posição de que os índios assumiram a condição de sequestradores, sem ligar o fato a uma reivindicação dos direitos indígenas. Obviamente a informação está nos textos do Correio do Estado, mas as manchetes imprimem uma visão tendenciosa para o leitor.

Em de julho de 2002, houve um protesto na BR-163, articulado pelos índios Terena estabelecidos em Rondonópolis, no Mato Grosso, divisa com o Mato Grosso do Sul. A estrada foi fechada com pneus e pedaços de árvore no km 114, em Rondonópolis. Eles exigiam o assentamento de 80 famílias em uma área prometida pelo Incra. Uma liderança da T. I. Buriti informou que alguns indígenas deslocavam-se para Mato Grosso para comemorar

o aniversário de um parente estabelecido naquele estado, quando se depararam com o bloqueio iniciado pelos seus patrícios e resolveram participar. Aproximadamente 90 índios de Buriti estavam no protesto. As alianças extra-aldeia sedimentam essa colaboração. Por outro lado, embora a ação não tenha visado diretamente à ampliação da T. I. Buriti, lutar pela terra dos *patrícios* é uma forma de mostrar o descontentamento com a sua própria situação.

Os índios continuaram com o bloqueio por mais dois dias, sendo que, caminhoneiros revoltados com o fechamento da BR-163, bloquearam a BR-364, deixando o município de Rondonópolis ilhado. (Correio do Estado, 04 e 06 de julho de 2002)

Três anos após o início da primeira retomada, os Terena continuavam acampados em algumas áreas: os índios da aldeia Água Azul permaneciam na fazenda Furna das Estrelas. O juiz federal Odilon de Oliveira concedeu liminar de reintegração de posse. O prazo para a desocupação expirou no dia 10 de fevereiro, mas, no dia 14 os índios conseguiram liminar para permanecer na área, assinada pela desembargadora Suzana Camargo, do Tribunal Regional Federal – TRF, da 3ª Região, em São Paulo. (Correio do Estado, 15 de fevereiro de 2003)

No dia 22 de fevereiro mais quatro fazendas da área em litígio foram ocupadas: Buriti, São Sebastião (mapa 7), Sabiá e Nossa Senhora Aparecida. No mês seguinte 150 famílias terena ocuparam a chácara Santo Antônio. (Correio do Estado, 27 de março de 2003)

O jornal expôs na capa a foto de um dos proprietários da fazenda Nossa Senhora Aparecida: um idoso em frente aos barracos onde peões empregados em sua fazenda estariam morando após a ocupação terena (Foto 3). O texto ao lado da imagem menciona a situação precária dos fazendeiros envolvidos no litígio e seus prejuízos na lavoura em decorrência da retomada terena.

Foto 3 – Proprietário da Fazenda Nossa Senhora Aparecida



Fonte: Jornal Correio do Estado, 27 de março de 2003.

O título da matéria traz a informação de que índios e proprietários estavam armados, no entanto, na página 16A, o texto integral vem acompanhado da foto de um índio com a legenda “Os índios estão armados com arcos, flechas e revólver” (Foto 4). As fotos não são escolhidas esporadicamente, e assim como o texto, ou até mais, têm a função de passar uma mensagem. Neste caso o leitor tem sob os olhos duas imagens: de um lado um idoso em frente a barracos de lona, de outro, um índio jovem, armado, escorado na cerca ao lado de uma placa da Funai.

Foto 4 – Índio Terena, em frente a uma das fazendas ocupadas



Os índios estão armados de arcos, flechas e revólver

Fonte: Jornal Correio do Estado, 27 de março de 2003.

Partindo do pressuposto de que muitas pessoas não lêem toda a reportagem, a manchete, a foto e a legenda constituem os elementos que mais serão absorvidos pelo leitor. Sendo assim, por mais que o texto esteja apresentando uma visão dos dois lados do conflito, a matéria contribui para reforçar os estigmas negativos do índio: violento, perturbador da ordem, do progresso no campo e pilhador do alheio.

Aos poucos a imagem do índio *guerreiro* vai sendo apropriada pelos próprios Terena. Na sociedade regional, entretanto, esta imagem suscita uma série de estereótipos negativos, em especial pela forma como são veiculados na mídia local.

Em 27 de março, 45 índios foram ao Hotel Jandaia em Campo Grande, onde se encontrava hospedado o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para entregar um documento solicitando verba para alimentação e plantio até a decisão da Justiça Federal sobre a área reivindicada. Solicitavam ainda recursos para a indenização dos proprietários que de boa-fé usufruíram das terras indígenas (Correio do Estado, 28 de março de 2003).

Foto 5 – Índios Terena em frente ao Hotel Jandaia, em Campo Grande



Grupo de 45 índios veio de Dois Irmãos do Buriti para reivindicar recursos e pedir ajuda ao presidente
Fonte: Jornal Correio do Estado, 28 de março de 2003.

Ambas as situações demonstram a atuação terena no intento de retomar suas terras. A primeira, por meio de uma atitude considerada ilegal perante a sociedade, em especial pelos fazendeiros. A segunda, numa tentativa de agir de acordo com os protocolos formais, pensando em alternativas que atendessem também aos anseios dos produtores rurais. Ressalta-se que medidas como a de ocuparem as propriedades ou adentrarem um hotel de luxo na capital, paramentados com trajes tradicionais, são formas de serem vistos e ouvidos pelos órgãos estatais no intuito de garantirem seus direitos. Assim, alternam e combinam as estratégias de negociação e confronto.

A única atitude tomada pelo Estado, segundo as informações levantadas por mim, foi determinar a saída dos Terena das propriedades, mas nenhuma providência no sentido de atender às reivindicações dos indígenas foi efetivada.

No dia 19 de abril de 2003 – Dia do Índio – o referido jornal trouxe reportagens especiais sobre o tema. O caderno B, destinado à cultura e entretenimento, trouxe a manchete:

“Canto terena agora é perene”, acompanhada da foto da dança do Bate-pau (Foto 6). A legenda “A dança do bate-pau, também conhecida como a dança da ema, antigamente era utilizada para estimular os guerreiros e comemorar suas vitórias em batalhas” remete à importância da dança do Bate-Pau na cultura terena nos momentos cruciais em que este povo se apropria da condição de *guerreiro*. No entanto, remete este *ethos guerreiro* ao tempo pretérito.

Foto 6 – A dança do Bate-pau



Fonte: Jornal Correio do Estado, 19 de abril de 2003.

A professora terena Edineide Dias de Oliveira, organizou um CD com os cantos cerimoniais utilizados pelos Terena. Quando questionada sobre a suposta aculturação da sua etnia, ela diz:

Isso não existe. O que mais se verifica é a falta de interesse – fora algumas exceções – de estudar os aspectos culturais. Devido à aproximação que as aldeias possuem com a cidades, muitos acham que os Terenas já estão totalmente aculturados, não mantendo antigas tradições. O trabalho que desenvolvemos mostra o contrário. E faço questão de frisar: não é uma ação de resgate, como muita gente pensava quando falava do projeto; somente podemos resgatar aquilo que está perdido, e não é o caso da cultura terena. (Edineide Dias de Oliveira, índia Terena, em entrevista ao Correio do Estado, 19 de abril de 2003)

Conforme já apontado anteriormente, o paradigma da aculturação é constantemente reportado a esses índios, por isso a entrevistada justificou a iniciativa, enfatizando a indianidade terena e salientando que há uma continuidade nas suas manifestações culturais.

Porém, no caderno A, também há uma página inteira dedicada à questão indígena – com enfoque bem diferente: “Índios querem 300 fazendas em MS” (Foto 7) A frase, desde que contextualizada, não é imprópria. Entretanto como título de um texto apresentado a um público leigo, reforça a falsa ideia de que os indígenas reivindicam uma área exorbitante. A palavra *querem* insinua uma reivindicação sem fundamento. A matéria menciona alguns dos conflitos que ocorreram no estado devido ao litígio entre índios e proprietários. Como exemplo é citado o caso do líder indígena kaiowá Marcos Veron, assassinado em janeiro de 2003, devido à disputa pela fazenda Brasília do Sul, no município de Juti. Os dados apresentados foram fornecidos pela Famasul.

Com o subtítulo *Mais recente* é mencionado o caso dos Terena da T. I. Buriti, junto com uma foto e a legenda: “Há um mês índios terenos armados ocuparam a fazenda Buriti, no município de Dois Irmãos do Buriti” (Foto 7) ¹. O jornalista informa: “Expulsos pelos índios os produtores rurais viraram sem-terra acampados às margens da rodovia.” (Correio do Estado, 19 de abril de 2003, p.16 a).

¹ Um recorte desta imagem já tinha sido publicado no dia 27 de março de 2003, ver Foto 4.

Foto 7 – Reportagem sobre as terras indígenas no Mato Grosso do Sul



Fonte: Jornal Correio do Estado, 19 de abril de 2003.

Ainda sobre a região de Buriti, o jornal traz outra matéria, afirmando que uma sombra na legislação permite que os índios ocupem as propriedades. E que por isso os proprietários rurais contrataram seguranças particulares para tentar impedir a entrada dos índios nas fazendas. Foi feita uma entrevista com o dono da fazenda Buriti, mas ao parafrasear o entrevistado, o texto deixa o leitor confuso: “Ele [o proprietário] diz que os índios não habitavam a área e cita o caso de Dois Irmãos do Buriti, quando eles teriam vindo de Mato Grosso, e Antônio João, que seriam provenientes do Paraguai.” (Foto 8) (Correio do Estado, 19 de abril de 2003, p. 16 a). Neste caso, houve uma inversão da realidade. Ocorreu exatamente o contrário, algumas famílias da T. I. Buriti foram para o município de Rondonópolis, enquanto que a maioria da população permaneceu em Buriti, região onde viviam pelo menos desde meados do século XIX.

Foto 8 – Reportagem sobre proprietário de fazenda ocupada pelos Terena



Fonte: Jornal Correio do Estado, 19 de abril de 2003.

Em 23 de abril de 2003 houve uma audiência pública na Assembleia Legislativa Estadual, com índios e fazendeiros de várias regiões do estado (Foto 9). Um professor Terena falou para os presentes, representando os índios de Buriti. (Correio do Estado, 24 de abril de 2003).

Foto 9 – Índios paramentados tradicionalmente e fazendeiros em audiência pública



Fonte: Jornal Correio do Estado, 24 de abril de 2003.

Em agosto do mesmo ano os Terena voltam a chamar a atenção dos sul-mato-grossenses, desta vez numa manchete do Correio do Estado do dia 21 de agosto de 2003: “Índios cobram R\$ 3 mil para libertar policiais”. Segundo a reportagem, dois policiais militares e um assessor parlamentar ficaram reféns por 4 horas de 400 indígenas na fazenda Nossa Senhora Aparecida, no dia 19 de agosto, terça-feira. No entanto, a narrativa do acontecimento também está dividida em outras três manchetes, que ocupam espaço menor na página: “Há acusação de que houve troca de tiro”; “Atitude de policiais será investigada”; e “Sete fazendas estão ocupadas na região”.

Sintetizando as informações das quatro matérias, o resultado é: os Terena ocuparam sete fazendas na região como forma de agilizar o processo demarcatório, todas dentro dos limites dos 17 mil ha. reconhecidos como terra indígena pelo estudo feito no ano 2000. Em cada uma delas eles montaram acampamento e iniciaram uma produção agrícola. Na segunda-feira (18 de agosto de 2003), eles entraram na referida fazenda Nossa Senhora Aparecida (Foto 10). Há várias versões para explicar a participação dos policiais militares no episódio. A primeira é de que estavam prestando serviço para os fazendeiros; a segunda é de que simplesmente estavam próximos ao local e foram averiguar.

Foto 10 – Ocupação da fazenda Nossa Senhora Aparecida



Fonte: Jornal Correio do Estado, 21 de agosto de 2003.

Quanto à entrada dos policiais na fazenda, a versão dos indígenas é diferente: disseram que os PMs chegaram atirando, os policiais disseram que foram cercados pelos Terena ao entrarem na área. De qualquer forma, ficaram retidos no local. O assessor parlamentar Fernando Luiz Pereira da Silva, genro do proprietário, foi negociar com os índios. Por fim, Fernando Luiz deu um cheque para os Terena e os três foram liberados. O dinheiro foi usado para comprar alimentos, segundo os Terena. (Correio do Estado, 21 de agosto de 2003)

O assessor acusou os índios de roubarem seu casaco e cem reais em dinheiro, o que não foi comprovado. As acusações de violência são mútuas. Os policiais seriam indiciados por prestarem serviço irregular com documentação e armamento da polícia. Mas, de qualquer forma, prevalecem, mais uma vez, conceitos que acabam por estigmatizar o índio. (Correio do Estado, 21 de agosto de 2003)

Em outra reportagem, a capa traz a inscrição: “Em pé de guerra – Conflitos envolvendo índios, sem-terra e fazendeiros ocorreram em Sidrolândia e em várias regiões no sul do estado” e logo abaixo a manchete: “Campo vive o dia mais tenso da história de MS” (Foto 11). O título da reportagem foi tirado da fala do então presidente da Famasul Leôncio Brito, alarmado com os conflitos agrários que ocorreram em todo o estado. Isto porque além do impasse com os índios, na mesma data o MST – Movimento Sem Terra, ocupou uma fazenda em Itaporã. Vale ressaltar que enquanto a própria manchete é uma citação de alguém ligado aos proprietários rurais, os índios não tiveram sequer sua fala citada no jornal.

Foto 11 – Índios Terena e Leonel Brito, irmão do então presidente da Famasul

EM PÉ DE GUERRA – Conflitos envolvendo índios, sem-terra e fazendeiros ocorreram em Sidrolândia e várias regiões no sul do Estado

Campo vive o dia mais tenso da história de MS



Acusado pelos índios de estar armado, Leonel Brito, irmão do presidente da Famasul, é agredido pelos terenas que invadiram sua fazenda

O setor agrário de Mato Grosso do Sul viveu ontem um dos dias mais tensos de sua história, conforme avaliação do presidente da Famasul, Leônicio Brito. Índios terenas, que na segunda-feira invadiram três fazendas em Sidrolândia, tomaram produtores como reféns e só os libertaram após intervenção da Polícia Federal. Em resposta, os fazendeiros abandonaram o discurso da negociação e interditaram a estrada que dá acesso à aldeia. Entre os produtores tomados reféns estava o ex-deputado Ricardo Bacha. Após ser libertado, acampou em frente à sua fazenda, invadida pelos terenas. No sul do Estado, onde o clima de tensão começou após invasão da Fazenda Coimbra M3, domingo, a polícia prendeu quatro líderes do MST. Os sem-terra reagiram bloqueando quatro rodovias. ➤ Página 8A

Fonte: Jornal Correio do Estado, 28 de agosto de 2003.

A preocupação do setor ruralista foi grande, tanto que na página onde estavam as reportagens sobre os Terena e sobre o MST, havia também uma sobre a mobilização na Assembléia para por fim às ocupações. A foto que acompanha a notícia sobre os índios, na capa do jornal (Foto 11), traz a legenda: “Acusado pelos índios de estar armado, Leonel Brito, irmão do presidente da Famasul, é agredido pelos terenas que invadiram sua fazenda”. Embora as investidas violentas ocorressem de ambos os lados, o resumo da situação aparece de forma tendenciosa na reportagem.

Segundo o texto, cerca de 800 índios ocuparam 11 propriedades em Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti, sendo que na fazenda Buriti os Terena fizeram alguns reféns, entre eles o ex-secretário estadual de Obras e de Fazenda Ricardo Bacha. Os produtores por sua vez,

bloquearam a estrada que dá acesso à propriedade. A Polícia Federal interviu na situação e os envolvidos firmaram um acordo temporário.

Em 1 de setembro de 2003 o então secretário estadual de Justiça e Segurança Pública, Dagoberto Nogueira Filho, se reuniu com os Terena na aldeia Córrego do Meio (Foto 12). Ficou definida a saída dos índios de quatro propriedades. O secretário frisou que fazia questão da demissão do administrador executivo da Funai Márcio Justino, atribuindo a ele a culpa pelas ocupações de terra.

Foto 12 – Dagoberto Nogueira entre os Terena na aldeia Córrego do Meio



Dagoberto Nogueira, entre os índios, critica a omissão do administrador da Funai

Fonte: Jornal Correio do estado, 1 de setembro de 2003.

Sete fazendas continuaram ocupadas pelos Terena. Em 4 de setembro os proprietários rurais bloquearam a rodovia MS-162, retendo dois caminhões do programa do governo federal Segurança Alimentar (Foto 13). Os veículos continham cestas básicas destinadas aos índios das aldeias Buriti, Recanto, Água Azul e Oliveira. A PM seria enviada ao local, mas o prefeito de Dois Irmãos do Buriti interviu e impediu o envolvimento da polícia. Os produtores liberaram os caminhões depois de conseguirem marcar uma audiência com a desembargadora Suzana Camargo, no TRF, em São Paulo.

Foto 13 – Fazendeiros retendo dois caminhões de cestas básicas destinadas aos índios



Fonte: Jornal Correio do Estado, 4 de setembro de 2003.

Paralela à ação dos produtores rurais, os Terena que ocupavam a fazenda Santa Rosa deram um prazo para o proprietário retirar o gado do imóvel, caso contrário, passariam a cobrar cinco reais por cabeça para o arrendamento do pasto. Com esta atitude reafirmavam a confiança de que a terra era deles por direito.

Em setembro de 2003, a Justiça Federal, o Ministério Público e a Funai determinaram a realização de uma perícia antropológica, arqueológica e histórica de autoria de Levi Marques Pereira e Jorge Eremites de Oliveira. De acordo com os peritos:

Os Terena informaram que os trabalhos periciais seriam acompanhados por uma comissão de indígenas, escolhida pelos caciques da comunidade local, para a qual os peritos foram apresentados. Na ocasião, os indígenas formalmente convidaram os peritos, os assistentes técnicos das partes e a representante do Ministério Público Federal para permanecerem na Terra Indígena Buriti, nas instalações do Posto Indígena da FUNAI, durante os trabalhos periciais em campo. Eles argumentaram

que o convite tinha por objetivo dispensar o deslocamento diário até a cidade, favorecer a aproximação com a comunidade e contribuir para a transparência dos procedimentos metodológicos empregados nessa etapa da perícia. O convite foi formalizado pelos índios em documento escrito e a reunião foi gravada em fitas que estão de posse dos peritos e à disposição da Justiça Federal.² (EREMITES DE OLIVEIRA e PEREIRA, 2003, p. 6)

A situação, no entanto, permaneceu tensa em Buriti. Uma liderança que acompanhou o trabalho dos peritos afirmou que um dos cemitérios foi destruído pelos fazendeiros, quando estes souberam da ordem judicial para a realização da perícia: “Chegamo aqui, a gente veio aqui com uma equipe verificar o cemitério e naquele dia a máquina tava empurrando essas madeira aqui.” (Basílio Jorge, índio Terena, 56 anos, 2003).

Acordos foram feitos e desfeitos entre índios e fazendeiros no decorrer do ano de 2003. Após o início da perícia foi realizada uma reunião entre eles, na qual ficou firmado que até o final dos trabalhos não seria feita nenhuma outra manobra jurídica a respeito da contenda. O índio Noel do Patrocínio (70 anos, 2003) afirma: “E foi firmado um trato ali, lavrado em ata, firmado um trato. O que o branco chama, dá o nome de, que eu já ouvi muito isso entre as autoridades, um tratado de cavalheiros.” Mas, ele diz que os proprietários romperam o trato.

Durante todo o ano de 2003 algumas fazendas foram novamente ocupadas pelos Terena, sendo que algumas áreas foram inclusive cultivadas, dada a certeza que os Terena tinham de que as terras eram suas por direito e também como forma de pressionar o governo para agilizar o processo demarcatório, como afirmam os próprios índios.

A conclusão da perícia indicou que a Terra Indígena deve ser de 17200 ha., pois as propriedades rurais no entorno dos 2090 ha., são de ocupação tradicional indígena. No entanto, o juiz federal Odilon de Oliveira não entendeu dessa forma, dando decisão favorável aos fazendeiros no dia 8 de outubro de 2004.

² O perito Levi Marques Pereira em sua publicação de 2009, *Os Terena de Buriti: formas organizacionais, territorialização e representação da identidade étnica*, inclui esta reunião nos exemplos da *civilidade* terena, ou seja, no conjunto de normas de etiqueta do *ethos* terena.

3.3 Terceira retomada

Em recurso ao TRF-3, a Procuradoria Regional da República da 3ª Região argumentou que a decisão do juiz desconsiderou a prova pericial, sem apresentar suficiente argumentação. Julgados procedentes os recursos do MPF, da União e da Funai, os trabalhos realizados até então pela Funai voltam a ser considerados válidos em 2006.

Contudo, o processo de ampliação da área ficou parado na justiça de São Paulo e diante da morosidade no julgamento, os Terena realizaram novo protesto no dia 6 de novembro de 2006. Aproximadamente 240 índios, sob a liderança de nove caciques da T. I. Buriti bloquearam novamente a principal rodovia do estado, a BR-163, entre Campo Grande e Jaraguari (Foto 14). A manifestação começou às 4 h da madrugada e foi encerrada por volta das 19 h. (Correio do Estado, 07 de novembro de 2006)

Foto 14 – Índios Terena bloqueando a BR-163



Fonte: Jornal Correio do Estado, 7 de novembro de 2006.

O movimento resultou na presença de procuradores de justiça, do Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH), representantes da Fetems (Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul), do efetivo da Polícia Rodoviária Federal (PRF), além do

deputado estadual Pedro Kemp (PT/MS). Os indígenas liberaram a estrada, porém com a exigência de que a PRF os levasse à Campo Grande. Na capital, acamparam em frente à sede da Fetems e da Funai. (Correio do Estado, 7 de novembro de 2006).

No dia seguinte os índios compareceram à Assembléia Legislativa e pediram aos deputados apoio para agilizar o processo de Buriti (Foto 15). Na ocasião um dos caciques da T. I. salientou: “Temos um estudo antropológico que aponta que a propriedade pertence historicamente aos índios. Porém, neste caso, o poder econômico dos fazendeiros está dando sustentabilidade e atrasando a decisão final.” (Correio do Estado, 8 de novembro de 2006, p. 7a).

Foto 15 – Os Terena na Assembléia Legislativa



Fonte: Jornal Correio do Estado, 8 de novembro de 2006.

Os índios continuaram em algumas das fazendas ocupadas desde 2003. A manchete do Correio do Estado do dia 30 de julho de 2007 noticia: “Fazendeiros transformam-se em sem-terra”. A matéria diz respeito aos proprietários das fazendas Buriti e Recanto do Sabiá, que

estariam vivendo em condições precárias e arrendando terra para a continuação de suas atividades.

Foto 16 – Proprietários de uma das fazendas considerada terra indígena



Fonte: Correio do Estado, 30 de julho de 2007

Alguns trechos da reportagem evidenciam a dificuldade da população regional em entender a mudança de postura dos Terena, como aponta a fala de uma produtora rural:

Chegava dezembro até início de janeiro, a gente já sabia. Os índios passavam, levando a bandeira [dos festejos do Divino, comemorativos ao dia de Reis, 6 de janeiro] e a gente já deixava pronto o almoço pra ele. Tinha um deles que sempre estava em casa, saía levando leite para as crianças dele. Mais tarde soube que ele estava morando lá [na fazenda ocupada]. (Correio do Estado, 30 de julho de 2007, p. 6a).

Os Terena nunca aceitaram a perda das terras no entorno dos 2090 ha., no entanto, sempre fizeram suas reivindicações de forma pacífica e mantinham relações amistosas com a comunidade da região. Ou ainda, colocavam em prática as formas cotidianas de resistência. Quando os indígenas colocaram em prática a resistência aberta e adotaram estratégias *guerreiras* para reaver o território, a sociedade envolvente surpreendeu-se.

Em outro ponto da matéria, o jornalista afirma que o conflito mudou também as relações de trabalho, pois “dependendo do volume da colheita [dos proprietários], 20 funcionários são recrutados para compor a mão de obra, porém diferentemente de quatro anos e meio atrás, nenhum deles é indígena”. Isso demonstra que as T. I.s ainda são redutos de mão-de-obra para os imóveis rurais no entorno. Mas, obviamente esta relação amistosa de trabalho mudou na região de Buriti após a retomada terena.

No dia 25 de novembro de 2008, foi publicada a manchete: “Índios invadem sede da Funai em Campo Grande” e acima do título a palavra *arbitrariedade*. No dia anterior, cerca de 80 índios da T. I. Buriti foram à sede da Funai com objetivo de esclarecer a nomeação de Petroni Machado Cavalcanti Júnior para o cargo de administrador regional interino, pois, a mudança havia sido feita sem que os índios fossem ao menos comunicados. Os Terena interromperam uma reunião e pediram que os funcionários do órgão saíssem do local, deixando apenas o novo administrador (Foto 17). Os índios não quiseram dar entrevista, afirmando que sua imagem era constantemente deturpada na mídia. (Correio do Estado, 25 de novembro de 2008)

Foto 17 – Os Terena reunidos com o novo administrador da Funai



Petroni Machado Cavalcanti Júnior (à esquerda) em reunião com os índios Terenas da Aldeia Buriti, localizada em Sidrolândia
Fonte: Jornal Correio do Estado, 25 de novembro de 2008.

Embora o jornal tenha classificado como arbitrária, na visão dos índios a atitude foi legítima, pois, tratava-se de cobrar explicações do órgão que lida diretamente com as demandas indígenas. É um exemplo claro de protagonismo indígena, na tentativa de reverter a tutela estatal. Ao invés de aceitar as determinações da Funai, os Terena tentam controlar alguns de seus trâmites. Os índios ainda cobraram a solução de diversos assuntos, solicitando inclusive passagens para São Paulo, para discutir a questão fundiária. Sem solução para o impasse territorial, os índios Terena continuaram com suas ações de retomada.

Em 2009, quase dez anos após o primeiro estudo para ampliação da T. I. Buriti, novos protestos foram protagonizados pelos indígenas. No dia 06 de outubro cerca de 200 índios Terena bloquearam o Km 498 da BR-163 e o Km 528, da BR-262, nas proximidades de São Gabriel do Oeste, Miranda e Anastácio (Foto 18). Os índios chegaram de ônibus nas duas rodovias, por volta das 5 horas da manhã, e acamparam no meio da estrada. A reportagem consultada indicou também que eles exigiram a presença de procuradores da República e de representantes da Funai; e, para não bloquear totalmente a estrada, o grupo aceitou liberar as pistas por 45 minutos, a cada duas horas. Mesmo assim, segundo o jornal, o congestionamento foi grande, chegando a 10 km na BR-163. Os índios liberaram a rodovia após conseguirem marcar uma reunião com o Ministério Público Federal e um representante da Procuradoria da República no Estado, para discutir a demarcação de terras. (Correio do Estado, 7 de outubro de 2009).

Foto 18 – Índios Terena de Buriti bloqueando estrada



Fonte: www.midiamax.com.br, 06 de outubro de 2009.

As reportagens sobre este bloqueio de estrada ilustram bem o padrão adotado na redação das notícias sobre os índios. Fiz um paralelo com Viudes (2009), que analisa as reportagens sobre indígenas no jornal O Progresso, do município de Dourados, Mato Grosso do Sul. A autora aponta que, em geral, as matérias sobre bloqueios de estrada e ocupações de terra apresentam no local de maior visibilidade os pontos negativos dos protestos. Os inconvenientes causados são sempre citados no primeiro parágrafo. A justificativa das reivindicações normalmente é apresentada no segundo parágrafo ou até mesmo no último. Ao analisar as matérias sobre os Terena nos jornais Correio do Estado, Campo Grande News e Midiamax, percebi o mesmo modelo.

A reunião com o MPF não surtiu efeito imediato, de forma que os índios ocuparam 3 fazendas no dia 19 de outubro de 2009: Cambará, 3R e Querência São José. A reportagem do dia 20 de outubro de 2009 do Correio do Estado afirma que as lideranças seriam das aldeias Lagoinha, Córrego do Meio e Buriti e segundo um dos proprietários “teriam exigido a saída dos funcionários, quebrando cadeados e matando uma cabeça de gado para alimentação”. A notícia ainda menciona que o objetivo dos índios era pressionar o Tribunal Federal da 3ª Região a julgar o processo demarcatório.

Em outra manchete lê-se: “As invasões do último fim de semana provocaram uma reunião entre cerca de 60 guerreiros terenas com representantes da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul), na tarde de ontem.” (Correio do Estado, 20 de outubro de 2009).

A foto 19, que acompanha a matéria, traz a seguinte legenda: “Lideranças indígenas e de produtores rurais acenaram para o diálogo sem interferência de Ongs e do Cimi”, sugerindo que até então os Terena agiam sob influência destes órgãos. Este é um dos argumentos sempre presentes contra as mobilizações indígenas: a suposição de que elas são articuladas por grupos externos às comunidades: organizações não governamentais, Funai, instituições estrangeiras, etc. A ideia é uma forma de negar a autonomia dos índios, como se eles não pudessem ser sujeitos de suas próprias ações. Segundo Dávalos (2005) os movimentos indígenas na América Latina representam um enfrentamento do projeto neoliberal e de defesa de sua identidade e deve ser entendido no bojo das articulações dos próprios indígenas.

Foto 19 – Reunião entre os Terena e proprietários rurais



Fonte: Jornal Correio do Estado, 20 de outubro de 2009

Houve um acordo entre índios e fazendeiros (Foto 20). As lideranças das aldeias Córrego do Meio e Lagoinha saíram respectivamente das fazendas 3R e Cambará. Os produtores, por sua vez, se comprometeram a fretar um ônibus para participarem juntos de uma reunião no TRF.

Foto 20 – Índio Terena e o presidente da FAMASUL, Ademar Silva Junior



Num encontro que pode ser considerado histórico, índios e produtores prometeram ontem juntar esforços para sensibilizar a Justiça
Fonte: Jornal Correio do Estado, 20 de outubro de 2009

No dia seguinte o jornal informa que embora os indígenas das aldeias Lagoinha e Córrego do Meio tivessem saído das propriedades, os Terena que estavam na fazenda Querência São José, reocuparam as outras duas. A CIGCOE – Companhia Independente de Gerenciamento de Crises e Operações Especiais, que observava os índios desde sábado, quando começou a ocupação, entrou em confronto com os mesmos. A manchete diz “Índios enfrentam policiais e tentam tomar viatura e armas”. Diante disso, os policiais usaram bombas

de gás lacrimogêneo e balas de borracha, deixando um índio ferido. Desta vez, a reportagem do não estava acompanhada de nenhuma imagem (Correio do Estado, 21 de outubro de 2009).

Foto 21 – Policiais e fazendeiros em frente à Fazenda Buriti



Fonte: <http://rmtonline.globo.com/noticias>, 20 de outubro de 2009. Foto: Silvia Frias.

A foto acima mostra os policiais e fazendeiros momentos antes do conflito, mas foi extraída do site da TV Morena. A reportagem que foi ao ar em 20 de outubro de 2009 cujo resumo que estava no site, informava: “Com paus, pedras e lanças, atacaram os policiais, que deram avisos e gritos de alerta e acabaram por usar balas de borracha, granadas de explosão e até tiros de fuzis para afastar os indígenas”. Acrescentou-se então um detalhe que não constava na fonte anterior: não foram utilizadas somente armas de efeito moral. Já o site Campo Grande News, no dia 20 apresenta ainda outra versão. De acordo com a fala do Terena ferido no confronto os policiais já chegaram atirando.

Como pude perceber pelas conversas que tive com os Terena em 2010 e 2011, este episódio marcou todos os envolvidos na retomada. Os jovens professores como Rafael, a secretária Sandra, a dona de casa Elizabete Pinto, o ancião Arzemiro, (apenas para citar alguns), contaram bastante emocionados sua vivência neste dia.

Segundo os índios eles haviam feito um revezamento entre as vilas da aldeia Buriti no acampamento. Dessa forma, enquanto representantes de uma vila ficavam no local, os demais

iam para as aldeias cuidar das lavouras e outros trabalhos. Neste dia, a vila Gabriel era a responsável pelo acampamento. A CIGCOE teve uma abordagem violenta, com armas e cães. Os índios ficaram bastante assustados, mulheres, crianças, idosos. Alguns guerreiros queriam enfrentar os policiais, mas foram contidos pelos companheiros.

O fato de terem sido utilizados cachorros pela polícia deixou para os Terena a impressão de que eles era considerados animais pelo poder público estadual. “Eles foram tocando meu avô e um ouro ancião, como se eles fossem animais. Neste dia teve gente que até chorou de raiva” (Rafael Antônio Pinto, índio Terena, 22 anos, 2011)

O delegado da Polícia Federal, Alcídio de Souza Araújo, o representante da Funai Jorge Lili e um agente da Polícia Federal estiveram na Fazenda Querência São José, que permanecia ocupada pelos Terena. A proposta dos índios foi a de permanecer numa parte da propriedade no aguardo da decisão da Justiça Federal. O proprietário, no entanto, não aceitou, afirmando que entraria com um mandato de reintegração de posse. (Correio do Estado, 22 de outubro de 2009)

No dia 23 de outubro, o mesmo jornal veiculou a notícia: “TRF tentará acordo de índios e fazendeiros”. O TRF propôs na reunião realizada no dia anterior, uma audiência de conciliação entre os Terena e produtores rurais (Foto 22). A reportagem informa ainda que o grupo de 90 índios da T. I. Buriti dançou vestido tradicionalmente em frente à sede do TRF, na Avenida Paulista. A jornalista menciona também que houve um acordo verbal entre as partes para que no retorno da viagem a São Paulo, os demais indígenas se retirassem das propriedades ocupadas.

Foto 22 – Índio fala sobre situação de Buriti no TRF.



Índio fala sobre conflito com fazendeiros nos municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti em sessão do TRF, na tarde de ontem
Fonte: Jornal Correio do Estado, 23 de outubro de 2009.

Neste mesmo período, os Terena do município de Miranda, passavam por situação semelhante, lutando pela ampliação da T. I. Cachoeirinha. No dia 22 é noticiada a ocupação da fazenda Petrópolis do ex-governador Pedro Pedrossian. Paralelo a isso, os imóveis na região de Buriti também continuavam ocupados e foi destacado que: “A invasão [da fazenda Petrópolis] aconteceu ontem, cinco dias depois de terenas da região de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti realizarem a primeira ação de ocupação”, insinuando uma correlação entre os grupos dos dois locais. (Correio do Estado, 22 de outubro de 2009).

No dia 30 de outubro, o Jornal TJMS, da emissora de televisão TV Campo Grande, veiculou uma reportagem que evidencia a atuação dos *guerreiros* terena na ocupação das propriedades rurais. A jornalista afirma que foi necessária muita conversa com as lideranças para que sua equipe pudesse entrar na fazenda. O telespectador pôde assistir à entrada da equipe de jornalismo passando por um corredor com aproximadamente 500 índios da T. I. Buriti paramentados como *guerreiros*, de posse de armas tradicionais e entoando cantos. Houve um ritual onde o xamã, ou rezador, abençoou a terra e lembrou os jovens da responsabilidade de retomá-la. Depois uma anciã cantou no idioma. Um senhor explicou

emocionado, que seu canto era de indignação, pois os filhos e netos dependem da recuperação daquele território. Mais duas lideranças discursaram de forma bastante formal, lembrando seu direito à terra baseado na Constituição Federal.

Este episódio é bem ilustrativo e sintetiza as duas posturas dos terena na luta pela terra. O ritual, os trajes, o canto, a dança e as armas, evocam a face guerreira do *ethos* terena. O discurso, a formalidade, a demonstração de conhecimento dos códigos da sociedade envolvente, evidenciam o caráter *diplomático* de sua luta, ou no dizer de Pereira (2009) traduzem as normas de *civilidade* terena.

As tentativas de conciliação não surtiram muito efeito e no dia 20 de novembro de 2009 o Correio do Estado traz: “Polícia expulsa índios de fazenda invadida” (Foto 23). Segundo a reportagem, os Terena permaneceram na Fazenda Querência São José por mais de um mês, até que foram retirados, no dia 19 de novembro, pela Polícia Militar.

Foto 23 – Reportagem sobre ação da PM



Fonte: Jornal Correio do Estado, 20 de novembro de 2009

Segundo informações de um funcionário da Funai, entrevistado pela equipe do Correio do Estado, na matéria acima, os policiais chegaram junto com um grupo de fazendeiros armados. Não havia mandato de reintegração de posse. Por outro lado, um comandante da PM afirmou ao jornal que não houve operação de desocupação, o batalhão da polícia estava lá para protegê-los, não expulsá-los. Na sua versão os índios saíram do local porque ficaram assustados.

O problema seguiu sem solução, os índios não desistiram da retomada, os fazendeiros não aceitam a demarcação (principalmente sem a indenização sobre o valor da terra). O Estado, que agiu com dolo no início do século XX legitimando a propriedade de terceiros em terras ocupadas pelos índios, não conseguiu ainda resolver o problema fundiário.

3.4 Quarta retomada

A quarta retomada, embora seja abordada neste capítulo, não teve seu desfecho até a finalização deste trabalho. Contudo, julguei fundamental inseri-la, pois por meio dela posso fazer considerações sobre o processo de luta pela terra dos índios de Buriti.

Em maio de 2011 os indígenas mantiveram detidos por um dia na T. I. o coordenador regional da Funai em Mato Grosso do Sul, Edson Fagundes e o chefe do Meio Ambiente da Fundação, Ricardo Araújo. Agentes da Polícia Federal coordenaram as negociações. Segundo a reportagem do jornal on-line Campo Grande News, o protesto era em virtude da substituição do chefe de posto, o Terena Samuel Dias. Os índios discordaram do nome proposto pela Funai e queriam indicar outro Terena para a sucessão. (Campo Grande News, 10 de maio de 2011.)

O site do jornal Folha de São Paulo, Folha.com, acrescentou que também havia mais um objetivo na manifestação protagonizada pelos índios: solicitar rapidez no processo de ampliação da Terra Indígena. (Folha.com, 10 de maio de 2011)

No mesmo dia, cerca de mil índios Terena ocuparam a fazenda 3R, de Roberto Bacha, ex-presidente da Iagro. “Os índios estão armados com facões, foices e armas artesanais. Eles também têm binóculos para vigiar a estrada que dá acesso a fazenda” (Campo Grande News, 11 de maio de 2011).

O professor terena Eder Alcântara narrou sua vivência na quarta retomada:

Quando você sai pra uma retomada, você sai com a roupa do corpo, você chegando com aquele espírito guerreiro, de querer a terra, você volta, vamo dizer assim, nos velhos tempos. Quando você dormia ao redor de uma fogueira, se aquecia com o calor do fogo. Então os primeiros dias são assim, todo mundo acordado, ninguém dorme, conversando ao redor de fogueiras. Vários grupos se formam na terra, espalhados, com fogueiras à noite, alguns têm lanterna. E ficam ali sempre atento né, ao que? Ao ataque de jagunço, um dos fatos que tá acontecendo sempre. Os jagunços tentado intimidar, dano tiro da fazenda vizinha. Sempre querendo deixar tenso aquele momento. Aí já durante o dia, ao amanhecer todo mundo ali recebe comida da casa, que vai da aldeia pra lá. Come todo mundo junto, aquela confraternização, é você viver mesmo em união, rodando uma marmita, um prato de comida. Todo mundo comendo da mesma comida. É uma coisa assim que você aprende a viver de novo socialmente. Porque a vida do índio às vezes na aldeia não é igual mais. Não é como antigamente. Então é você viver de novo um pouco do seu passado nesse momento. (Eder Alcântara, índio Terena, aldeia Buriti, 29 anos, 2011)

Para ele a retomada não é apenas territorial, mas também cultural, pois eles revivem alguns costumes tradicionais, compartilham alimentos, paramentam-se tradicionalmente, etc. Nos primeiros dias ficam no acampamento só os guerreiros em grupos de 12 ou 13 homens. As mulheres e crianças vão ao acampamento durante o dia levar a comida preparada na aldeia. Os grupos ficam atentos para o caso de alguma investida de grupos ligados aos fazendeiros.

A partir do terceiro dia algumas famílias começam a se estabelecer no acampamento e improvisam como podem “Quem tem rede leva rede, quem não tem continua com pedaço de colchão, com lençol no chão, enfim. Se torna uma coisa boa de fazer, porque você tá buscando uma coisa ali que futuramente vai precisar.” (Eder Alcântara)

Para os *guerreiros* mais jovens, a retomada é um momento de aprendizado, a oportunidade de ouvir as conversas e ensinamentos dos anciãos e guerreiros mais velhos: “Ali é o momento que você tá sentando que você escuta cada conversa contada pelos anciãos que ali estão, de que ‘ah, esse fazendeiro aqui não deixava nós entra aqui. Tá vendo aquele açude ali, nós não poderia pescar ali, eles atiravam nós’” (Eder Alcântara)

A religiosidade é um aspecto sempre presente na retomada Terena. Durante as reuniões os líderes religiosos, sejam católicos ou evangélicos, se pronunciam fazem orações pedindo auxílio na luta pela terra:

Então toda manhã tem reunião, tem oração, tem fala de lideranças, de guerreiros, dando incentivo. E a partir das oito até dez e meia é só reunião, sempre discutindo momentos, o que nós podemos fazer. Sempre antes de acabar a reunião tem a oração. Depois todos voltam pra sua barraca, ficam conversando, ficam andando, vai na barraca do outro. Mas sempre tem um grupo atento. São as pessoas que ficam guardando, fazendo a guarda a distância. Um grupo fica na mata olhando. Então durante o dia você fica discutindo estratégias. Outros vão melhorando sua barraca, vão construindo quase uma casa mesmo, porque vão permanecer. Hoje já tem casa estruturada com quarto, com tarimba, alguns já devem ter levado pra lá panela, pratos, talheres, já devem estar fazendo alimentação lá. (Eder Alcântara, índio Terena, aldeia Buriti, 29 anos, 2011)

Os professores terena com quem manteve uma interlocução neste período afirmaram que a quarata retomada foi a que envolveu mais pessoas da comunidade, tendo representantes de todas as aldeias da T.I. Segundo eles, cada vez mais os indígenas estão conscientes da necessidade de pressionar o governo a resolver a situação territorial.

A aldeia Buriti foi a que mais teve adesão à retomada. A rotina de todos os moradores foi alterada. Praticamente todas as famílias estabeleceram-se no acampamento.

Foto 24: Acampamento Terena na retomada da Fazenda 3R



Fonte: Campo Grande News, 11 de maio de 2011.

Nos primeiros dias, os alunos tiveram aula no próprio acampamento (Foto 25). Depois, um ônibus ia diariamente buscar e levar os alunos do acampamento até a Escola Municipal Alexina Rosa Figueiredo, na aldeia Buriti. Permaneceram na aldeia somente alguns funcionários da referida escola. Ainda assim, como todos os professores estão engajados no movimento, todos são considerados *guerreiros*. Portanto mesmo aqueles lotados no período noturno deviam passar a noite no acampamento pelo menos três vezes por semana.

Foto 25 – Aula ministrada durante na retomada da fazenda 3R.



Fonte: Campo Grande News, 25 de maio de 2011. Foto: João Garrigó. Legenda original: De pequenos a alunos de ensino médio. Jovens terena não deixam os estudos, nem durante processo de retomada.

A mídia local publicou várias notícias, entre elas: “Fazendeiro diz que Justiça tem visão ‘maniqueísta’ sobre briga com índios”. A matéria traz a transcrição de parte da entrevista feita com Roberto Bacha:

Desde o início dos referidos estudos por parte da FUNAI a comunidade indígena tem turbado e esbulhado a posse dos seus vizinhos não índios, cometendo atos de violência – armados com espingardas e revólveres – contra pessoas e coisas, furtos e ameaças, destruindo cercas e currais, derrubando árvores e levando madeira, subtraindo gado, devastando plantações, colocando fogo nos pastos, expulsando trabalhadores e suas famílias, pondo para correr homens, mulheres e crianças. (Roberto Bacha, entrevista ao Campo Grande News, 21 de maio de 2011)

Em seguida o jornal acrescenta: “A comunidade indígena rebate, alegando que a ocupação da terra é feita de forma pacífica, como única alternativa para resolver definitivamente a guerra judicial” (Campo Grande News, 21 de maio de 2011).

No dia 17 de maio a justiça concedeu liminar de reintegração de posse ao proprietário da fazenda. No dia seguinte um grupo de índios bloqueou um trecho da rodovia BR-163, próximo ao município de Jaraguari, eles reivindicavam uma audiência com o Departamento de Assuntos Fundiários em Brasília (Foto 26). A rodovia foi liberada após negociação com o coordenador regional do órgão, Edson Fagundes, que garantiu a ida de 45 representantes à Brasília. (Correio do Estado, 19 de maio de 2011). A liminar foi suspensa pelo TRF dia 20 do mesmo mês. (Campo Grande News, 30 de maio de 2011).

Foto 26 – Bloqueio na BR-163



Fonte: Jornal Correio do Estado, 19 de maio de 2011

Em 30 de maio uma comissão passou a tarde em reunião com a diretoria de assuntos fundiários, na Funai (Fundação Nacional do Índio), conforme reivindicado.

A comissão é formada por terena das aldeias da região, cacique Messias Sol Dias e os líderes Manoelito Pereira e Antônio Aparecido Jorge, da aldeia Córrego do Meio; cacique Tadeu Reginaldo, da Olho d'água; cacique Wilson Cordeiro, da Oliveira; cacique Leônidas Rodrigues, da aldeia Barreirinho e da Buriti o cacique Rodrigues Alcântara e líderes terena Percedino Rodrigues, Alberto França, Antônio Bernardo Gabriel, Agostinho Alcântara, Egídio Mamede e Gerson Pinto Alves. (Campo Grande News, 30 de maio de 2011)

O jornal on-line Campo Grande News, publicou “Após derrudada a liminar, índios terena mostram que vieram para ficar: Comunidade já começa a preparação do solo para plantio de sustento”.

Foto 27 – Lideranças Terena na retomada da fazenda 3R



Fonte: Campo Grande News, 25 de maio de 2011. Foto: João Garrigó. Legenda original: Terena afirmam que retomada é questão de sobrevivência, trabalhos para plantio já começaram.

A reportagem mostra um pouco do dia-a-dia das famílias Terena estabelecidas na fazenda 3R, iniciando o cultivo da lavoura e menciona que parte de 300 hectares da fazenda está sendo preparada para plantar arroz, mandioca, milho e feijão. Uma valeta para conter a

umidade da terra é cavada para então possibilitar a plantação. (Campo Grande News, 25 de maio de 2011).

Foto 28 – Índios Terena preparando a terra retomada para o cultivo



Fonte: Campo Grande News, 25 de maio de 2011. Foto: João Garrigó. Legenda original: Com enxada na mão e terra para plantar, indígenas calculam que produção dê 300 sacas de arroz, o sustento para famílias

É importante ressaltar que nas entrevistas com os índios em 2010 e 2011, eles deixaram claro que acreditam que a área de sua ocupação tradicional vai além das 17200 ha. requeridas atualmente. No seu entendimento, retomar essa área adjacente ainda é inviável e vão concentrar-se no processo que já está em andamento, mas futuramente vão lutar pela ampliação além dos 17200 ha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa retomei alguns pontos da história terena. Sua origem chaquenha foi registrada na historiografia, mas, este assunto já vinha sendo revisto em trabalhos recentes, no sentido de compreender que o Chaco e o Pantanal formavam um só complexo territorial, de posse indefinida até o século XIX. Apesar de estar ligado a uma temporalidade remota, este tema influencia nas demandas territoriais enfrentadas pelos índios de Buriti, e por isto seu tratamento neste texto.

Este período (até o século XIX), também influenciou na construção de outras representações sobre estes índios. Ao longo da história eles ficaram conhecidos como um povo *aberto* às trocas culturais, de convivência pacífica com as demais sociedades indígenas ao seu redor e, principalmente, com a sociedade não indígena. Foi assim que, por exemplo, foi vista sua interação com os Guaicuru no período colonial e sua relação amistosa com os conquistadores europeus, ao menos, dos grupos que se estabeleceram ao redor dos empreendimentos coloniais.

Não é possível negar a disposição dos Terena em dialogar com outras culturas, no entanto, convém não simplificar as relações interétnicas. A ideia do Terena “manso” aos poucos foi sedimentada nos documentos oficiais, entretanto, esses mesmos documentos mencionam algumas vezes a dificuldade de mantê-los em aldeamentos oficiais, quando isto contrariava seus interesses. Ainda quando permaneciam ao redor dos empreendimentos coloniais, mantendo inclusive relações de comércio, estes índios atendiam a demandas próprias e faziam valer sua pauta cultural.

Com esta pesquisa foi possível elencar também algumas situações do contexto da interação entre os Terena e o Estado brasileiro, a partir do início do século XX, quando os primeiros não índios iniciavam a cadeia dominial na região de Buriti. Iniciou-se aí o impasse territorial. Paulatinamente os Terena foram sendo pressionados a deixarem os locais de ocupação de seus troncos e a recolherem-se ao perímetro de 2090 ha., demarcado pelo SPI. As pressões eram exercidas pelos novos requerentes de terra, com o auxílio inclusive de forças policiais e com o aval de alguns funcionários do SPI.

Os Terena tentaram dialogar com os órgãos competentes de várias formas: comissões, abaixo-assinados, cartas, requerimentos, solicitações ao SPI e à Funai. Apropriaram-se de

mecanismos da própria sociedade envolvente na reivindicação de suas terras. De forma diplomática apresentavam seu descontentamento com a expropriação territorial. Mas suas instâncias foram ignoradas. Ao que tudo indica, no período em que a expropriação da terra ocorreu, a conjuntura era francamente desfavorável ao enfrentamento aberto, do tipo *guerreiro*, adotado no período pós-Constituição de 1988.

Dessa forma, os Terena ressignificaram todas as impressões a seu respeito na composição de sua identidade. A *abertura* para as trocas culturais permitiu a este grupo a apropriação de estratégias de outros povos. Além disso a diplomacia terena é vista como uma característica positiva pelos próprios índios, mas quando isso atende aos seus interesses. Isso fica evidente quando os Terena tentam negociar com o Estado e com os regionais usando as vias da legalidade, em atitudes diplomáticas muito características desse povo.

Por outro lado os Terena se investem de sua condição de *guerreiros* quando esgotam as outras possibilidades de ação. Esta outra face de sua identidade também é motivo de orgulho para os índios. É assim que eles participaram da Guerra da Tríplice Aliança e guardaram este episódio como elemento marcante de sua memória coletiva. Os Terena evidenciaram também este outro viés da sua identidade quando faziam incursões de caça e pesca nas áreas demarcadas para os fazendeiros; ou ainda quando reagiam às violências praticadas pelos não índios que adentravam suas aldeias.

No final da década de 1990, continuaram com estratégias diplomáticas e legais, seguidas, porém, de novas atitudes. O movimento *guerreiro* terena na atualidade conecta-se ao florescimento do movimento indígena, que influenciou uma série de mobilizações em toda a América Latina. Além disso é importante lembrar a influência das novas lideranças indígenas, como professores por exemplo, junto aos caciques. Nesta conjuntura, os Terena evocaram sua condição de *guerreiros*, e protagonizaram a ocupação da área em litígio ao redor da T. I. Buriti. Com isso, forçaram o Estado a relizar estudos para verificar se a terra era de ocupação tradicional indígena.

Entretanto, embora comprovado que o território é indígena, o Estado não conseguiu resolver o problema, uma vez que os proprietários rurais não aceitaram a perda dos imóveis. Os índios, por sua vez, seguem com as ocupações de terra, os bloqueios de estrada, os protestos na Funai, no TRF, em São Paulo, etc. Essas ações quando veiculadas na mídia local, são apresentadas de forma pejorativa e reforçam os estereótipos negativos sobre os índios.

Todavia, esta foi a forma encontrada por eles para serem ouvidos, já que suas antigas estratégias foram negligenciadas.

Portanto o *ethos* terena está impregnado de dois tipos de postura, a *performance diplomática* e a *performance guerreira*, imerso num processo dinâmico de diálogo e apropriações no campo de interação interétnica.

REFERÊNCIAS

Referências Bibliográficas

ALTENFELDER SILVA, Fernando. Mudança cultural dos Terena. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. III, p. 271-379, 1949.

AZANHA, Gilberto. Relatório antropológico para a redefinição dos limites da Terra Indígena Buriti - Portaria 1.155/Pres/Funai. Brasília : s.ed., 2001. 112 p.

AZARA, Felix. *Viajes por la América Meridional*. Madrid: Espasa-Calpe, 1809.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In.: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

BANDEIRA, Patrícia de Melo. Agenda e discurso midiático: quando a minoria é notícia, o caso indígena na imprensa de Pernambuco. In.: *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*. Lisboa: Lusocom, 2004.

BHABHA, H. *O local de cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

BERTRAND, Claude-Jean. *A deontologia das mídias*. São Paulo: EDUSC, 1999.

BITTENCOURT, Circe Maria; LADEIRA, Maria Elisa. *A história do povo Terena*. São Paulo: MEC: SEF: Centro de Trabalho Indigenista, 2000.

BRASIL. Constituição, 1988.

BRASIL. Decreto. 1.775/1996.

CANIELLO, M. O ethos sanjoanense: tradição e mudança em uma cidade pequena. In.: *Mana: estudo de antropologia social*, v. 9, n. 1, p. 31-56, 2003.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terena*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: o Imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHAVEAU, A.; TÉTARD, Ph. (org.). *Questões para a história do presente*. Trad. Ilka S. Cohen. Bauru: Edusp, 1999.

COLLINGWOOD, R. G. *A idéia de história*. Lisboa: Editorial Presença, 1972.

CORREIA FILHO, Virgílio. *História do Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.

COSTA, M. de F.: Alexandre Rodrigues Ferreira e a capitania de Mato Grosso: imagens do interior. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, vol. VIII (suplemento), 993-1014, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php> Acesso em 11 de maio de 2009.

- COUTINHO JR. Walter. Identificação e delimitação da TI Buriti (MS). Brasília, 2000. In: Processo 0465/93 87p.
- CUNHA, Manuela Carneiro. *Legislação Indigenista no século XIX*. São Paulo: Edusp, 1992.
- CUNHA, Manuela Carneiro. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- DÁVALOS, Pablo. 2005. Movimientos indígenas en América Latina: el derecho a la palabra. In DÁVALOS, Pablo. (Coord). *Pueblos indígenas, estado y democracia*. Buenos Aires, Clacso, pp. 17-33.
- EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. Sobre os conceitos e as relações entre história indígena e etnohistória. *Prosa*, Campo Grande, 2003, 3 (1):39-47.
- EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. Cultura material e identidade étnica na arqueologia brasileira: um estudo por ocasião da discussão sobre a tradicionalidade da ocupação Kaiowá da Terra Indígena Sucuri'y. *Cultura e sociedade*, Goiânia, 2003, 10 (1) :95-113.
- EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge; PEREIRA, Levi Marques. *Perícia antropológica e histórica da área reivindicada pelos Terena para a ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti, municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti, Mato Grosso do Sul, Brasil*. Autos nº 2001.60.00.003866-3, 3ª vara da 1ª subseção judiciária de Mato Grosso do Sul, 2003.
- EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge; PEREIRA, Levi Marques. *Ñande Ru Marangatu: laudo antropológico e histórico sobre uma terra kaiowa na fronteira do Brasil com o Paraguai, município de Antônio João, Mato Grosso do Sul*. Dourados: UFGD, 2009.
- EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge; PEREIRA, Levi Marques. “Duas no pé e uma na bunda”: da participação terena na guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança à luta pela ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti. *História em Reflexão*, Dourados, 2007, 2 (1):1-20.
- FERREIRA, Andrey Cordeiro. *Tutela e resistência indígena: etnografia e história das relações de poder entre os Terena e o Estado brasileiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. 410f. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- FERREIRA NETO, Edgard. História e etnia. In. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campos, 1997.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978
- HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton et. al. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007, p. 43-71.
- HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HOLANDA FERREIRA, A. B. de. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 3. ed. São Paulo: Positivo, 2004.

ISAAC, Paulo Augusto Mário (2004). *Modo de existir Terena na comunidade multiétnica que vive em Mato Grosso*. Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências sociais na Área de Etnologia Indígena. (Mestrado na PUC de São Paulo). 235 p. com anexos.

LEOTTI, Odemar. *Corpos Violentados: os índios e Guerra do Paraguai (1860-1870)*. In: JANUÁRIO, Elias Renato da Silva et al. *Fronteira, memória e linguagem*. Cáceres: Unemat, 2001, p. 31-47.

LOPES, José Reinaldo de Lima. Desigualdades jurídicas – povos indígenas, favelados e sem-terras. In: *Boletim Científico* – Escola Superior do Ministério Público da União. Brasília: ESMPU, Ano I, n.º 5, out./dez., 2002. Disponível em <http://www3.esmpu.gov.br/linha-editorial/boletim-cientifico/boletim5>. Acesso em 10 de junho de 2009.

MACHADO, Lia Osório. *Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade*. Rio de Janeiro: Retis, 2003. Disponível em <http://acd.ufrj.br/gruporetis/pesquisa/fronteira> .Acesso em 11 de maio de 2009.

MONTEIRO, John Manuel. *Os Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. 2 ed. São Paulo : Companhia das Letras, 1995.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Terras indígenas do Espírito Santo sob o Regime Territorial de 1850. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22 n. 43, p.153-169, 2002.

MOURA, Noemia dos Santos Pereira. *UNIEDAS: o símbolo da apropriação do protestantismo norte-americano pelos Terena (1972-1993)*. 2001. 136f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados.

MOURA, Noemia dos Santos Pereira. *O processo de terenização do cristianismo na terra indígena Taunay/Ipegue no século XX*. 2009. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

OBBERG, Kalervo. A economia Terena no Chaco. In. *Terra Indígena*. UNESP, Araraquara, n.55, p. 20-39, abr./jun. 1990.

OLIMPIO, José Carlos Macedo. *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In.: *Mana*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 47-77, 1998.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. *Ensaio em Antropologia histórica*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

PEREIRA, L. M. O movimento étnico-social pela demarcação das terras guarani em MS. *Revista Tellus*. NEPPI, UCDB, Campo Grande, ano 3, n.4, p. 137-145, abr. 2003.

PEREIRA, Levi Marques. *Os Terena de Buriti: formas organizacionais, territorialização e representação da identidade étnica*. Dourados: UFGD, 2009.

RAMOS, Alcida Rita. *Projetos Indigenistas no Brasil Independente*. Brasília: Departamento de Antropologia Instituto de Ciências Sociais Universidade de Brasília, 1999.

SANTILLI, Márcio. “Os direitos indígenas na Constituição brasileira”. In: Povos Indígenas no Brasil 1987/88/89/90. São Paulo: CEDI, 1991.

SCHMIDEL, Ulrich. *Derrotero y viaje a España y las Índias*. Buenos Aires: Colección Austral, Espasa-Calpe S.A, 1944.

SCHUCH, Maria Eunice Jardim. *Xaray e Chané: índios frente à expansão espanhola e portuguesa no alto Paraguai*. 1995. 87 p. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto Anchieta de Pesquisas/UNISINOS.

SCHWENGBER, Isabela F. *Representações do MST na imprensa de Mato Grosso do Sul (1995 a 2000)*. Dissertação. 2005 (Mestrado em História). Dourados: UFMS, Campus de Dourados.

SCOTT, J. *Los Dominados y El Arte de La Resistencia*. Ediciones ERA, S.A. de C.V. 2000.

SGANZERLA, Alfredo. *A História do Frei Mariano da Bagnaia*. Campo Grande: FUCMT, 1992.

SILVA, Marta Pereira, et al. Distribuição e quantificação de classes de vegetação do Pantanal através de levantamento aéreo. *Revista brasileira de Botânica*. São Paulo, v.23, n.2, p.143-152, jun. 2000.

SOARES, José Carlos de Macedo. *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.

SOUZA, Sandra Cristina de. De perda à telhado: lideranças indígenas terena em instituições públicas e a questão territorial. In.: *III Seminário Povos Indígenas e Sustentabilidade: saberes locais, educação e autonomia*. – Campo Grande: UCDB, 2006.

SOUZA LIMA, A. C. 2002. O indigenismo no Brasil: migrações e reapropriações de um saber administrativo. In.: L'ESTOILE, B. et al. (org.). *Antropologia, Impérios e Estados Nacionais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

SUSNIK, Branislava. *Los aborígenes del Paraguay : etnología del Chaco Boreal y su periferia (siglos XVI y XVIII)*. Asunción : Museo Etnográfico “Andrés Barbero”, 1978.

TAUNAY, Visconde de. *Entre os nossos índios*. São Paulo: Companhia Melhoramento, 1931.

TAUNAY, Visconde de. *Memórias*. Vol.VI. São Paulo: Melhoramentos, 1948.

TAUNAY, Visconde de. *A retirada da Laguna: episódio da Guerra do Paraguai* São Paulo: Martin Claret, 2005.

TELLAROLI, Taís Marina. Atualização de notícias em dois portais locais de informação de Campo Grande – MS. In.: *Rastros - Revista do Núcleo de Estudos de Comunicação*. Ano VII - Nº 7 - Outubro 2006.

TRIGGER, Bruce. Etnohistoria: problemas y perspectivas. In. Tad. Catalina T. Michieli. *Traducciones y Comentarios*. San Juan, 1, p. 27-55, 1982.

VARGAS, Vera Lúcia Ferreira. *A construção do território Terena (1870-1966): uma sociedade entre a imposição e a opção*. Dissertação. 2003. 167f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados.

VASCONCELOS, Cláudio Alves de. *A questão indígena na Província de Mato Grosso: conflito, trama e continuidade*. Campo Grande: Ed. UFMS, 1995.

VIUDES, Priscila. Índios nas páginas d'O Progresso: Representações da desnutrição infantil no jornal. (2005). 2009. 132p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

Jornais impressos

ÍNDIOS FAZEM REFÊNS NA FUNAI. *Correio do Estado*. Campo Grande. 22 de agosto de 2000, Caderno A, p. 8.

ÍNDIOS FAZEM QUATRO REFÊNS NA ALDEIA. *Correio do Estado*. Campo Grande. 24 de agosto de 2000, Caderno A, p. 5.

FRIAS, Silvia. Indígenas de MS interditam BR-163. *Correio do Estado*. Campo Grande. 4 de julho de 2002, Caderno A, p. 16.

REIS, Joselina. Fila de veículos já chega a 40 km. *Correio do Estado*. Campo Grande. 6 de julho de 2002, Caderno A, p. 13.

ÍNDIOS TERENAS LIBERTAM DOIS REFÊNS. *Correio do Estado*. Campo Grande. 12 de outubro de 2002, Caderno A, p. 13.

JUSTIÇA MANTÉM ÍNDIOS EM DOIS IRMÃOS DO BURITI. *Correio do Estado*. Campo Grande. 15 de fevereiro de 2003. Caderno A, p. 12.

FRIAS, Silvia. Famílias de índios ocupam chácara. *Correio do Estado*. Campo Grande. 7 de março de 2003. Caderno A, p. 12.

FRIAS, Silvia. O clima é tenso em fazenda ocupada por indígenas. *Correio do Estado*. Campo Grande. 27 de março de 2003. Caderno A, p. 16.

ARRUDA, Daniella; FRIAS; Silvia. Índios conseguem entregar documento. *Correio do Estado*. Campo Grande. 28 de março de 2003. Caderno A, p. 6.

BITENCOURT, Edivaldo; FRIAS, Silvia. Campo vive o dia mais tenso da história de MS. *Correio do Estado*. Campo Grande. 28 de agosto de 2003. Caderno A, p. 8.

FRIAS, Silvia. TRF mantém direito de índios ficarem em fazenda invadida. *Correio do Estado*. Campo Grande. 16 de abril de 2003. Caderno A, p. 16.

BITENCOURT, Edivaldo. Índios querem 300 fazendas em MS. *Correio do Estado*. Campo Grande. 19 de abril de 2003. Caderno A, p. 16.

BITENCOURT, Edivaldo. "Sombra" na legislação favorece os indígenas. *Correio do Estado*. Campo Grande. 19 de abril de 2003. Caderno A, p. 16.

ROCHA, Oscar. Canto terena agora é perene. *Correio do Estado*. Campo Grande. 19 de abril de 2003. Caderno B, p. 1.

BITENCOURT, Edivaldo. Falta de verbas atrasa demarcação. *Correio do Estado*. Campo Grande. 24 de abril de 2003. Caderno A, p. 13.

FRIAS, Silvia. Índios cobram R\$ 3 mil para libertar policiais. *Correio do Estado*. Campo Grande. 21 de agosto de 2003. Caderno A, p. 6.

FRIAS, Silvia. Há acusação de que houve troca de tiros. *Correio do Estado*. Campo Grande. 21 de agosto de 2003. Caderno A, p. 6.

FRIAS, Silvia. Atitude de policiais será investigada. *Correio do Estado*. Campo Grande. 21 de agosto de 2003. Caderno A, p. 6.

FRIAS, Silvia. Sete fazendas estão ocupadas na região. **Correio do Estado**. Campo Grande. 21 de agosto de 2003. Caderno A, p. 6.

FRIAS, Silvia. Secretário de Segurança insiste em derrubar chefe da Funai. *Correio do Estado*. Campo Grande. 1 de setembro de 2003. Caderno A, p. 14.

BITENCOURT, Edivaldo. Fazendeiros retêm dois caminhões em rodovia. *Correio do Estado*. Campo Grande. 4 de setembro de 2003. Caderno A, p. 12.

BITENCOURT, Edivaldo. Índios ameaçam cobrar R\$ 5 por vaca. *Correio do Estado*. Campo Grande. 4 de setembro de 2003. Caderno A, p. 12.

ARRUDA, Daniela. Megaoperação da Federal só destrói barracos de índios. *Correio do Estado*. Campo Grande. 21 de novembro de 2003. Caderno A, p. 6.

TADA, Silvia. Índios perdem na Justiça Federal. *Correio do Estado*. Campo Grande. 9 de outubro de 2004. Caderno A, p. 7.

KOBER, Lidiane; OTA, Neiba. Índios bloqueiam e congestionam a BR-163. *Correio do Estado*. Campo Grande. 7 de novembro de 2006. Caderno A, p. 6.

KOBER, Lidiane. Índios pedem apoio aos deputados e prometem novas mobilizações. *Correio do Estado*. Campo Grande. 8 de novembro de 2006. Caderno A, p. 7.

ARRUDA, Daniela. Fazendeiros transformam-se em sem-terra. *Correio do Estado*. Campo Grande. 30 de julho de 2007. Caderno A, p. 6.

BRUNO, Beatricce. Índios invadem sede da Funai de Campo Grande. *Correio do Estado*. Campo Grande. 30 de julho de 2007. Caderno A, p. 9.

ÍNDIOS INVADEM SEDE DA FUNAI EM CAMPO GRANDE. *Correio do Estado*. Campo Grande. 25 de novembro de 2008. Caderno A, p. 9.

TADA, Silvia. Índios terenas invadem três fazendas em MS. *Correio do Estado*. Campo Grande. 20 de outubro de 2009. Caderno A, p. 9.

TADA, Silvia. Índios entram em confronto com policiais. *Correio do Estado*. Campo Grande. 21 de outubro de 2009. Caderno A, p. 9.

TADA, Silvia. Terenas ampliam pressão e invadem terra de Pedrossian. *Correio do Estado*. Campo Grande. 22 de outubro de 2009. Caderno A, p. 10.

TADA, Silvia. Índios vão a SP para pedir agilidade. *Correio do Estado*. Campo Grande. 22 de outubro de 2009. Caderno A, p. 10.

TADA, Silvia. TRF Tentará acordo de índios e fazendeiros. *Correio do Estado*. Campo Grande. 23 de outubro de 2009. Caderno A, p. 12.

TADA, Silvia. Polícia expulsa índios de fazenda invadida. *Correio do Estado*. Campo Grande. 20 de novembro de 2009. Caderno A, p. 11.

BUREMA, Danúbia. Índios bloqueiam trecho da BR-163 e causam transtorno. *Correio do Estado*. Campo Grande. 19 de maio de 2011. Caderno A, p. 10.

Jornais on-line

SANTOS, Aline dos; VITAL, Adriany. Índios fecham rodovias para cobrar demarcação em aldeia. *Midiamax*. 6 de outubro de 2009. Disponível em http://www.midiamaxnews.com.br/view.php?mat_id=566133. Acesso em 25 de abril de 2010.

FRIAS, Silvia. Confronto entre Cigcoe e terena provoca tensão entre produtores rurais. *TV Morena*. 20 de outubro de 2009. Disponível em <http://rmtonline.globo.com/noticias.asp?em=3&n=466458&p=2>. Acesso em 29 de abril de 2010.

KEMPFER, Ângela; FERNANDS, Paulo. PM entrou em confronto com índios em Sidrolândia. *Campo Grande News*. 20 de outubro de 2009. Disponível em <http://www.campogrande.news.com.br/canais/view/?canal=8&id=270279>. Acesso em 29 de abril de 2010.

LOPES, Jacqueline; BEJARANO, Celso Bejarano Júnior; BONIFÁCIO, Valdelice. Índios e fazendeiros em pé de guerra e comissão da Assembleia que cuida da causa ainda sem comando. *Midiamax*. 05 de novembro de 2009. Disponível em: http://www.midiamaxnews.com.br/view.php?mat_id=566133. Acesso em 25 de abril de 2010

VARGAS, Rodrigo. Índios terenas detêm coordenador da Funai em MS. *Folha*. 10 de maio de 2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/914004-indios-terenas-detem-coordenador-da-funai-em-ms.shtml>. Acesso em 25 de abril de 2010.

MARCIULEVICIUS, Paula. Coordenador regional da Funai é liberado pelos índios após negociação. *Campo Grande News*. Disponível em <http://www.campogrande.news.com.br/canais/view/?canal=8&i>. Acesso em: 10 de maio de 2011.

KEMPFER, Ângela. Fazendeiro diz que Justiça tem visão “maniqueísta” sobre briga com índios *Campo Grande News*. 21 de maio de 2011. Disponível em <http://www.campogrande.news.com.br/> Acesso em 21 de maio de 2011.

MARCIULEVICIUS, Paula. Após derrubada a liminar, índios terena mostram que vieram para ficar. *Campo Grande News*. 25 de maio de 2011. Disponível em <http://www.campogrande.news.com.br/> Acesso em 25 de maio de 2011.

MARCIULEVICIUS, Paula. Terena afirmam que só deixam Brasília depois que portaria de indenizações sair. *Campo Grande News*. 30 de maio de 2011. Disponível em <http://www.campogrande.news.com.br/> Acesso em 30 de maio de 2011.

Programa de TV

DEMARCAÇÃO MS, ÍNDIOS TERENA. TJ MS. Campo Grande, TV Campo Grande, 30 de outubro de 2009. Programa de TV.

Documentos oficiais

Offício do Capitão General e Governador da Capitania do Mato Grosso – Caetano Pinto de Miranda Montenegro, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar – Luiz Pinto de Souza, Villa Bela, 17 de abril de 1797. Arquivo Histórico Ultramarino, caixa 33, doc. n. 1751.

Offício do Capitão General e Governador da Capitania do Mato Grosso – Caetano Pinto de Miranda Montenegro, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Visconde de Anadia – João Rodrigues de Sá e Melo, Villa de Cuiabá, 19 de abril de 1803. Arquivo Histórico Ultramarino, caixa 41, doc. n. 2035.

Offício do Commandante do Presídio de Coimbra – Francisco Rodrigues do Prado, ao Capitão General Governador da Capitania do Mato Grosso – Caetano Pinto de Miranda Montenegro, Presídio de Coimbra, 22 de junho de 1796. Arquivo Histórico Ultramarino, caixa 33, doc. n. 1751.

Parecer sobre o aldeamento dos índios Uiacurus e Guanás, com a descrição de seus uzos, religião e costumes do Tenente Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra ao Capitão General e Governador da Capitania do Mato Grosso – Caetano Pinto de Miranda Montenegro, Vila de Cuiabá, 5 de abril de 1803. Arquivo Histórico Ultramarino, caixa 41, doc. n. 2035.

Relatório do presidente da província de Mato Grosso, o major doutor Joaquim José de Oliveira, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 3 de maio de 1849. Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1850.

Relatório do presidente da província do Mato Grosso, o capitão de fragata Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléa Legislativa Provincial em 10 de maio de 1851. Cuiabá, Typ. do Echo Cuiabano, 1852.

Relatório do presidente da província de Mato Grosso, o capitão de mar e guerra Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléa Legislativa Provincial em 3 de maio de 1852. Cuiabá, Typ. do Echo Cuiabano, 1853.

Relatório do presidente da província de Mato Grosso, o capitão de mar e guerra, Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléa Legislativa Provincial em 3 de maio de 1853. Cuiabá, Typ. do Echo Cuiabano, 1853.

Relatorio do presidente da provincia de Mato Grosso, o capitão de mar o guerra Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinaria da Assembléa Legislativa Provincial em 3 de maio de 1854. Cuiabá, Typ. do Echo Cuiabano, 1854. No relatório published for 1855.

Relatorio do presidente da provincia de Mato Grosso, o chefe de divisão Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinaria da Assembléa Legislativa Provincial em 4 de dezembro de 1856. Cuiabá, Typ. do Echo Cuiabano, 1856.

Relatorio do vice-presidente da provincia de Mato Grosso, o tenente coronel Albano de Sousa Osorio, na abertura da sessão ordinaria da Assembléa Legislativa Provincial em 3 de maio de 1857. Cuiabá, Typ. do Noticiador Cuiabano, 1857.

Relatorio do presidente da provincia de Mato-Grosso, o chefe de divisão Joaquim Raymundo de Lamare, na abertura da sessão ordinaria da Assembléa Legislativa Provincial em 3 de maio de 1858. Cuiabá, Tip. do Not. Cuiabano, 1858.

Relatorio do presidente da provincia de Mato Grosso, o chefe de divisão, Joaquim Raimundo de Lamare, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 3 de maio de 1859. Cuyabá, Typ. Cuyabana, 1859.

Relatorio do presidente da provincia de Mato Grosso, o coronel Antonio Pedro de Alencastro, na abertura da sessão ordinaria da Assembléa Legislativa Provincial em 3 de maio de 1860. Cuiabá, Typ. da Voz da Verdade, 1860.

Relatorio do presidente da provincia de Mato Grosso, o coronel do Corpo de Engenheiros, Antonio Pedro de Alencastro, na abertura da sessão ordinaria da Assembléa Legislativa Provincial em 3 de maio de 1861. [n.p.], Typ. da Voz da Verdade, 1861.

Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Matto-Grosso pelo exm.o conselheiro Herculano Ferreira Penna, em 3 de maio de 1863. Cuiabá, Typ. do Matto-Grosso, 1864.

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, 25 de agosto de 2011.

Lenir Gomes Ximenes

